

Vanessa Sofia Fernandes Miranda

**O Monte da Franqueira (Barcelos):**

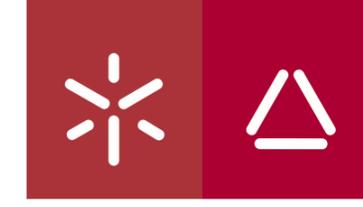
O passado de um lugar de celebração ao Património Cultural



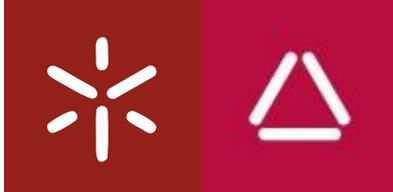
Vanessa Sofia Fernandes Miranda

**O Monte da Franqueira (Barcelos):**  
O passado de um lugar de celebração  
ao Património Cultural

Instituto de Ciências Sociais







**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Vanessa Sofia Fernandes Miranda

**O Monte da Franqueira (Barcelos):  
o passado de um lugar em celebração ao Património  
Cultural**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do

**Professor Doutor Hugo Teotónio de Pinho Aluai  
Gonçalves Sampaio e da Professora Doutora Maria do  
Carmo Franco Ribeiro**

junho de 2023

## **Declaração de integridade**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Agradecimentos**

À minha mãe, que sempre me apoiou em todas as decisões da minha vida e me deu as bases para ser tudo o que sou hoje. Obrigada por teres segurado o barco, e teres-me deixado ser aquilo que nasci para ser. Nenhuma palavra seria o suficiente para agradecer tudo o que fez por mim.

À Cristina, Sofia, Rafaela, Tânia, Alexandrina e Vânia, pela amizade que construímos ao longo destes anos e pela ajuda não apenas neste, mas no maior projeto da minha vida. Levo-vos no coração.

Aos meus professores orientadores, pelos conselhos e ajuda.

À Universidade do Minho, por me receber tão bem.

Ao Francisco, pelo amor e carinho com que sempre me acompanhou ao longo desta viagem. Obrigada por caminhares sempre ao meu lado, pelo eterno apoio e alegria com que me presenteias todos os dias. Obrigada, pelo exemplo de pessoa que és para mim.

Pela dedicação, paixão, confiança, força, coragem e força de vontade com que sempre me auxiliou. Obrigada pelo apoio e presença, nestes que foram, os dois anos mais transformadores da minha vida. A caminhada tornou-se mais leve, ainda que seja tão intensa. O resultado deste trabalho deve-se, sem dúvida, a ele.

Este trabalho representa o fim de um ciclo e o início de outro. Esta dissertação foi escrita num período, em que a minha vida mudou por completo, e são várias as aprendizagens que levo daqui. Para sermos grandes, temos de ser inteiros.

O meu profundo agradecimento

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial  
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

## Resumo

A presente dissertação, realizada no âmbito do mestrado em Património Cultural da Universidade do Minho, pretende constituir um contributo para a valorização do património cultural do Monte da Franqueira, localizado no concelho de Barcelos.

Composto por um Monumento de Interesse Público, Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, este complexo habitado desde o Calcolítico até à Idade Média, constitui um documento singular que encerra uma história milenar.

Simultaneamente, procura-se, igualmente, promover o património cultural e arqueológico do município de Barcelos, em especial, através do estudo do património cultural do Monte da Franqueira.

Na realidade, as várias potencialidades do Monte da Franqueira para a prática de turismo cultural no concelho de Barcelos, incluindo o segmento do turismo arqueológico, requerem um maior investimento que necessariamente se deve sustentar, desde logo, devem ser valorizadas. Deve ser trabalhado por intermédio de um conhecimento histórico sistematizado sobre a ocupação humana no Monte da Franqueira desde o Calcolítico até à Idade Média, mas também num discurso apoiado na importância e uso ganho ao longo do tempo pelo Monte da Franqueira, incluindo os seus vestígios arqueológicos. Importa igualmente refletir sobre a relação entre o Monte da Franqueira e a memória coletiva local a partir de uma visão holística inerente ao próprio processo de patrimonialização que conheceu nas últimas décadas.

Neste sentido, este trabalho consiste numa análise aos diferentes tipos de património cultural que integram este Monte, realizada com base numa pesquisa histórico-documental, mas também numa avaliação do seu potencial turístico, que incluiu uma análise SWOT e a aplicação de questionários, de modo a aferir os recursos que devem ser valorizados e salvaguardados por parte da população residente e das autoridades políticas locais e regionais.

Procurámos, deste modo, sistematizar o conhecimento acerca do passado e da memória das comunidades que habitaram e espoliaram do Monte da Franqueira, mas também contribuir para um futuro melhor a dar a este complexo. Assim este trabalho pode ser visto metaforicamente como uma ponte entre um passado estático e um

futuro dinâmico, através, nomeadamente, da valorização do seu diversificado património cultural.

**Palavras-chave:** Monte da Franqueira, Barcelos, Património cultural, Património arqueológico, Potencial turístico.

## **Abstract**

The present dissertation, carried out within the scope of the Master's Degree in Cultural Heritage of the University of Minho, intends to constitute a contribution to the enhancement of the cultural heritage of Monte da Franqueira, located in the municipality of Barcelos.

Consisting of a Monument of Public Interest, a National Monument and a Property of Public Interest, this complex, inhabited from the Chalcolithic to the Middle Ages, constitutes a singular document that encloses a millenary history.

At the same time, the aim is also to promote the cultural and archaeological heritage of Barcelos municipality, especially through the study of the cultural heritage of the Monte da Franqueira.

In reality, the various potentialities of the Monte da Franqueira for the practice of cultural tourism in the municipality of Barcelos, including the archaeological tourism segment, require greater investment that must necessarily be sustained. It must be worked through a systematized historical knowledge about the human occupation of the Monte da Franqueira from the Chalcolithic to the Middle Ages, but also in a discourse supported by the importance and use gained over time by the Monte da Franqueira, including its archaeological remains. It is also important to reflect on the relationship between the Monte da Franqueira and the local collective memory from a holistic view inherent in the very process of patrimonialization that has known in recent decades.

In this sense, this work consists of an analysis of the different types of cultural heritage that make up this hill, based on historical and documentary research, but also an assessment of its tourist potential, which included a SWOT analysis and the application of questionnaires, in order to assess the resources that should be valued and safeguarded by the resident population and local and regional political authorities.

We sought, in this way, to systematise the knowledge about the past and the memory of the communities that lived and plundered in Monte da Franqueira, but also to contribute to a better future to be given to this complex. So this work can be seen metaphorically as a bridge between a static past and a dynamic future, namely through the valorisation of its diverse cultural heritage.

**Keywords:** Monte da Franqueira, Barcelos, cultural heritage, archaeological heritage, touristic potential.

## Índice

Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
PARTE I. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA .....	3
1. Património cultural: conceitos operatórios .....	3
1.1. Património cultural .....	3
1.2. Património arqueológico.....	6
1.3. Sítio arqueológico .....	8
1.4. Património imaterial .....	11
2. O processo de patrimonialização, sacralização e memorização do património cultural.....	12
2.1. Patrimonialização.....	12
2.2. Sacralização .....	15
2.3. Memória Coletiva.....	17
2.4. Lugar.....	20
3. Património cultural e a importância do turismo cultural .....	21
3.1. Valorização do património cultural.....	21
3.2. Turismo cultural .....	23
3.3. Turismo arqueológico .....	25
3.4. Estratégias de dinamização turística.....	27
3.4.1. Rotas, itinerários e circuitos culturais .....	27
Parte II. OBJETIVOS E METODOLOGIA .....	29
1. Objetivos .....	29
2. Metodologia .....	29
PARTE III. MONTE DA FRANQUEIRA COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA CULTURAL .....	32
1. Introdução .....	33
2. O Monte da Franqueira.....	33
2.1. Caracterização física e ambiental.....	33
2.1.1. O vale do rio Cávado .....	33
2.1.2. O concelho de Barcelos .....	35

2.1.3. O lugar.....	36
2.2. Caracterização ambiental.....	37
3. Inventário do património cultural do Monte da Franqueira .....	39
3.1. Castro e Castelo de Faria.....	39
3.1.1. As escavações no Castro e Castelo de Faria .....	41
3.1.2. O espólio da Idade do Bronze no Castro de Castelo de Faria.....	42
3.1.3. Espólio Inserido Cronologicamente na Idade do Ferro .....	47
3.1.4. As fases de ocupação.....	50
3.1.5. Sistema defensivo do Castro e Castelo de Faria.....	54
3.1.6. O passado, o presente e o futuro do Castro e Castelo de Faria .....	54
3.2. A lenda do feito do Alcaides de Faria.....	57
3.2.1. Monumento em memória do Alcaides de Faria.....	60
3.3. O Santuário e a Ermida da Nossa Senhora da Franqueira .....	62
3.3.1. Santuário mariano .....	62
3.3.2. A peregrinação anual ao Santuário da Nossa Senhora da Franqueira	64
3.4. Convento dos Frades.....	66
3.5. Caminhos de Santiago.....	68
3.6. A Casa Memória da Terra de Faria – preservar a memória .....	71
Parte IV. POTENCIAL TURÍSTICO DO MONTE DA FRANQUEIRA.....	74
1. Introdução.....	74
2. O potencial turístico do Monte da Franqueira .....	75
2.1. Algumas Reflexões: O Monte da Franqueira, uma âncora para o turismo cultural.....	76
2.2. Algumas reflexões: a Casa Memória da Terra de Faria como Centro Interpretativo .....	78
2.3. Algumas reflexões: uma proposta de roteiro cultural .....	79
2.4. Análise SWOT .....	80
2.5. Análise do inquérito .....	85
2.5.1. Discussão de resultados.....	94
Considerações finais.....	98
Referências bibliográficas .....	100
Anexos.....	106

Anexo 1 – Questionário.....	107
Anexo 2 – Respostas à última questão do inquérito .....	115

## Lista de figuras/tabelas

Figura 1 - Moinho de vento (fonte: elaboração própria, 2021). .....	39
Figura 2 - Torre de menagem/ Zona castreja degradada do Castro e Castelo de Faria (fonte: elaboração própria, 2022). .....	41
Figura 3 - Área castreja do Castro e Castelo de Faria (fonte: elaboração própria, 2022). .....	42
Figura 4 - Excerto de mapa da localização do Castro e Castelo de Faria (fonte: Bettencourt, 2000, p. 64). .....	45
Figura 5 - Espólio atribuível ao período do Calcolítico do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Bettencourt, 2000, pp. 71-80). .....	46
Figura 6 - Espólio da Idade do Bronze do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Bettencourt, 2000). .....	47
Figura 7 - Espólio Idade do Ferro do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Araújo, 2018). .....	48
Figura 8 - do Espólio Idade do Ferro do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Araújo, 2018). .....	49
Figura 9 - Área castreja degradada (fonte: elaboração própria, 2022). .....	56
Figura 10 - Entrada para o recinto da Torre de Menagem (fonte: elaboração própria, 2022). .....	56
Figura 11 - Feito do Alcaides de Faria (fonte: Câmara Municipal de Barcelos, 2017). ..	58
Figura 12 - Certidão de Nascimento da Nacionalidade promulgada a 30 de novembro de 1127 por D. Afonso Henriques no Castelo de Faria (fonte: Lomba, 2007, p. 97). .....	59
Figura 13 - Estátua dos Alcaides, em Faria, Barcelos (fonte: elaboração Própria, 2022). .....	61
Figura 14 - Estátua dos Alcaides no Largo da Estação, Barcelos (fonte: Município de Barcelos, 2019). .....	61
Figura 15 - Ermida de Nossa Senhora da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022). .....	63
Figura 16 - Monumento da Virgem da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022)..	64
Figura 17 - Peregrinação à Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022). .....	66
Figura 18 - Fachada da Igreja (fonte: elaboração própria, 2022). .....	67

Figura 19 - Peregrinos atravessando o troço do monte da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022).....	71
Figura 20 - Casa Memória da Terra de Faria, Barcelos (fonte: elaboração própria, 2021). .....	73

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1 Fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze.....	43
Tabela 2 - Formas de fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze do Castro de Faria .....	43
Tabela 3 - Potes dos fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze.....	44
Tabela 4 - Pontos fortes do Monte da Franqueira .....	80
Tabela 5 - Pontos fracos do Monte da Franqueira.....	82
Tabela 6 - Oportunidades do Monte da Franqueira.....	83
Tabela 7 - Ameaças do Monte da Franqueira .....	84
Tabela 8 - Dados sociodemográficos .....	86
Tabela 9 - Turismo Cultural .....	88
Tabela 10 - Sítios arqueológicos .....	89
Tabela 11 - Dados Monte da Franqueira .....	91
Tabela 12 - Justificação da importância história e patrimonial do Monte da Franqueira .....	92



## Introdução

Esta dissertação, intitulada de “O Monte da Franqueira (Barcelos): o passado de um lugar de celebração ao património cultural”, foi desenvolvida no âmbito do mestrado em Património Cultural, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, e pretende constituir um contributo para a valorização do diversificado património cultural do Monte da Franqueira e, simultaneamente, para a importância que este lugar possui em termos de turismo cultural.

O património cultural, enquanto construção social, resulta do reconhecimento que uma comunidade ou determinado grupo faz sobre a importância do mesmo, e o que quer transmitir às gerações futuras. Além disso, tem um papel crucial na construção da memória coletiva. A memória coletiva, por sua vez, é um fragmento do passado e de memórias individuais, devendo ser salvaguardada e reconhecida.

No cume do Monte da Franqueira existe uma vista sem paralelo sobre as cercanias, onde se insere a costa atlântica. Um local que acompanha o percurso do Cávado e delinea os arredores de Barcelos.

O Monte da Franqueira, no concelho de Barcelos, ostenta um rico património cultural. A sua peculiaridade é imensa, não apenas pela sua localização estratégica, mas também pela sua história e riqueza cultural, assumindo-se como um local de referência. A referência, hoje, é visível no seu carácter sacro.

A Franqueira, como abreviadamente também é designado este Monte, é constituída por um conjunto de monumentos, designadamente o Castro e Castelo de Faria, o Convento dos Frades e a Ermida da Nossa Senhora da Franqueira. É, também, aqui, que se cruzam os caminhos de Santiago de Compostela, um trajeto que traz mais significância ao local. O património cultural imaterial também está evidente, pois a lenda do feito do Alcaides de Faria no Castelo de Faria ainda hoje é relembada.

Retrocedendo no tempo, são conhecidos no Monte da Franqueira vestígios da ocupação humana de há milhares de anos. Um local frequentado desde o Calcolítico, que ostenta um valor patrimonial que é incontestável. Tal torna este Monte um local de memória, cuja história se vai mostrando por entre o seu arvoredo. Numa íntima relação transcendente com a memória das comunidades passadas, este trabalho surge como

forma de enaltecer o património cultural do Monte da Franqueira, assim como a sua memória. É imprescindível (re)lembrar a sua biografia, misticidade e particularidades.

A dissertação contribui, também, para a importância da valorização do turismo cultural e arqueológico do concelho de Barcelos, tendo como pano de fundo o Monte da Franqueira. Tal incluirá o monte sacralizado, desde os seus tempos mais remotos à atualidade, valorizando a forma como o mesmo permanece significativa no imaginário popular e daqueles que o visitam.

Esta dissertação encontra-se estruturada em quatro partes, organizadas em capítulos. Assim, a primeira parte, intitulada *contextualização teórica*, inclui um capítulo destinado à análise do conceito de *património cultural*. Um segundo capítulo versa sobre *o processo de patrimonialização, sacralização e memorização do património cultural* e um terceiro é dedicado à análise do *turismo cultural e à sua importância para o património cultural*. A segunda parte, designada de *Objetivos e Metodologias*, expõe os objetivos gerais e específicos do nosso trabalho, bem como os métodos de investigação utilizados. Posteriormente, na parte três, intitulada *Monte da Franqueira como um lugar de memória cultural*, é feita uma breve caracterização física e ambiental do Monte da Franqueira (2), bem como um inventário do património cultural do Monte da Franqueira (3). A quarta, e última parte, designada de *Potencial turístico do Monte da Franqueira*, destina-se a abordar a significativa riqueza cultural e natural do complexo, onde se evidencia o potencial turístico que o lugar apresenta. Ainda nesta parte, é apresentada uma análise SWOT tendo por base o potencial do Monte, e por fim, uma análise do inquérito aplicado aos residentes do concelho de Barcelos, assim como algumas conclusões e recomendações. Depois, são efetuadas as considerações finais que contemplam o propósito geral da dissertação e dificuldades encontradas. Por fim, em *Anexo número 1*, apresenta-se o questionário aplicado, e em *Anexo número 2*, as respostas dos inquiridos face à última questão do inquérito.

# PARTE I. CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

## 1. Património cultural: conceitos operatórios

### 1.1. Património cultural

Importa começar por fazer uma breve distinção entre o que é o património cultural e o património natural. O património natural corresponde a um conjunto de valores naturais que são reconhecidos pelo seu interesse natural ou paisagístico, sobretudo do ponto de vista científico e estético. Também inclui monumentos naturais compostos por formações físicas e biológicas ou grupos com valor universal excecional do ponto de vista estético e científico; a formações geológicas e fisiográficas e a zonas que constituem habitat de animais e vegetações ameaçadas, com valor universal do sobre a perspetiva da ciência ou da conservação; os sítios ou zonas naturais restringidas, com valor universal excecional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972 mencionado em Barranha, 2016). Por sua vez, entender o que é o património cultural vai muito mais além de um saber académico. É perceber, também, que ele serve de suporte à construção da sociedade contemporânea, pois tem impacto nas questões acerca de quem somos, de onde vimos, sobre os valores e sobre o mundo como era antes e o que é agora. Provém de uma herança. Assim, entender o que é o património cultural não é apenas saber sobre História, História da Arte e Cultura. Este, não é um retrato do passado ou uma história de um passado. É, acima de tudo, uma ponte para compreender melhor a sociedade e o seu tempo e aquilo que ela é hoje (Mendes, 2012).

Património cultural é uma designação que está presente nos discursos dos profissionais da cultura, dos empresários que lucram através dele e até dos políticos. Também está presente em ações e intervenções de Associações que preservam e trabalham para a salvaguarda dos valores que o mesmo acarreta para a sociedade (Almeida, 1993).

Para Silva (2000), o património cultural compreende todos os elementos que constituem a identidade de um grupo e o que o diferencia dos restantes. Ou seja, o elemento importante que define o conceito é a sua capacidade de representar uma

determinada identidade, sempre singular. Porém, o património cultural está longe de ser caracterizado segundo uma visão acrítica e constante, devendo ser considerado como o conjunto de recursos que são herdados de um passado, um testemunho e manifestação de valores, de crenças, de tradições e até de saberes em constante evolução (Silva, 2000). Esta evolução prende-se diretamente com o seu contexto, pois o património cultural deriva e flui no tempo.

O património cultural representa fatores positivos para a vida cultural e social das pessoas, até porque realça e afirma a existência das diferentes comunidades. Além disso, ergue-se como sendo o primeiro recurso de compromisso democrático em torno da dignidade das pessoas, da diversidade cultural e do seu desenvolvimento, porque promove o diálogo intercultural, o respeito mútuo, a paz, melhora a qualidade de vida e com a sua valorização e classificação são adotadas determinadas práticas que prevejam e defendam a sustentabilidade desse mesmo património cultural (Martins, 2020).

Para Mendes (2012) o conceito de património cultural e de herança estão interligados porque, inicialmente, era uma expressão utilizada para referir aquilo que pertencia a um pai de família e que era passado aos seus sucessores. O património correspondia, assim, a tudo o que se herdava, envolvendo, portanto, a ideia de herança. E essa herança, representa todo o capital para o entendimento do que é o património cultural. O passado está presente na herança do presente, em tudo aquilo que as gerações passadas transmitiram até agora.

Não obstante, Almeida (1993) aborda o reconhecimento de Françoise Choay (1992), perante um trabalho do austríaco Alois Riegl (1903), denominado de *“O culto moderno dos monumentos. O seu caráter e a sua génese”*, um pedido da Comissão de Monumentos da Áustria que, para além de ser um trabalho fundador é, ainda hoje, um estudo bastante meditativo sobre o património. No entanto, e apesar do seu contributo, quando Riegl escreve esse estudo, a definição do conceito de património cultural era, ainda, pouco abrangente. Esta limitava-se aos monumentos históricos e artísticos, desde os escritos aos construídos. Atualmente, o património cultural eleva-se a muitos outros âmbitos, cada vez mais amplos. Num sentido mais restrito, segundo Leniaud (1992, citado por Almeida 1993, p. 409), o património cultural diz respeito a *“um conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes porque pensa que esses*

*bens são um talismã que permite à sociedade compreender o tempo nas três dimensões”.*

Até há poucos anos, a definição de património cultural era algo redutora. Desde a Antiguidade até aos dias de hoje, este correspondia ao conjunto de bens que pertenciam a uma pessoa, a uma família, a uma casa, a uma instituição ou a uma pessoa jurídica (Almeida, 1993). Tinha um papel institucional e jurídico, algo que ainda hoje se mantém. Com o surgimento da Revolução Francesa, o seu atual sentido começou a emergir. Através do iconoclasmo revolucionário, dos roubos e da destruição de bens da Monarquia e Igreja, a massa crítica mais culta começou a preocupar-se com a salvaguarda do património artístico e monumental da Nação, que era necessário preservar, tentando sensibilizar as pessoas a seu respeito. No entanto, após a Revolução Francesa, o conceito foi perdendo alguma importância. No século XIX, reconheciam-se os monumentos históricos e, posteriormente, os Monumentos Nacionais. A nacionalização dos testemunhos culturais, monumentais e artísticos, realça-se na passagem do século XIX para o século XX (Almeida, 1993).

Uma das maiores levas de classificação de Monumentos Nacionais ocorre, em 1910, de acordo com o Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no Diário do Governo nº 136, de 23 de junho de 1910. Portugal, não ficou indiferente às alterações sociais, nem ao impacto no património cultural (impacto da Revolução Industrial). Com a abolição das ordens religiosas (1834) e com a venda dos seus bens e com o fim da monarquia, devido à implantação da República em 1910, vários edifícios foram abandonados. De modo a reverter este desinteresse para com o património cultural, Portugal e vários países europeus definiram as bases para a salvaguarda dos bens patrimoniais. Entre 1910 e 1913, durante o regime republicano, foram publicados diversos decretos que conferiam ao governo a responsabilidade de proteger, organizar, conservar e salvaguardar o património, dando origem a um “corpus legislativo” (Custódio, 2010 mencionado por Gregório, 2021:34).

Por sua vez, nos termos da Lei nº107/2001, de 8 de setembro, designada de Lei de Bases do Património Cultural, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, *“integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”.*

Além disso, a Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade, aprovada em Faro a vinte e sete de outubro de dois mil e cinco e em vigor desde 1 de junho de 2011, expõem que *“o património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente, do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução e inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo”* (Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, 2008).

## **1.2. Património arqueológico**

O património arqueológico é um dos muitos elementos que integra o património cultural e, segundo o organismo tutelar do património nacional, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC)<sup>1</sup>, entende-se o património arqueológico como:

*“(...) todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente, nomeadamente os obtidos no âmbito de actividade arqueológica como disciplina científica. O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental. O património arqueológico é património nacional, uma vez que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, ou exemplaridade, competindo ao Estado proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação”*. De resto, esta definição vai ao encontro do que está estabelecido na Lei de Bases do Património Cultural.

Como acontece com o património cultural, o conceito de património arqueológico resulta do valor dado no presente a algo transmitido do passado. Essa consideração leva, inevitavelmente, a políticas de proteção do património de forma que

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/>

este seja, também, transmitido às gerações futuras. Assim, o património arqueológico integra-se na cultura de uma comunidade, *“correspondendo à parte visível dos elementos dessa cultura, pelo que se constitui, essencialmente, como património material”* (Carvalho, 2018, p. 25).

A Carta de Lausanne (1990) é o documento que preconiza a proteção e a gestão do património arqueológico. Diz, no seu Artigo 1º, que o património arqueológico abarca uma parte do património material, onde a Arqueologia é uma ciência essencial e fornece os conhecimentos principais. Abrange todos os vestígios da existência humana e são do seu interesse todos os locais onde existiu, no passado, qualquer atividade humana, sejam estruturas abandonadas e vestígios de todas as espécies, estejam estes à superfície, no subsolo ou submersos, assim como todos os objetos culturais móveis que lhes estejam associados. Além disso, o património arqueológico é visto como uma riqueza cultural frágil e não renovável, conforme consta no Artigo 2º do mesmo documento (ICOMOS, 1990).

Do ponto de vista da Arqueologia da Paisagem, o património arqueológico *“inclui alguns seguimentos da natureza onde se percebe uma artificialização progressiva do meio, gerando paisagens notáveis de relevante interesse arqueológico”* (Morais e Mourão, 2005 citado por Mourão 2007, p. 29).

Por sua vez, Bastos (2005) refere que o património arqueológico sempre terá um grande valor social, simbólico, afetivo e político, pelo que deve ser considerado um instrumento de cidadania e desenvolvimento.

De acordo com a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (1992), citada em Barranha (2016, p. 39), são considerados elementos do património arqueológico todos os vestígios, bens ou outros indícios da existência do Homem no passado:

- *“cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente;*

- *cuja principal fonte de informação é constituída por escavações ou descobertas e ainda outros métodos de pesquisa relacionados com o homem e o ambiente que o rodeia”.*

Segundo Mendonça de Souza e Sousa (1981 citado por Veloso e Cavalcanti, 2007), o património arqueológico diz respeito ao conjunto de locais onde viveram

populações pré-históricas, assim como qualquer evidência de atividades de cariz cultural destas populações, incluindo, também, os seus restos biológicos. Os autores acrescentam, ainda, que o património arqueológico é constituído, não só por bens materiais, mas também por todas as informações desses bens materiais, como, por exemplo, a localização geográfica, as formas de ocupação e, também, os modos de vida.

Um tema bastante importante associado ao património arqueológico é o seu aproveitamento. Este é recorrente em muitos países, sendo até, em muitos casos, uma fonte de rendimentos financeiros. O aproveitamento pedagógico e turístico do património arqueológico não deve estar somente ligado à parte económica, mas deve assentar em políticas culturais que procurem envolver a comunidade residente, de forma que os bens arqueológicos tenham sentido para ela (Funari, 2003 em Veloso e Cavalcanti, 2007). Neste seguimento, a valorização do património arqueológico é feita através de projetos de conservação e da adoção de mecanismos de visita controlados, por intermédio do turismo arqueológico. O aproveitamento turístico pode auferir a conservação sustentável do património arqueológico, incentivar a sua proteção e transformar vestígios arqueológicos em produtos turísticos com qualidade para fruição da comunidade e dos visitantes (Veloso e Cavalcanti, 2007). No entanto, quando não ocorre a devida valorização do património arqueológico, está-se perante um património esquecido, abandonado, levando muitas das vezes a que seja visto como um atraso à evolução, o que acaba por dar origem a uma desvalorização social deste património (Pérez-Juez e Morais, 2010 em Carvalho, 2018).

### **1.3. Sítio arqueológico**

Um sítio arqueológico não é algo construído pelo Homem contemporâneo. O seu valor reside no seu passado distante, no entanto, pode ser utilizado para fundamentar ideias coletivas. Além disso, um sítio arqueológico permite vivenciar o passado no seu contexto original e, ao mesmo tempo, contribuir para a memória cultural sobre um dado período histórico (Ricardo e Gonçalves, 2012).

A definição de sítio arqueológico relaciona-se com o conceito de “não-sítio” (Thomas, 1975 mencionado em Bicho, 2006). De acordo com Plog *et al.* (1982) referenciado por Bicho (2006), o “não sítio” correspondia a uma zona em que se podia compreender atividade humana, mas que a sua cultura material espacial não conseguia

ser definida. Esses autores (Plog *et al.*, 1982) compreendiam que um sítio arqueológico deveria ter, pelo menos, cinco artefactos por metro quadrado e a presença de mais do que um local de presença humana dentro da mesma zona.

Para Oliveira (2013), os sítios arqueológicos são paisagens mistas cruzando influências antrópicas e ambientais, vocacionados a serem explorados e estudados com metodologias arqueológicas, cujos objetivos são a investigação e a interpretação e onde, muitas das vezes, o papel do Homem é prejudicial, pois o vandalismo, a pressão urbanística ou até a má gestão do local podem levar ao seu desaparecimento. O sucesso dos sítios arqueológicos está dependente, claro, da sua preservação e conservação até à atualidade, o que inclui a sua permanência, ao longo da sua existência, aos agentes naturais.

Um sítio arqueológico não tem apenas valor cultural e histórico, tem, também, valor paisagístico e ecológico. Neste sentido, deve ser avaliado de forma a oferecer uma nova abordagem ao conceito de património e à sua conservação (Oliveira, 2013). O mesmo autor (Oliveira, 2013, p. 8) refere que a *“singularidade e raridade do sítio e dos seus bens são fatores únicos e critérios importantes para a integração de intervenções projetuais numa perspetiva de valorização e conservação local”*.

Para Silva (2014, p. 21), o conceito de sítio arqueológico é visto como a *“unidade mínima operacional do espaço geográfico”* e tem um papel fulcral na prática e na teoria arqueológica. Por sua vez, para Dunnell (1992), o sítio arqueológico nem sempre teve destaque na Arqueologia como tem nos dias de hoje. No século XIX, a atenção arqueológica direcionou-se para monumentos de grande escala. Todavia, com o crescente interesse por estes sítios arqueológicos onde os artefactos ocorriam sem qualquer ligação a monumentos, começou a ser utilizado vocábulo arqueológico genérico de sítio, já que, até então, estes locais eram vistos como fortificações, pedreiras, túmulos, entre outros.

Segundo Dunnell (1992, p. 22), *“Site was a place where something else, be it artifacts or monuments or a combination of the two, occurred”*. Porém, os primeiros trabalhadores destes sítios, não achavam que eram *“unidades empíricas”* (Dunnell, 1992, p. 23). De acordo com Holmes (1897 citado por Dunnell, 1992), os sítios arqueológicos eram concentrações de artefactos. Até ao início do século XX a definição de sítio arqueológico não era frequente e apenas surgiam em contextos de explicação

arqueológica para os neófitos; os arqueólogos sabiam o que estes eram e o seu conceito só era explicado a todos os que não entendiam esta ciência (Dunnell,1992).

Entretanto, Dunnell (1992), referindo o trabalho de Heizer (1973), afirma a formulação de uma noção influente de sítio. Para Heizer (1973), um sítio arqueológico é qualquer local, grande ou pequeno, onde são encontrados vestígios de ocupações ou atividade antiga, sendo que o foco é a presença de artefactos num lugar que se diferencia dos demais (Heizer, 1973 citado por Dunnell, 1992).

Outra definição é apresentada por Phillips e Willey (1953 citados por Dunnell, 1992), os quais referem que o sítio arqueológico tem papel fulcral na teoria arqueológica. Trata-se da menor unidade de espaço abordada por um arqueólogo e, conseqüentemente, a mais difícil de definir. O único requisito que este local impõe é que tenha uma boa cobertura contínua dos restos da ocupação antiga, que pode ser desde um pequeno acampamento a uma grande cidade.

Falando de sítio arqueológico, é pertinente abordar o conceito de parque arqueológico, que muitas vezes no popular é visto como sendo o mesmo. Na verdade, não são o mesmo. Um parque arqueológico diz respeito a uma expressão sem fins lucrativos de valor cultural com foco nos visitantes e com alto nível de comunicação museológica, é centrado num monumento central distinto que se insere numa área de paisagem cultural. Um parque arqueológico deve funcionar como uma entidade forte e complexa, com uma boa gestão e apoio de todas as partes interessadas (McManus, 1999).

Evocando a legislação nacional<sup>2</sup>, no seu artigo 74º, toma-se como parque arqueológico *“qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes”*.

O *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS, 2006) da Austrália, o organismo maior que trabalha para a preservação e conservação do património cultural,

---

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/>

refere, na Carta de Burra (1999), cuja temática é orientada para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural, no seu Artigo 1º, que *“Sítio significa lugar, área, terreno, paisagem, edifício e outras obras, grupo de edifícios ou de outras obras e pode incluir componentes, conteúdos, espaços e vistas”*. Numa nota explicativa, o conceito de sítio deve ser interpretado genericamente, ou seja, na definição anteriormente citada, os sítios incluem sítios arqueológicos religiosos e espirituais, memoriais, árvores, jardins, parques, lugares de acontecimentos históricos, áreas urbanas, cidades, lugares industriais.

#### **1.4. Património imaterial**

Constituem o património cultural imaterial as práticas, expressões, representações, conhecimentos e competências, assim como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais associados, que as comunidades, grupos e indivíduos identificam como parte do seu património cultural. Este património é transmitido às gerações presentes e futuras, e constantemente recriado pelas comunidades, conferindo-lhes, assim, um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo para uma promoção de respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. Desta forma, o património cultural imaterial demonstra-se nos seguintes tópicos: Tradições e expressões orais, sendo a língua também um transmissor do património cultural imaterial; artes de espetáculo; práticas sociais e atos/rituais festivos; conhecimentos relativos à natureza e universo; práticas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003 citado por Barranha, 2016).

Além disso, integram também o património cultural imaterial as realidades com suporte, ou não, móvel e imóvel, que patenteiem testemunhos antropológicos ou etnográficos com relevância cultural ou para a comunidade, espelhando, assim, um significado para a identidade e memória coletiva. Merecem atenção e proteção as expressões culturais transmitidas oralmente, os modos tradicionais de fazer, sobretudo técnicas tradicionais de construção, de fabrico e de confeção de alimentos (Lei 107/2001, de 8 de setembro, aludido em Barranha, 2016).

## 2. O processo de patrimonialização, sacralização e memorização do património cultural

### 2.1. Patrimonialização

Quando se pensa na composição da identidade de uma região, sobressai a questão da valorização do seu património cultural. A construção da perceção de um lugar, indubitavelmente, reivindica a História, a cultura e a memória das pessoas. Ou seja, qualquer sentimento de pertença e de identificação por parte de alguém com um lugar, não se relaciona somente com a História, nem com o lugar em que nasceu ou com o seu passado. Essa perceção do lugar, aliada à peculiaridade do mesmo, das relações sociais quotidianas aí desenvolvidas, da perceção dos indivíduos e da consciência geral do lugar, sustenta-se na construção de resistências e em memórias coletivas (Santos, 2017).

Por sua vez, a longevidade de um bem tangível ou intangível na memória coletiva determina-se na sua valorização cultural, económica e, claro, simbólica pela sociedade. Esse ato de valorizar, ou melhor, de “patrimonializar”, diz respeito a uma atribuição de novos valores, significados ou sentidos a objetos, formas, estilos de vida, saberes ou conhecimentos sociais. A patrimonialização é realizada tendo em vista os instrumentos de seleção, escolha e proteção do património cultural, material e imaterial (Santos, 2017).

O fenómeno da patrimonialização tem por base um movimento histórico, que remonta ao Século das Luzes, no alvor da Revolução Francesa. Por esta altura, a apropriação dos bens dispostos à nação era inventariada a partir dos bens do Clero e da Nobreza. É o novo governo francês que, fruto da resolução da Assembleia Constituinte de 2 de novembro de 1789, cumpre o imperativo estatal com o objetivo de proteger o seu património material, inclusive, os edifícios e as obras de arte. A patrimonialização *“faz depender a sua vitalidade da emergência de uma sensibilidade estética dirigida ao património, fruto de um longo amadurecimento histórico”* (Santos, 2017, p. 44).

É então, a partir desse marco histórico, que a patrimonialização passa a solidificar-se como uma prática determinante, com vista a certificar a proteção dos bens culturais tangíveis. Todavia, atualmente, o ritmo delirante da patrimonialização determina-se como uma reinvenção funcional em vários domínios, num sentido em que a tradição do património é transformada num capital de inovação (Santos, 2017).

Neste sentido, o património é algo que, inevitavelmente, está enraizado ao passado. Melhor dizendo, está enraizado a um ideal de um passado já (re)construído no presente. Os objetos ou bens patrimoniais são manifestações representativas de uma cultura que está dividida entre o que se pensa ter sido e o que realmente procura ser. Idealmente, o património é um todo cultural produzido pelas pessoas e para as pessoas. No entanto, o património que é classificado ou distinguido dos demais é apenas uma pequena parte, selecionada e protegida sob um discurso que se pretende hegemónico (Bernardo, 2020).

Todavia, o facto de a patrimonialização resultar de uma iniciativa forte do setor público, local ou nacional, ela acarreta outra questão: a da corrida ao património com o intuito de diferenciação face a outros. Isto quer dizer que, quando existe um objeto ou um bem cultural que tem uma importância considerável e se estende por mais do que um concelho, ocorre uma disputa de direitos sobre esse objeto ou bem cultural. Tomando como exemplo, vários concelhos portugueses incluem um vasto leque de património edificado, como o caso de castelos. Estes estão espalhados por vários pontos de Portugal Continental, sendo que alguns concelhos têm mais do que um na sua jurisdição administrativa. Grande parte destes castelos está identificado e integrado na lista nacional do património edificado, mas são poucos os concelhos que os canalizam para fins promocionais ou de diferenciação territorial (Bernardo, 2020).

É importante referir que a patrimonialização de objetos, de espaços, de ideias culturais é, antes de tudo, um objetivo político e, também, uma ferramenta de subordinação às entidades estatais, pois não deve ser esquecido que são essas – e não as comunidades locais – que estabelecem o valor jurídico de um bem patrimonial (Ramos, 2009 citado por Bernardo, 2020). No mesmo sentido, a patrimonialização é considerada como uma regalia dada pelo poder público que deve ser fruída pela comunidade local para o seu desenvolvimento económico, quer através da criação de empresas ligadas ao turismo como, ao mesmo tempo, de estratégias para reforçar a ideia de identidade e orgulho coletivo (Bernardo, 2020).

Desde o final da Segunda Grande Guerra que ocorreu um salto qualitativo e quantitativo no avivamento social e cultural do património cultural, em muito devido à preocupação e à sensibilidade das referências culturais com potencial patrimonializável (Pérez, 2009). Neste sentido, e de acordo com Joan Prat i Caros (1993 citado por Pérez,

2009), existem três critérios que costumam ser seguidos no processo de patrimonialização:

- a míngua do bem cultural face a bens abundantes e atuais, sendo que o valor é dado num ato de carência;

- a inutilidade do bem cultural ou o abandono das suas funções enquanto bem cultural;

- e os valores afetados, ou seja, os bens culturais que são patrimonializados recebem um sentido sagrado, limitando valores como a etnicidade e a identidade, mas, ao mesmo tempo, adquirem valores novos, como o económico, por exemplo.

De acordo com Pérez (2009), atualmente, o património cultural é alvo de discussões acerca dos valores sociais e a patrimonialização é o processo que permite atribuir valores, significados, sentidos e usos a objetos, a modos de vida, a saberes e a conhecimentos sociais. Por conseguinte, é necessário perceber o património cultural no seu real contexto social, cultural e económico. Sendo a patrimonialização o processo que está profundamente conectado à institucionalização da cultura, obedece a uma estratégia instrumental e pragmática. Além disso, surge como um mecanismo de legitimação e de afirmação da identidade de grupos sociais que estão em luta com outros grupos, ou em luta no seio do próprio grupo, já que a comunidade, o Estado e todos os agentes responsáveis pela atribuição do valor ao património cultural confrontam, negociam e/ou motivam-se, entre si, a definir o que é, ou não, o património cultural (Pérez, 2009). Mas, a patrimonialização também pode ser encarada como um seguro contra o esquecimento, ou seja, é quase como um processo de ativação da memória, em processos intrinsecamente ligados ao esquecimento (Pérez, 2009).

De acordo com uma visão mais crítica, deve considerar-se que muitos dos processos de patrimonialização, uma vez que transformam bens culturais em património cultural, tornando-os, muitas das vezes, populares para o consumo cultural (no geral e turístico), em muitos casos não são coerentes com a História e a Memória (Pérez, 2009). Na verdade, grande parte desses elementos culturais patrimonializados passam uma ideologia de passado fantasiosa, levando a uma solidificação das culturas por ação da atividade turística, como, por exemplo, a proibição de contruir um determinado edifício por se considerar que encobre a cultura e não porque atrai turistas. Em outros casos, ocorre a manipulação dos elementos culturais de forma a criar uma

imagem patrimonial monumentalizada, descurando as memórias e as culturas (Hewison, 1987 em Pérez, 2009).

Conforme refere o sociólogo Jeudy (1995 citado por Teixeira, 2017), a patrimonialização é um modelo homogêneo que se afasta das memórias locais e que visa controlar as emoções coletivas. Para o autor (Jeudy, 1995 citado por Teixeira, 2017), a identidade patrimonial encobre a heterogeneidade da cultura, asseverando que a apresentação patrimonial é uma caricatura redutora de diferenças. O património cultural é quase como uma figura que dá ordem e coesão social, sendo que o processo de patrimonialização resulta da estrutura simbólica da sociedade e das suas relações de poder. Por sua vez, Prats (1998 citado por Castro & Tavares, 2016) refere que a patrimonialização coincide com uma *“ativação patrimonial”*, em outros termos, trata-se de um processo que elege objetos para uma (re)significação e (re)valorização dos mesmos.

Em contrapartida, o processo de patrimonialização deve-se, também, a uma exacerbada defesa e conservação do património, processo que se intensificou desde a década de 1980. Tal resulta da resposta que a sociedade dá às mudanças sociais e económicas que vão ocorrendo, que são fruto da globalização, acabando por dar origem a uma controvérsia internacional que contrapõe dois lados opostos: um que advém do excesso da preservação e outro que se distingue pelas reações anti-patrimoniais. Outro fator que deve ser considerado no processo de patrimonialização é a constante destruição do património, que, de resto, é coincidente com o rápido crescimento da sociedade consumista. Aliás, um dos grandes problemas da Era contemporânea é o terrível aumento de episódios de destruição do património (Custódio, 2010 citado por Silva, 2013).

## **2.2. Sacralização**

O património cruza-se com o sagrado, já que um objeto sacrificial não é mais senão um objeto patrimonial. Não se está perante o culto ao monumento em si, mas sim o culto à memória que aquele monumento representa.

Segundo Santos (2009, p. 7), patrimonializar é consagrar e, na tradição romana, *“tornar algo suscetível de ser integrado num património, seria desconsagrar o objeto, o lugar: retirar-lhe o carácter sagrado”*. Apesar disso, várias igrejas, capelas e santuários

espalhados pela Europa foram desconsagradas ao longo dos anos, dado o abandono, a ruína, o vandalismo, a alienação, entre outros fatores, a que foram sendo sujeitos. Talvez com que esses edifícios perdessem o seu caráter sagrado, acabando por se tornarem em meros edifícios profanos. No entanto, é através do património que uma nova vida se dá a esses edifícios e que, pouco a pouco, se reavivam e se incitam os seus valores sagrados, transformando-os em novas referências. Nesse sentido, a patrimonialização emerge como um duplo processo que abrange a extração do património do domínio privado em prol do coletivo e da sacralização. Isto é, deste duplo processo há um caráter sacralizante que ajuda à classificação dos monumentos e dos objetos, conferindo-lhes um caráter de excecionalidade. A patrimonialização, neste caso, funciona como uma forma de reafectar os objetos ao sagrado, tendo por base novos cultos e a devoção a novos deuses presentes na Memória Coletiva.

Para Eco (2001 citado por Barroso, 2018, p. 3), a cultura trata-se de uma *“intervenção humana sobre o dado natural, modificado de modo a poder ser inserido numa relação social”*. Desta forma, a cultura é vivida se for convertida em símbolos e se estiver presente num sistema que seja tangível, compreensível, sendo a experiência religiosa, igualmente, produto de uma manifestação cultural.

Um lugar sagrado concebe simbolismos e identidades, pois é vivido, experienciado e interpretado como uma zona de religiosidade determinada e, por isso mesmo, palco para a expansão do sagrado. Sendo a religião um fenómeno cultural, dinâmico e carregado de simbolismo, que se mostra de várias formas e propicia formas de vida e comportamentos sociais com significados, a pessoa religiosa expressa-se através de modos simbólicos que estão relacionados com o espaço. Posto isto, a sacralização de um espaço associa-se a fatores que são psicológicos ou *“mitopoiéticos”* e físicos e geográficos. Os primeiros dizem respeito a crenças ou rituais que originam uma identidade e simbolismos em locais de culto, porque conservam a base espiritual do território. Já os fatores físicos ou geográficos relacionam-se com as características de relevo, pois os locais de culto nos montes, montanhas ou outeiros são frequentes símbolos de devoção popular, cuja grandiosidade é a altura (Barroso, 2018). Um espaço que é sacralizado é importante para a formação de um simbolismo patrimonial. A historicidade e o simbolismo de um determinado espaço vêm dos monumentos que lá

estão dispostos, mas, acima de tudo, dos locais de culto e das práticas rituais (Barroso, 2018).

Contudo, a sacralização patrimonial não se baseia numa mera passagem de objetos de caráter profano para o caráter sagrado, como se a limitação e a definição destes dois domínios permanecessem intacta no decorrer de, e depois do, processo. O sagrado não se esgota no processo ritualizado de patrimonialização, pois quando se atribui valor a novos objetos ou lugares de culto, dá-se um crescente investimento de sentimentos, de novas práticas devocionais e de novos rituais de culto (Santos, 2010).

De acordo com o mesmo autor (Santos, 2010), a sacralização confirma-se na patrimonialização, dado que ao longo de todo esse processo, o objeto patrimonial é alvo de práticas coletivas de caráter votivo, de rituais de aproximação e, também, de um contacto de devoção que contribui positivamente para reforçar o caráter sagrado do objeto patrimonial. As práticas rituais, como visitas, devoções, ou até peregrinações, recaem sobre o objeto/lugar não só porque é sagrado, mas porque a sua consagração é reforçada pela prática ritual. O que realmente torna um objeto sagrado é a intensa devoção por parte da sociedade. É, pois, necessário que isto ocorra para manter vivo o caráter sagrado do objeto/lugar (Santos, 2010).

### **2.3. Memória Coletiva**

No século XX, Maurice Halbwachs (1990) surgiu com uma nova visão do que era até então a memória. Acreditava-se que a pessoa era a única responsável pelo resgate do seu próprio passado, isto é, a memória era gerida por leis biológicas. É certo que, quando um individuo se recorda de algum acontecimento, está a usar a sua memória; o que ele recorda faz parte da memória dele, pertence a ele e somente a ele. No entanto, é preciso ter em atenção que muitas memórias das pessoas correspondem a momentos partilhados com outras pessoas. Assim, em harmonia com Halbwachs (1990), a memória individual existe a partir da memória coletiva, visto que as lembranças são formadas dentro de um grupo. As ideias, sentimentos e até reflexões que uma pessoa tem é, na verdade, são sugeridas pelo grupo onde se insere. Ora, essa memória individual sugerida pelo grupo é o que assegura a coesão do mesmo, assegura o coletivo. Halbwachs (1990) refere ainda que as lembranças individuais serão sempre coletivas, e serão sempre

lembradas pelos outros, mesmo que diga respeito a acontecimentos individuais, pois, segundo ele, as pessoas nunca estão sozinhas.

Ao falar em Memória, uma das primeiras coisas que se evidenciam é a capacidade cognitiva que as pessoas têm para (re)construir uma recordação de algum acontecimento da sua infância, de uma informação partilhada por terceiros ou de alguma experiência pessoal. Ou, ainda, a habilidade de aprendizagem que, inconscientemente, cria a ideia de um simples ato de aprender algo. Assim sendo, a memória impôs-se como um forte instrumento na passagem de testemunho(s) e a sua aprendizagem pela sociedade perpetua a identidade enquanto grupo (Ricardo & Gonçalves, 2012). Assim, o património cultural e a memória devem ser estimados pelo valor que têm, devendo ser preservados e valorizados *“em ligação direta com a vida”* (Martins, 2020, p. 26). Conforme Martins (2020), é determinante refletir sobre o facto de que o valor que o património cultural tem, inevitavelmente, exige uma aceitação dos acontecimentos por detrás do mesmo, quer sejam bons ou maus, para que haja a possibilidade de se obter experiência, através do funcionamento da memória. Na verdade, o recurso à memória serve para reivindicar a aceitação das relações humanas. Além disso, a ação da memória significa assumir o tempo próprio e os outros tempos, assim como o lugar próprio e o lugar dos outros. É fundamental compreender o lugar do outro. Só assim a identidade pode ser um fator de respeito, de partilha, de ligação, de compreensão e de responsabilidade. De facto, deve-se valorizar a relação especial entre o património cultural e a memória, como duas realidades que estão no presente e que contribuem para um mundo melhor. Trata-se de uma exigência de reconhecimento da importância da memória e do valor do património cultural na, e para, a sociedade. No fundo, é compreender e aceitar a relevância do valor acrescentado que as gerações têm e que, paulatinamente, inscrevem na realidade cultural, em que são todos protagonistas (Martins, 2020).

Em consonância com esta ideia, Almeida (1993) refere que o património cultural é uma herança, é a memória da comunidade e é isso que lhe confere qualidade de vida. A sociedade sempre teve e, antropologicamente, sempre terá de ter as suas referências de memória, ou seja, os *“monumentos”*, mesmo que cheguem até às pessoas por via oral. Isto porque, o património cultural é a garantia da identidade das sociedades. Todas

têm os seus monumentos, que são os alicerces que sustentam a memória das pessoas e que são os indicadores da identidade coletiva.

Perante esta visão, reconhece-se a importância da memória e do património cultural para a História da sociedade, considerando que guarda os traços da cultura da sociedade, preserva os objetos e as relíquias e ajuda a entender o processo da construção dessa mesma História. Isto porque, para Santos (2017), a construção da memória não se separa do espaço e do tempo em que se constrói. Em outras palavras, é como construção social e histórica propensa à constante revisão, quer sob uma visão temporal quer sob visão espacial, onde o conceito de património cultural se desenvolve de forma dinâmica, pois é definido através das várias mudanças que sofre e resulta de novas dimensões desencadeadas pela relação estabelecida entre as pessoas e os objetos. O mesmo autor (Santos, 2017) acrescenta que, ao contrário da memória individual, a memória social ergue-se ao longo das várias gerações de indivíduos, que afundam em relações estabelecidas pelas estruturas sociais. A construção de uma memória social vê-se numa referência do que não foi presenciado, representando desta forma processos e estruturas sociais dinâmicas. A memória social é transgeracional, servindo de ponte para a construção das ligações entre gerações.

Por sua vez, Le Goff (1990) considera que a memória é um conjunto de informações psíquicas que preservam e atualizam as informações e as impressões do passado. Logo, a memória dá vida a um passado, no sentido em que contribui para que este permaneça presente. A construção da memória fundamenta-se, essencialmente, em três elementos essenciais: (1) acontecimentos, (2) personagens e (3) lugares. Os acontecimentos dizem respeito aos factos que estão guardados na memória, os quais podem ser individuais ou coletivos. As personagens têm quase o mesmo papel que os acontecimentos, podendo ser do círculo social ou até uma personagem de carácter histórico. Por último, os lugares são o palco da memória, o local, o espaço onde tudo aconteceu. No caso da memória coletiva, os acontecimentos são ocorrências que têm sempre algum significado para a sociedade (Pollak, 1992 citado em Vieira, 2017). Também a memória coletiva se baseia nos três elementos acima mencionados, mas de uma maneira mais abrangente. Na verdade, eles direcionam-se para uma história comum. Os acontecimentos são aqueles que marcam a vida social de uma sociedade e lhes agrega valor. As personagens são, por norma, pessoas que estão dentro do contexto

dos acontecimentos. E os lugares são os espaços onde os acontecimentos e as personagens interagem. A memória coletiva está, pois, associada às experiências da sociedade. Neste sentido, o património cultural e a memória apresentam uma relação periódica e recíproca. Ao património cultural, sendo um lugar de memória, cabe o papel de a manter vivo, através do tempo. Por sua vez, a memória, para além de construir uma identidade, é também um elo crucial na relação entre indivíduos e património. Desta interação pode resultar a sua valorização. Como tal, a memória é criada pelo património e o património é valorizado e preservado pela memória (Vieira, 2017).

## **2.4. Lugar**

O conceito de lugar pode ter diversas definições e interpretações. Por um lado, o lugar pode estar associado a valores, ainda que sejam imaginários e/ou simbólicos, sendo um elemento integrante dos grupos sociais, que desempenha um papel na estrutura dos indivíduos. Os lugares são constituídos por distintos atores sociais, aqueles que o criam e o habitam, como por todos aqueles que o visitam, sendo que todos participam na construção do sentido de lugar (Nós, 2013).

Por sua vez, Mihaylov & D. Perkins (2014) abordam o tema de apego ao lugar. Sendo este apego um conjunto de vínculos desenvolvidos, ao longo do tempo, a partir de comportamentos afetivos e cognitivos entre pessoas e/ou grupos com o seu ambiente social e físico. Esses laços constituem uma estrutura para os aspetos individuais e comunitários da identidade. Os limites do que é um lugar são socialmente constituídos e definidos por diferentes grupos de moradores, tornando-o único. A identidade do lugar corresponde à relação que as pessoas têm com ele, ou seja, a identidade pode ser transformada ou mantida face às características e usos dos ambientes quotidianos (Mihaylov & D. Perkins, 2014).

Desta forma, a definição de lugar e de identidade de lugar acabam por se relacionar, porque as características que o definem são aspetos da identidade criada nesse lugar. A identidade do lugar é sustentada na dependência simbólico que as pessoas lhe atribuem, na medida em que serve a função de criar quem elas são. Isso acaba por resultar numa ligação com o lugar, cujos laços emocionais com uma determinada localização geográfica gera uma conexão emocional mais forte (Mihaylov & D. Perkins, 2014).

Esta consciência de lugar leva a que seja, muitas das vezes, tomado como garantido. Contudo, o lugar é um potenciador no que respeito a sua preservação e melhoria no seio da comunidade inserida. É através do apego ao lugar, que a ação coletiva e capital social é traduzido em benefícios para as pessoas e lugares.

Por outro lado, lugar pode ter um significado cultural. Isto é, o significado cultural acrescenta valor a um lugar. Os lugares que têm algum significado cultural são aqueles que ajudam a compreender o passado, e de certa forma, enriquecem o presente acabando por serem valiosos para as gerações futuras (Rappoport, 2013).

### **3. Património cultural e a importância do turismo cultural**

#### **3.1. Valorização do património cultural**

Preservar é, acima de tudo, conhecer o património, definir um bom planeamento e estabelecer políticas de prevenção que incluam a participação de vários agentes, como o Estado, os municípios e os cidadãos. Não obstante, são vários os investigadores que defendem a ideia de que há uma necessidade de conservação dos bens culturais, bem como a salvaguarda de objetos e locais simbólicos, visto que existe uma angústia coletiva diante de um desaparecimento dos traços culturais (Umbelino, 2004).

Instrumentos de valorização e de apropriação de bens culturais, como por exemplo, placas de sinalização e comunicação, trilhos interpretativos, os *media* e até mesmo a comunidade de um dado local, podem contribuir para a valorização dos bens culturais e dos testemunhos da sua história e identidade. A valorização e o aproveitamento do património cultural, através do turismo, não deve descurar os elementos culturais sob um olhar por parte da comunidade, fomentando a oferta com roteiros locais, serviços e produtos que exaltem as experiências dos visitantes no destino, além de destacar a comunidade em áreas de interesse turístico. Desta forma, o turismo é um fator fulcral no reforço das identidades e articulação da cultura dos locais, pois estimula a participação da comunidade no processo e gestão da oferta turística (Carvalho, 2010).

Uma correta interpretação do património vai permitir uma maximização das potencialidades do meio ambiente natural e cultural. Uma boa metodologia que reconheça os atrativos e a sua importância faz com que sejam criadas relações entre a

sociedade atual e os fatores históricos que a abrangem. Além disso, proporciona aos visitantes experiências que agregam valor às particularidades da cultura, por intermédio de propostas educativas que vinculam não só o património e a comunidade, mas também os visitantes. A interpretação e a valorização do património favorecem, também, a sustentabilidade económica para a comunidade decorrente da atividade turística (Carvalho, 2010).

De acordo com a Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001 de 8 de setembro), o Estado tem de assegurar a transmissão da herança nacional através da salvaguarda do património cultural, pelo que o Estado tem de proteger e valorizar “*o património cultural como instrumento primacial de realização da dignidade da pessoa humana, objeto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e da identidade nacionais*”. Mas, além do Estado, os cidadãos também têm um papel crucial, já que têm o direito de fruição dos bens e valores que integram o património cultural, como também o devem valorizar, proteger, defender e conservar. Neste sentido, são consideradas ferramentas de valorização de bens culturais: (1) o inventário do património cultural, (2) os instrumentos de gestão territorial, (3) os parques arqueológicos, (4) os programas e apoios à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios, (5) os programas de divulgação, animação e sensibilização; (6) os programas educativos e (7) os programas de aproveitamento turístico (Vieira, 2007).

Nos últimos anos, no mundo contemporâneo, tem-se verificado uma importância significativa dos bens culturais que assentam em três pressupostos essenciais: conhecer/investigar sobre um dado bem cultural; proteger/conservar esse bem cultural; e, por último, valorizar/divulgar o bem cultural. À luz destes pressupostos, considera-se que a valorização do património cultural é um ponto importante na gestão do mesmo, procurando sempre torná-lo acessível para todos o poderem usufruir. Desta forma, a fruição dos bens culturais e patrimoniais só é plausível se for assente em estratégias de gestão e de dinamização dos elementos patrimoniais. Para isso, o processo de valorização do património cultural baseia-se em três pilares cruciais, sendo eles o conhecimento, a salvaguarda e a dinamização. Valorizar, significa igualmente criar mecanismos de comunicação entre diferentes agentes sociais, neste caso, Estado, comunidade e especialistas da área, já que todos são responsáveis pela proteção do

património. E sendo o património uma questão de cidadania, ser cidadão é participar na construção de um futuro melhor com base na aprendizagem de um passado comum (Vieira, 2007).

Não obstante, segundo a mesma autora (Vieira, 2007), há inúmeros sítios escavados, ou até mesmo estudados, que não são alvo de qualquer tipo de conservação, proteção ou dinamização. Pelo contrário, são dados ao abandono, encontrando-se muitas das vezes em estado avançado de degradação incentivado por, entre outros, o crescimento de vegetação, o aluimento de estruturas, ou o vandalismo. Não deve haver preocupação a curto prazo com os bens culturais, como tem acontecido, mas a longo prazo. No entanto, nem todos os bens patrimoniais apresentam características adequadas para integrarem políticas de gestão e dinamização. Por isso, a sensibilização do público e o apelo à responsabilidade de todos os agentes envolvidos no processo de valorização do património é uma questão importantíssima, pois *“Quem conhece e entende o valor de um elemento patrimonial, não o despreza nem o destrói”* (Ferreira, 1986 citado por Vieira, 2007, p. 483). Infelizmente, um dos grandes problemas de Portugal no que toca à proteção e salvaguarda do património cultural é a exígua educação cívica quanto aos valores culturais. Qualquer que seja a intervenção a favor da salvaguarda dos bens patrimoniais será frívola se o interesse dessa intervenção não tiver o apoio e, como protagonistas, a comunidade nacional ou local (Vieira, 2007).

### **3.2. Turismo cultural**

O turismo cultural é, indubitavelmente, um dos segmentos mais importantes do turismo e um dos maiores meios de consumo cultural (Richards, 2013 em Carvalho, 2018).

A definição dos vários tipos de turismo que existem, em especial, o turismo cultural, emergiu no século XV, resultado das peregrinações e das viagens educacionais. Mas o grande marco foram as viagens do *Grand Tour*, que deram origem ao desenvolvimento e início do turismo cultural (Timothy, 2011 citado por Carvalho, 2018). Contudo, o turismo cultural só começa a ser realmente visto como um produto na década de 70 do século XX, quando grandes empresários e investidores do turismo identificam a sua importância. O turismo revelou-se essencialmente pelas viagens, essenciais para a aquisição de maior conhecimento e para a compreensão da cultura de

um determinado destino. Logo, estando posicionado como um segmento de mercado turístico específico, é procurado por um pequeno grupo de pessoas com maior poder económico e com maior instrução, que preferem uma alternativa ao turismo sol e mar. Não obstante, a partir da década de 90 do século XX, o turismo cultural já denotava maior consumo, passando então a ser considerado como um turismo de massas (Du Cros e McKercher, 2015 citado por Carvalho, 2018).

Consoante Marujo (2015 citado em Carvalho, 2018), o turismo cultural é um nicho do turismo que considera as necessidades e motivações dos consumidores, sendo, por isso, um conceito subjetivo. Apesar disso, o turismo cultural acarreta consigo inúmeros recursos que podem ser explorados enquanto produtos turísticos, devido à sua multiplicidade. As particularidades do turismo cultural fazem com que seja um ativo importantíssimo para a atividade turística nacional e internacional e oferece ao setor um papel mais relevante, não só com o surgimento de vários temas sobre o assunto nas últimas décadas, mas também nos números e nas receitas que trouxe para o turismo. Não se pode descurar que o turismo cultural é um aspeto crucial quando se trata do desenvolvimento sustentável de um local, visto que contribui positivamente para o crescimento económico, social e cultural das comunidades (Carvalho, 2018). Porém, deve-se ter em atenção que também há um lado menos positivo, isto é, o turismo cultural também pode contribuir para uma perda de identidade cultural na comunidade ou até mesmo a simplificação da cultural, a deterioração de centros históricos devido à concentração exagerada de turistas, o medo por atos de terrorismo e crime, entre outros impactos negativos (Agnol, 2012).

Não pode haver turismo sem cultura, porque o turismo é uma expressão cultural. Num sentido restrito, o turismo cultural pode ser visto como um tipo de viagem cujos motivos são, na sua base, culturais e educativos. De acordo com Bonik e Richards (1992 citado por Pérez, 2009), existem duas abordagens que são importantes para se compreender o turismo cultural: (1) a abordagem de lugares e monumentos e (2) a abordagem conceptual. A primeira envolve a descrição das atrações e pensa na cultura como um mero produto e, segundo um ponto de vista estratégico de investigação, a cultura seria apenas quantitativa e focar-se-ia nas atividades e motivações dos turistas deste segmento de turismo. A abordagem conceptual questiona o porquê e o como é que as pessoas veem e praticam o turismo cultural. Frisam-se as práticas, as experiências

e os significados. Nesta abordagem, o que importa é a forma de praticar turismo e não os produtos em si ou o ponto de vista estratégico de investigação. Neste sentido, esta é uma abordagem qualitativa.

Obviamente, o turismo cultural é um segmento do sector que enfatiza o património cultural de um país e do seu povo, o qual é retratado nos monumentos, nos sítios históricos, nos artefactos, nos eventos culturais e artísticos ou, até, na arquitetura tradicional ou vernacular (OMT, 2003 em Veloso e Cavalcanti, 2007). Este segmento de turismo tem tido um crescimento significativo que resulta, também, do crescente processo de globalização que, por um lado, origina nas populações uma vontade de (re)descobrir e fortalecer a identidade cultural, mas, também, de (re)definir o seu património. Por outro lado, o crescente interesse pela cultura de um país ou de um destino por parte dos visitantes (Toselli, 2003 citado por Velosa e Cavalcanti, 2007). Saliencia-se que o turismo cultural tem procurado no património cultural novos atrativos turísticos com o intuito de dar resposta à procura crescente neste segmento de turismo. Contudo, tem, também, levado à formatação de novos e de diferentes produtos.

Importa referir ainda que, devido ao desenvolvimento e à integração das sociedades e, também, à maior abrangência do conceito de património cultural, o turismo cultural foi adotando novos horizontes, assumindo uma perspectiva integradora. Pois, este segmento de turismo, permite o contacto dos visitantes com a herança cultural inserida no quotidiano das comunidades do destino que visitam, o que contribui para a divulgação das culturas e para o conhecimento e compreensão intercultural (Alfonso, 2003 em Carvalho, 2010). Ao mesmo tempo, permite aceder a experiências enriquecedoras e imersivas – obviamente, diretamente proporcionais ao valor histórico-arqueológico do sítio – pelo facto de, em última análise, permitir a viagem no tempo *in situ*.

### **3.3. Turismo arqueológico**

Cada vez mais, os sítios arqueológicos têm despertando o interesse, não apenas de investigadores, mas também de visitantes. Assim surge o turismo arqueológico, relativo à atividade turística desenvolvida nos sítios arqueológicos, onde os visitantes e a população residente podem compreender a importância do passado histórico da cidade ou do destino turístico (Silva e Oliveira 2012 citado por Rodrigues, 2017). Estes

sítios, mediante o processo de estudo e interpretação, permitem aceder à compreensão do passado.

Pode-se dizer que o turismo arqueológico corresponde à deslocação das pessoas a sítios arqueológicos, escavações ou grutas que contêm pinturas rupestres (Beni, 1998 citado por Rodrigues, 2017). Em concordância, Manzato (2005 citado por Rodrigues, 2017) expõe que o turismo arqueológico é um processo que decorre do deslocamento e permanência dos visitantes em lugares chamados “*sítios arqueológicos*”, onde se encontram vestígios de antigas civilizações pré-históricas e históricas, em meio terrestre ou subaquático. O turismo arqueológico permite as vivências dos visitantes em locais com importância arqueológica que apresentam um significado espiritual ou simbólico para as comunidades (Manzato, 2007 citado por Carvalho, 2010).

Este tipo de turismo pode ser, efetivamente, um poderoso instrumento de revitalização do património arqueológico, através dos mecanismos de divulgação, de conservação e de proteção (Velo e Cavalcanti, 2007). Porém, a prática sustentável do turismo arqueológico, além de impor uma conservação dos recursos culturais arqueológicos procura, especialmente, preservar o objeto de visita e pode ser encarada como uma alternativa de conservação que deve ser tida em consideração, dado que é uma fonte de recursos, de empregos e de envolvimento das pessoas (Bastos, 2002 citado por Velo e Cavalcanti, 2007).

Segundo Velo e Cavalcanti (2007), o turismo arqueológico inclui produtos e propostas turísticas e culturais, como projetos de investigação arqueológica. Além disso, a valorização do património arqueológico tem possibilitado um maior acesso a recursos e vestígios arqueológicos, quer pelo mercado turístico de um país quer pelo mercado internacional. Em países como Portugal, Espanha, Egito, México, Perú, Bolívia, Itália e Grécia, a exploração do turismo arqueológico contribui para gerar rendimentos em função das visitas. Neste sentido, existem diversos produtos turísticos relacionados com o património arqueológico, que podem ser:

- ✓ Rotas temáticas;
- ✓ Espetáculos ou celebrações de recreação histórica de carácter participativo;
- ✓ Apresentações de gastronomia de povos antigos;
- ✓ Possibilidade de alojamento em hotéis que conservem vestígios arqueológicos;
- ✓ Festas de teatro em sítios arqueológicos;

- ✓ Cinema arqueológico;
- ✓ Comemorações relacionadas com personagens ou acontecimentos;
- ✓ Arqueologia industrial, que pode incluir visitas a minas;
- ✓ Viagens temáticas;
- ✓ Visitas subaquáticas;
- ✓ Desenvolvimento, por parte de empresas privadas, de reconstruções históricas de sabores, odores ou transportes de qualquer época;
- ✓ Participações monitorizadas em escavações arqueológicas.

Além destes, outros produtos turísticos arqueológicos são as visitas a museus locais e a centros interpretativos, parques arqueológicos, aulas arqueológicas ou até arqueobus (Velooso e Cavalcanti, 2007).

### **3.4. Estratégias de dinamização turística**

#### **3.4.1. Rotas, itinerários e circuitos culturais**

O turismo, enquanto setor económico relevante para o país, rapidamente se tem desenvolvido, passando de uma procura turística quantitativa para uma procura qualitativa. Os produtos turísticos que se relacionam com rotas culturais acabam por se interligar com a cultura popular, com as artes. A procura pela autenticidade dos destinos e com cultura local são os elementos fulcrais para a base do turismo cultural mundial.

São vários os lugares com património cultural significativo e com grande potencial de desenvolvimento no mercado turístico. Através do turismo cultural, a criação de produtos culturais eleva a cultura e o património tornando a experiência turística gratificante.

De acordo com Pérez (2009), um itinerário cultural é um circuito delineado por sítios e por etapas relacionadas com o tema. O tema deve ser uma representação de uma identidade regional, de maneira a favorecer um sentimento de pertença e de reconhecimento na memória coletiva. Os sítios e as etapas que compõem um itinerário têm valores simbólicos para a população local e para os visitantes que visitam o local. O tema do itinerário dá-se a conhecer através de variados valores culturais como laços históricos, etnográficos, sociais, artísticos, arquitetónicos, tradicionais ou geográficos.

Um itinerário cultural deve ter em atenção valores culturais, a memória histórica, a história, o património cultural e natural e, também, a pluralidade de identidades. Deve, de igual modo, promover os contactos entre locais e visitantes, respeitar o meio ambiente, procurando diminuir impactos negativos de turismo (Pérez, 2009).

Os roteiros culturais também se podem definir como itinerários de visita, onde se apresenta um conjunto de atrações a serem visitadas, com o intuito de também serem interpretadas, ou seja, onde se procura efetuar uma leitura sociocultural do território. Essas visitas devem ter em atenção que as atrações precisam de ser interpretadas, valorizadas socioculturalmente e reconhecida a sua importância (Pérez, 2009).

Por fim, um itinerário ou rota cultural são um caminho sinalizado em que se interpreta elementos culturais. Alguns itinerários unem pontos turísticos e de interesse patrimonial, outros são caminhos históricos que dão ênfase não apenas aos pontos de interesse, mas também ao próprio caminho e experiência do seu percurso (Pérez, 2009).

## **Parte II. OBJETIVOS E METODOLOGIA**

### **1. Objetivos**

A investigação, como tal, insere-se numa estratégia de ação com objetivos que vão encaminhar as atividades a executar. Desta forma, a presente dissertação envolve objetivos mais amplos, os gerais, e mais concretos, os específicos.

O objetivo geral deste trabalho é valorizar o património cultural e arqueológico do município de Barcelos, particularmente, através do estudo conjugado do património cultural e arqueológico pertencente à União de freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria, mais especificamente, do Monte da Franqueira. Pretende-se, igualmente, incentivar a prática de turismo cultural no concelho de Barcelos, incluindo o segmento do turismo arqueológico.

Para tal, e em termos de objetivos específicos, este trabalho compreende: (1) a inventariação das evidências sobre a ocupação humana do Monte da Franqueira desde o Calcolítico até à Idade Média; (2) a definição de um discurso apoiado no uso e na importância patrimonial ganha, ao longo do tempo, pelo Monte da Franqueira, incluindo os seus vestígios arqueológicos; (3) a reflexão sobre a relação estabelecida entre o Monte da Franqueira e a memória coletiva local, a partir de uma visão holística inerente ao processo de patrimonialização; e (4) a valorização pedagógica e lúdica do Monte da Franqueira como um lugar de memória cultural e com potencial turístico.

### **2. Metodologia**

A metodologia da investigação fundamentou-se na conjugação de métodos como o trabalho inicial de gabinete, o trabalho de campo e trabalho avançado de gabinete.

Durante o trabalho inicial de gabinete foi desenvolvida uma lista de tarefas a seguir; o levantamento bibliográfico e documental sobre a história de cada componente que constitui o monte da Franqueira, ou seja, o Convento dos Frades, o Castro e Castelo de Faria e a ermida da Nossa Senhora da Franqueira; o levantamento bibliográfico sobre o património cultural (material e imaterial) do monte da Franqueira; consulta de bibliografia relativa ao enquadramento teórico, incluindo referências sobre património cultural, memória coletiva, patrimonialização, turismo cultural, entre outros conceitos que se destacam na investigação. Esta pesquisa foi fundamentada através da consulta

de trabalhos de autores que versaram segundo diferentes perspetivas. Este processo iniciou-se em 2021 e recorreu a obras em formato livro, artigos e dissertações académicas. Foi importante a pesquisa em obras na Biblioteca Municipal de Barcelos.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica realizaram-se visitas ao terreno, de maneira a compreender melhor como estruturar o presente trabalho e onde fosse possível conseguir a valorização do local. Registos fotográficos foram igualmente efetuados.

A realização da análise SWOT foi necessária para compreender os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças apenas ao local. Simplificando, os pontos fortes e fracos são fatores internos ao que se pretende analisar, neste caso, o monte da Franqueira, e as ameaças e as oportunidades são fatores externos. Os pontos fortes são aqueles que se pretendem promover, enquanto os fracos são os aspetos negativos que prejudicam o desenvolvimento e os quais, preferencialmente, se querem anular ou, quando muito, minimizar.

Posteriormente, foi pensado na estrutura de um inquérito a implementar. O objetivo do inquérito era compreender a perceção dos residentes do concelho de Barcelos face ao monte da Franqueira no que respeita ao seu valor patrimonial. O primeiro passo para se valorizar o local parte da população residente. O inquérito por questionário foi fundamentado com base na bibliografia da dissertação. Foi dividido em quatro grandes blocos: (i) o património cultural; (ii) o turismo cultural; (iii) o monte da Franqueira; e, por fim, (iv) o turismo, o património cultural e o monte da Franqueira.

Com o inquérito por questionário pretendia-se apurar variáveis sobre os residentes anónimos do concelho de Barcelos, como o género, a idade, o grau de escolaridade, o local de residência, os conhecimentos que tinham sobre turismo cultural, património cultural e, mais importante, os conhecimentos que tinham sobre a importância patrimonial do monte da Franqueira. Foi implementado online, através da ferramenta *Google Forms*, e disponibilizado nas redes sociais, nomeadamente o Facebook, entre julho e setembro de 2022, tendo sido partilhado em grupos relacionados com Barcelos.

A última parte, pretendeu cruzar toda a informação recolhida ao longo da pesquisa. Fez-se o tratamento e análise do inquérito e tiraram-se as respetivas conclusões. A partir da análise SWOT, que recaiu sobre as potencialidades turísticas do

monte da Franqueira, deu-se início a um levantamento de aspetos positivos e negativos que condicionam a valorização do património cultural local. Uma vez analisadas as potencialidades turísticas que o monte da Franqueira apresenta, foram posteriormente propostas melhorias para valorização do património cultural do Monte da Franqueira.

Para complementar a dissertação, registos fotográficos foram um forte instrumento no decorrer deste trabalho. As fotografias foram tiradas pela autora, nas visitas ao terreno, evidenciando o lugar.

### PARTE III. MONTE DA FRANQUEIRA COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA CULTURAL

#### *O Monte da Franqueira*

*“A franqueira é uma empinada serra mas o caminho é circular e fácil.  
Por mais custoso que fosse, largamente nos indemnizará da fadiga o grandioso  
prospeto.*

*Era propícia a hora em que lá chegamos: formosa e brilhante manhã, suave  
viração, ao longe o horizonte sem névoa, os espigões do Gerez e das serras vizinhas de  
Braga, douradas pelos raios do sol nascente; em redor de nós extensas curvas de  
verdura, eminências pitorescas e o sereno rio deslizando mansamente para o oceano  
agitado e irrequieto.*

*O maravilhar-se a gente em incessantes êxtases será saudável coisa? Neste  
portentoso país, quem não for de pau ou de pedra, é forçoso que esteja em plena  
admiração.*

*Em todo o caso, deve ser bom para a alma de quem se defronta em tão belos  
quadros.*

*E os daqui são os mais deleitosos que a natureza pode ostentar.  
A alma sente-se erguida desde a contemplação de obras tão prodigiosas até ao  
grande e prodigioso Ser, autor da natureza”<sup>3</sup>*

---

<sup>3</sup> Lady Jackson mencionada por Faria (1947, pp.37-38).

## **1. Introdução**

Inicia-se este capítulo com uma apresentação do Monte da Franqueira, procedendo à sua caracterização física e ambiental. Primeiramente, será realizada uma contextualização mais geral do monte, ou seja, uma abordagem à área física circundante em que se insere, e também, ao concelho onde se insere. Depois, apresenta-se o Monte da Franqueira, enquanto lugar. De seguida, na caracterização ambiental será exposto o vasto património natural que o Monte da Franqueira proporciona. Por fim, abordar-se-á o património cultural do Monte da Franqueira. Dentro deste grande conceito, proceder-se-á à compilação de informação disponível, designadamente o Convento dos Frades, o Castro e Castelo de Faria, a lenda do Alcaides de Faria, ermida da Nossa Senhora da Franqueira, a Romaria a Nossa Senhora da Franqueira e os Caminhos de Santiago. Dedicaremos, ainda, particular destaque à Casa Memória da Terra de Faria que está intrinsecamente ligada a este local.

## **2. O Monte da Franqueira**

### **2.1. Caracterização física e ambiental**

#### **2.1.1. O vale do rio Cávado**

O rio Cávado é um rio português que nasce na serra do Larouco e percorre cerca de 129 km até chegar à sua foz, em Esposende. Os seus principais afluentes são o rio Homem, que nasce na Serra do Gerês, e o rio Rabagão, que nasce entre as Serras do Barroso e de Larouco. Ao longo do seu percurso, o rio Cávado atravessa nove concelhos: Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Montalegre, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro Vieira do Minho e Vila Verde. No seu trajeto, este forma a região do vale do Cávado, que compreende seis concelhos: Amares, Barcelos, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde (Associação de Municípios do Vale do Cávado, 2008).

O vale do Cávado situa-se no Noroeste Português, numa região fundamentalmente montanhosa, com cadeias que se formam maioritariamente no sentido nordeste-sudoeste. Estas cadeias correspondem, por norma, a esporões ou contrafortes das principais serras do Minho: a serra Amarela e a serra do Gerês. Nos concelhos de Barcelos e de Braga, as elevações mais altas correspondem a 400 e os 500

m de altitude. A plataforma litoral é vasta a sul do rio Cávado, e vai diminuindo progressivamente para norte, até à foz do rio Neiva, onde não ultrapassa os 3 km em linha reta (Bettencourt, 1999).

No que concerne ao substrato geológico, este é diversificado. Num grande pano de fundo, a montante das freguesias dos concelhos de Esposende, Gemezes, Palmeira de Faro e Rio Tinto, prevalecem as formações eruptivas, representadas por granitos monzoníticos, essencialmente biotíticos, porfiróides ou quartzíticos, doleríticos, entre outros. Do sul da cidade de Barcelos até às freguesias das Carvalhas e Goios, as rochas eruptivas correspondem a granitos alcalinos, intercaladas com formações silúricas metamorfizadas. Este território é atravessado por faixas de rochas silúricas, mas as primeiras faixas metamórficas do silúrico, constituídas por corneanas e xistos luzentes, observam-se nos concelhos de Vila Verde, Braga e Barcelos, cruzando a região no sentido nor-noroeste e su-sueste, acompanhando o curso do rio Cávado em vários sítios. A ocidente do concelho de Barcelos surgem, mais uma vez, formações silúricas metamorfizadas, assim como filões graníticos, aplíticos e aplito-pegmatíticos, que percorrem Barcelos no sentido noroeste-sudeste (Bettencourt, 1999).

Relativamente aos seus recursos minerais metálicos, a bacia do Cávado é abundante em minérios de estanho, ferro, ouro e volfrâmio. Os recursos minerais não metálicos resumem-se às águas minerais, argilas e sal. Os minérios de estanho e de volfrâmio encontram-se mais a oeste nos concelhos de Barcelos e Esposende, sendo que em Barcelos existem minas de volfrâmio em Courel e minas de estanho em Milhazes. Também em Barcelos estão identificadas nas minas de ferro em Vilar, na freguesia de Paradela. Há, também, jazidas de argila, principalmente, em Vila Frescainha, no concelho de Barcelos (Bettencourt, 1999).

Em relação aos solos, a região entre-Douro-e-Minho<sup>4</sup> apresenta solos carentes de cal e ácido fosfórico, pouco apropriados para atividades agrícolas, correspondendo, portanto, a solos de média fertilidade. Os solos montanhosos são menos espessos, menos produtivos e mais leves, enquanto os solos de vale são mais pesados, mais espessos e húmidos, com origem aluvionar e mais produtivos. Os solos da sub-região do Cávado, encontram-se nestas características descritas. Por sua vez, o clima é húmido e

---

<sup>4</sup> Corresponde ao Noroeste português, esta região foi criada para se referir ao Minho e ao Douro Litoral, em dia ser uma região repartida pelos atuais distritos de Braga, Viana do Castelo, Porto e parte dos distritos de Aveiro, Viseu e Vila Real.

temperado marítimo. As estações do ano são bem vincadas: verões quentes e secos e invernos temperados com bons índices de precipitação (Bettencourt, 1999).

As espécies selvagens são raras e muito pouco diversificadas na região entre-Douro-e-Minho, essencialmente na sub-região do Cávado. Inclui-se a presença de coelhos, javalis, texugos, lebres, lobos, raposas e veados. A bacia hidrográfica do Cávado, abrangida pelos concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde, permite uma alimentação variada, incluindo espécies piscícolas como bogas, escalos, enguias, lampreias, salmões, sáveis e trutas. A sua proximidade do mar proporcionou um aumento do consumo de peixe, sendo mais comum em zonas do vale, por ser mais fácil o acesso (Bettencourt, 1999).

### **2.1.2. O concelho de Barcelos**

Barcelos dá atualmente nome a uma cidade e a um concelho. Localiza-se no distrito de Braga, na região entre-Douro-e-Minho. É o concelho português com mais freguesias, repartindo-se por 61 freguesias após a mais recente reforma. É uma cidade portuguesa histórica que foi elevada à categoria de cidade no dia 31 de agosto de 1928 e localiza-se na região do Minho. É uma cidade cheia de vida, de cor, de lendas, de história e de tradições. Tem, também, boa gastronomia e belas paisagens.

De acordo com Reis (1999), a concessão do foral de Barcelos, historicamente situado entre 1156 e 1169, tornou a localidade num importante ponto de passagem através do rio Cávado, especialmente para mercadores e almocreves, que faziam os seus percursos de norte a sul e queriam evitar a sua passagem pelos territórios onde poderiam, eventualmente, ter de pagar direitos senhoriais. Ora, foi esta excelente localização que permitiu a Barcelos crescer e passar de uma vila agrária a uma vila urbana. Juntamente com Ponte de Lima e Vila Nova de Famalicão, Barcelos é um dos municípios mais antigos do Noroeste Português.

Barcelos tornou-se vila condal a partir de 1298, quando D. Dinis nomeou João Afonso a Conde de Barcelos, que por essa altura era mordomo-mor do reino e seu diplomata. Seria, então, o primeiro Conde de Barcelos (Trigueiros, 2015).

Os condes de Barcelos tiveram influência na Corte Portuguesa, tendo conseguido adquirir meios para as construções do núcleo da vila, como é o caso da Ponte Medieval (1325-1330), o alargamento da Igreja Matriz (1340) e a construção do Paço dos Condes

e das muralhas da vila (1406-1420). Estes monumentos compõem, hoje, o centro histórico da cidade, mantendo um ambiente medieval agradável e único.

Além disso, Barcelos foi marcado por acontecimentos históricos que ainda hoje são lembrados e celebrados com frequência: o Milagre das Cruzes, ocorrido em 1504, e da construção do Templo do Senhor Bom Jesus da Cruz (1705-1710), cuja implementação terá ocorrido sobre um antigo templo quinhentista já existente no local, uma abóbada assente em colunas. As construções terão servido para materializar o Milagre das Cruzes. A estrada medieval de Barcelos (que ligava Porto a Ponte de Lima) era, igualmente, importante, tanto que, ainda hoje, é um ponto obrigatório de passagem para todos os peregrinos que percorrem o caminho português de Santiago de Compostela (Trigueiros, 2017).

### **2.1.3. O lugar**

A 7 km de Barcelos, o Monte da Franqueira é compreendido pelo vale do rio Cávado, atingindo 300 m de altitude acima do nível do mar (Araújo, 2018).

A peculiaridade deste lugar é imensa, não apenas pela sua localização geográfica, mas também pela sua história e riqueza cultural tornando-se, assim, um local de referência para os barcelenses, peregrinos e todos os que por lá passam. Hoje, essa referência materializa-se, também, através do seu carácter sacro. É conhecido no Monte da Franqueira vestígios da presença humana de há milhares de anos. Este local, frequentado, pelo menos, desde o Calcolítico, inclui construções castrejas da Idade do Ferro, já de período posterior, mas cujo valor patrimonial é irrefutável. Num ato de peregrinação até ao cume deste monte, são vários os testemunhos da presença humana.

Segundo Araújo (2018), paira sobre o Monte da Franqueira uma dubiedade sobre a exploração e a proteção do mesmo. Melhor dizendo, em função do crescimento económico nas proximidades, constata-se um aproveitamento das particularidades do monte em prol da indústria, como é o caso da indústria têxtil e as pedreiras existentes, uma relativamente próxima do recinto do Castro e Castelo de Faria e a outra próxima da Quinta da Fervença, localizada na base do monte. Contudo, a questão da valorização do património cultural é um tema que suscita uma atenção especial. Desta forma, assiste-se a uma tentativa de proteção e desenvolvimento equilibrada dos recursos

naturais e cultural do Monte da Franqueira, sendo urgente implementar programas de restauro e revitalização das áreas degradadas, para minimizar os impactos da destruição, mas também para valorizar o património cultural o lugar assume e a sua reintegração paisagística e ecológica.

## **2.2. Caracterização ambiental**

Além do Homem, o Monte da Franqueira é habitado há vários séculos por diversos seres vivos. Analisando a topografia do vale do Cávado, o Monte da Franqueira é favorecido pelas suas particularidades climáticas e geográficas, o que se reflete na sua fauna e flora. A sua diversidade biológica destaca-se pelo mundo rural que o envolve e protege.

A cobertura vegetal do Monte da Franqueira apresenta características da floresta mista (junção no mesmo território de espécies de regiões temperadas, com características de regiões tropicais), composta por árvores de folha caduca e persistente. Estas florestas são mais resistentes às alterações climáticas e aos incêndios. Tal especificidade ajuda a manter a fertilidade da área, assim como a manter o equilíbrio biológico das espécies e paisagens que ajudam na regulação do clima e conservam os seus recursos genéticos (Araújo, 2018).

Conforme refere Araújo (2018), embora a exploração da madeira se verifique em alguns pontos do monte, averiguou-se nos últimos anos um singelo crescimento da sua malha arbórea. O Monte da Franqueira é composto, essencialmente, por carvalhos, pinheiros, sobreiros, silvas e fetos, que constituem a mancha herbácea natural, cuja presença controla a difusão de pragas e de doenças e regula, de igual modo, a humidade do solo local.

No mundo animal, o Monte da Franqueira é casa de vários animais selvagens de pequeno porte, como coelhos, pequenos roedores e répteis. Nas altitudes mais altas são várias as aves de plumagem que preenchem o local com os seus cantos. Deste mundo animal, destaca-se a avifauna, que domina o lugar. É predominantemente composta por aves residentes, sendo inclusive possível a observação destes animais (Araújo, 2018).

São dezoito as espécies visíveis a partir do Castro e Castelo de Faria, local perfeito para a admiração e observação destes animais, que usam os carvalhos e os pinheiros para construir os seus abrigos. É nas áreas limítrofes do Monte da Franqueira, nas

zonas de cultivo, que certas espécies vão buscar o seu alimento, como a perdiz-comum, o chapim-carvoeiro, o gaio-comum, o pombo-torcaz, a toutinegra-de-barrete, a rola-turca e o melro-preto. A dieta herbívora faz destes animais colonizadores, visto que transportam sementes que acabam por as perder ou largar por sítios dispersos, constituindo uma alavanca para o equilíbrio do ecossistema do vale do Cávado (Araújo, 2018). Quando se faz noite, espécies noturnas ocultam-se na vegetação e fazem-se ouvir. É o caso do noitibó-da Europa e da coruja-do-mato (Araújo, 2018).

Importa referir que a rica fauna e flora do Monte da Franqueira são estimadas e reconhecidas pelo concelho como património natural a ser preservado. Têm sido vários os esforços para proteger estas espécies, assim como a vegetação autóctone, nomeadamente através de ações de limpeza e de vigilância. O apelo à sensibilização da população, por parte da Câmara Municipal de Barcelos e dos Serviços de Arqueologia, tem sido fundamental para a validação da importância deste património, uma relevante reserva de biodiversidade do concelho (Araújo, 2018).

Graças ao equilíbrio biológico do Monte da Franqueira, novos hábitos são criados, assim como o gradual número de jornadas para admiração e observação de aves. Através destas práticas, a população residente do concelho de Barcelos, principalmente a circundante do monte, além dos visitantes exteriores, podem desfrutar da observação de aves, em redor das ruínas do Castro e Castelo de Faria. Tantos os residentes do concelho, como visitantes pode fazer pequenos onde pernoitam num ato de admiração das espécies. Aliado a isto, as caminhadas pelos trilhos existentes do Monte da Franqueira são um recurso fundamental para a sensibilização da importância da preservação da natureza, embora haja um risco que pode levar ao vandalismo da reserva natural. Por isso, a missão prende-se com a consciencialização da população para o enorme peso do ecossistema da Franqueira, certificando a sua vigilância persistente (Araújo, 2018).

### 3. Inventário do património cultural do Monte da Franqueira

#### *Uma viagem pelo Monte da Franqueira*

#### 3.1. Castro e Castelo de Faria

Mais acima do Convento dos Frades e a meio do monte da Franqueira encontra-se o Castro e Castelo de Faria. Pouco caminho andado, encontra-se uma estrada, à direita, que conduz a uma colina. Entre o imenso arvoredo, pedras sobre pedras, fazem-se notar relíquias de um passado distante que se afirma num presente.

De acordo com Faria (1947, p:27) *“Na primavera de 1932, (...) foram postas a descoberto parte das ruínas de uma grande povoação pré-histórica. (...) ficou averiguado que o outeiro onde posteriormente se elevou o Castelo de Faria. Havia sido, há milénios, ocupado por uma extensa povoação fortificada, dando mais tarde lugar a um Castrum romano, (...) ali se levantou o Castelo que até 1373 dominou o Vale do Cávado”*.

O local constitui um cenário simbólico e cheio de particularidades, com um quadro cronológico de ocupação que se inicia no Calcolítico e termina no século XV, altura pela qual se verifica o seu abandono. Está-se perante um quadro cronológico invulgar e diversificado (Araújo, 2018).

Um moinho de vento escondia-se por entre as muralhas destruídas e uma construção que se relacionou com a torre de menagem do castelo elevada no reinado de D. Dinis, assim como marcas de uma segunda torre do reinado de D. Fernando (Araújo, 2018).

Além dos vestígios medievais encontrados, foi também descoberta uma zona castreja datável da Idade do Ferro de grandes dimensões, alvo de ocupação intermitente e nem sempre contínua, até à formação da nacionalidade (Araújo, 2018).

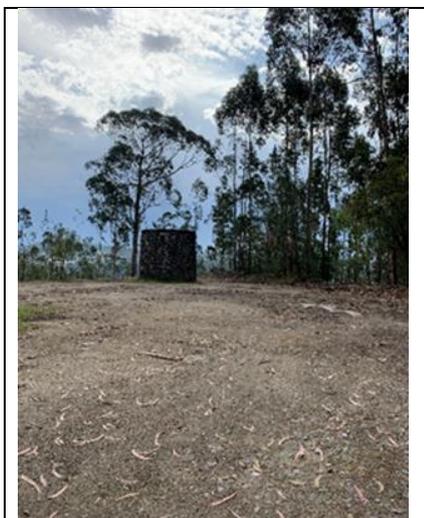


Figura 1 - Moinho de vento (fonte: elaboração própria, 2021).

É importante contextualizar que é no Noroeste Português que se insere o Maço Hespérico, cujos relevos em granito hercínicos se distribuem de modo anfiteatro no sentido do litoral para o interior. A geomorfologia dos principais relevos da região, que permanecia estável durante o Quaternário, não se encontra no litoral, uma vez que sofreu modificações significativas, com regressões e transgressões durante o Plistocénico. O calcolítico introduziu-se a partir do final do IV até ao terceiro quartel do III milénio a.C., período em que se registou alterações na forma como os grupos humanos interagem, o que permitiu justificar esta nova etapa cronológica (Bettencourt, 2013).

No seguimento do segundo milénio a.C. observa-se um aumento da população, dando início à Idade do Bronze, época mais notável. A zona castreja, a área que posteriormente foi ocupada na Idade Média, torna-se num complexo castrejo significativo. O vasto quadro cronológico prolongou-se um século, terminando com a chegada dos Romanos. Apesar de a zona escavada no Castro de Faria se situar apenas no lado nascente, sabe-se que a área do castro se alonga pelo noroeste do monte, transpondo as muralhas. Porém, a exploração das pedreiras na Franqueira e na Fervença, assim como a privatização da construção em algumas áreas, originaram o desaparecimento de vestígios arqueológicos que dificilmente poderão vir a ser recuperados (Araújo, 2018).

O Castro e Castelo de Faria encontram-se num local que obedecia a critérios de defesa das populações, tendo um posicionamento estratégico, servindo de proteção e abrigo. Além disso, estando apenas 250 m acima do nível do mar faz com que o acesso às zonas de cultivo seja mais fácil, adequando a zona para atividade pastoril, para a recolha de frutos e também para trabalhos de moagem e metalúrgicos (Bettencourt, 2013).

Para Almeida (1978), várias partes dos castros que atuavam como zonas defensivas, como o caso de fossos, muralhas, declives, entre outros, foram reaproveitados para a construção dos castelos medievais. O Castro e Castelo de Faria será o exemplo desse reaproveitamento.

Importa, contudo, destacar que apesar das várias destruições ocorridas, foi ainda possível recuperar vários elementos arquitetónicos, assim como um vasto espólio que comprova o invulgar quadro cronológico do Castro e Castelo de Faria. As descobertas

incluem, essencialmente, metais, cerâmicas castrejas e romanas e vestígios do quotidiano das populações. Estes objetos justificam a evolução do povoado dentro da área fortificada, bem como as principais atividades que se desenvolviam, reflexo das diferentes épocas (Araújo, 2018).

Apesar do abandono do Castro e Castelo, foram encontrados vários vestígios da Idade do Bronze na acrópole, no lado sudeste. Pelo mesmo lado, ainda, se encontrou uma sequência estratigráfica completa, pois aqui houve um maior desenvolvimento de uma ocupação do Calcolítico, apesar de ser alterada por uma outra ocupação da Idade do Bronze. Atualmente, frações do seu sistema defensivo como fragmentos de três linhas de muralhas e vestígios de dois fossos são visíveis. Grande parte dos vestígios encontram-se no lado leste do monte, e no lado Oeste são visíveis muros de habitações e ruas (Carvalho, 2008).



Figura 2 - Torre de menagem/ Zona castreja degradada do Castro e Castelo de Faria (fonte: elaboração própria, 2022).

### 3.1.1. As escavações no Castro e Castelo de Faria

Segundo Bettencourt (2000), as primeiras escavações arqueológicas realizadas foram da iniciativa do Grupo dos Alcaides de Faria, nos anos de 1929 e de 1932 a 1949, sem continuidade. Através destes trabalhos foram colocadas a descoberto uma série de estruturas habitacionais, na acrópole e nos lados este e sudeste, bem como restos de muralhas e diversos artefactos que permitiram situar cronologicamente o povoado na Idade do Ferro Recente, na Romanização e Idade Média. Daqui, resultaram artigos pontuais e incompletos no Boletim do Grupo dos Alcaides de Faria.

A mesma autora refere, também, que entre 1981 e 1984, C.A.B. de Almeida orientou novas escavações no Castro e Castelo de Faria. Destas escavações, C.A.B. de Almeida situou os artefactos no período do Calcolítico e da Idade do Ferro até à Idade Média (Bettencourt, 2000).

Das primeiras intervenções não existem registos estratigráficos. No entanto, das escavações realizadas em 1978, foi efetuada a abertura de uma vala de sondagem, no lado noroeste do povoada, com 150 m de profundidade, onde foram descobertas 8 camadas estratigráficas. A diferenciação dos artefactos remetentes ao Calcolítico, Idade do Bronze e Ferro Inicial foi efetuada através de critérios técnicos, decorativos e formais, comparados com séries contextualizadas cronológico-culturalmente. O espólio da ocupação calcolítica é vasto e variado no que toca aos artefactos decorados (Bettencourt, 2000).

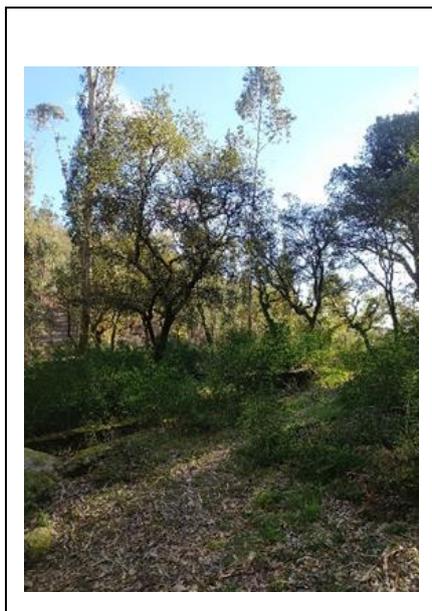


Figura 3 - Área castreja do Castro e Castelo de Faria (fonte: elaboração própria, 2022).

### **3.1.2. O espólio da Idade do Bronze no Castro de Castelo de Faria**

De modo a proceder à avaliação dos vestígios encontrados, foram isolados 800 fragmentos de cerâmica de fabrico manual da Idade do Bronze, de pasta arenosa e arenosa/micácea, com textura fina e grosseira. Bettencourt (2000) considerou, ainda deste período, um fragmento de machado, encontrado com algumas cerâmicas, perto da acrópole, e um possível coto de lança de bronze.

Na sua obra “Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)”, Ana Bettencourt (2000), evidencia a quantidade e os vestígios cerâmicos encontrados nas escavações do Castro e Castelo de Faria, tal como se sistematiza nas tabelas seguintes (tabelas 1, 2 e 3).

**Tabela 1 Fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze**

<b>Fragmentos cerâmicos</b>	<b>Quantidades</b>
<b>Bordos</b>	100
<b>Bases</b>	26
<b>Panças decorados</b>	7
<b>Panças carenadas</b>	8
<b>Panças decoradas/carenadas</b>	1
<b>Asas</b>	17
<b>Discos</b>	2
<b>Total</b>	<b>159</b>

Fonte: Bettencourt (2000)

Os bordos encontrados correspondem a uma grande diversidade formal. As decorações correspondem a uma percentagem de 6%.

**Tabela 2 - Formas de fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze do Castro de Faria**

<b>Formas</b>	<b>Quantidades</b>
<b>Potes</b>	45
<b>Potinhos/ púcaros</b>	11
<b>Taças carenadas</b>	4

<b>Malgas</b>	3
<b>Panelas de asa interior</b>	2
<b>Formas indeterminadas</b>	35
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: Bettencourt (2000)

Grande parte dos bordos coincidem com os potes de morfologia variada e com potinhos e/ou púcaros. Estes últimos são em textura mediana/fina e com superfícies polidas. Um pequeno número de fragmentos apresenta vestígios de fuligem ou lípidos (18%). As taças carenadas expõem texturas finas e grosseiras. Por fim, as malgas foram produzidas em pastas arenosas.

**Tabela 3 - Potes dos fragmentos cerâmicos do espólio da Idade do Bronze**

<b>Potes (forma)</b>	<b>Formas</b>
<b>Pote 1</b>	18
<b>Pote 1b</b>	6
<b>Pote 1c</b>	2
<b>Pote 2</b>	18
<b>Pote 7</b>	1
<b>Total</b>	<b>45</b>

Fonte: Bettencourt (2000)

Bettencourt (2000) considera curioso que os potes tenham bordos com asa soerguida e com pequena aba horizontal, em pastas arenosas grosseiras.

A inexistência de fuligem nas formas 1b e 1c, com diâmetros grandes e médios, sugere que tenham sido peças de transporte ou de armazenamento. O mesmo se aplica às formas 1 e 2, de médias e grandes dimensões. A autora (Bettencourt, 2000) acrescenta ainda que, embora a quantidade de cerâmicas decoradas encontradas tenha sido reduzida, foram detetadas técnicas da impressão, incisão e plástica. As incisões foram notadas através dos espatulamentos ténues e de boquique, a impressão através de dedadas e a plástica através dos cordões horizontais e mamilos.

Outro ponto a apontar é que Bettencourt (2000) faz menção ao espólio de transição da Idade do Bronze para Idade do Ferro ou Ferro Inicial. A autora diz que se verificou muitos fragmentos micáceos de fabrico manual e com panças de textura grosseira. Além das panças, foram identificados alguns bordos, bases, panças decoradas e cossoiros.

Em suma, Bettencourt (2000) asseverou que no povoado de Faria existiram dois momentos de ocupação, anteriores à Idade do Ferro; o mais antigo é atribuído ao Calcolítico e o seguinte, na Idade do Bronze. Sabe-se ainda que na Idade do Bronze, Faria foi habitado na acrópole e nas vertentes noroeste, este e sudeste (Almeida, 1996 em Bettencourt, 2000). Acrescenta-se ainda que pela observação e estudo do sítio arqueológico no Castro e Castelo de Faria, houve uma ocupação sem intervalos, desde a Idade do Bronze até à Romanização Bettencourt (2000).

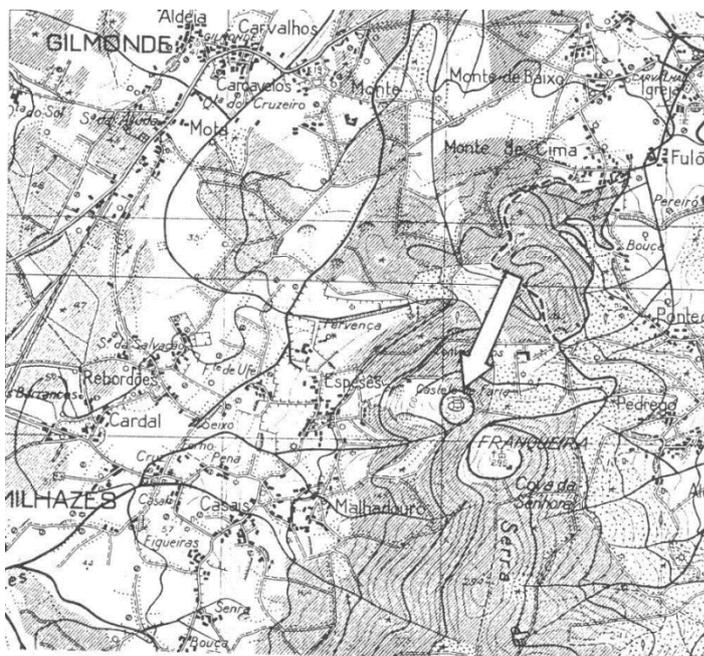
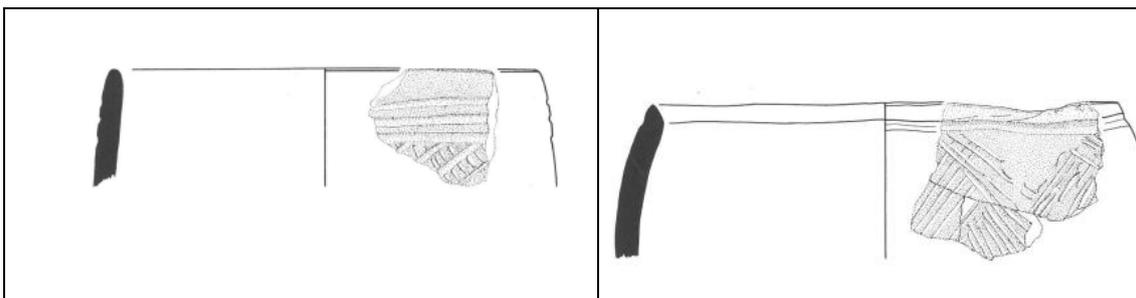


Figura 4 - Excerto de mapa da localização do Castro e Castelo de Faria (fonte: Bettencourt, 2000, p. 64).



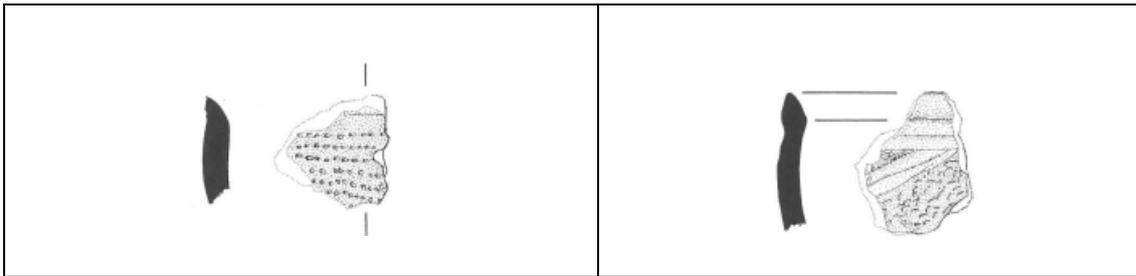
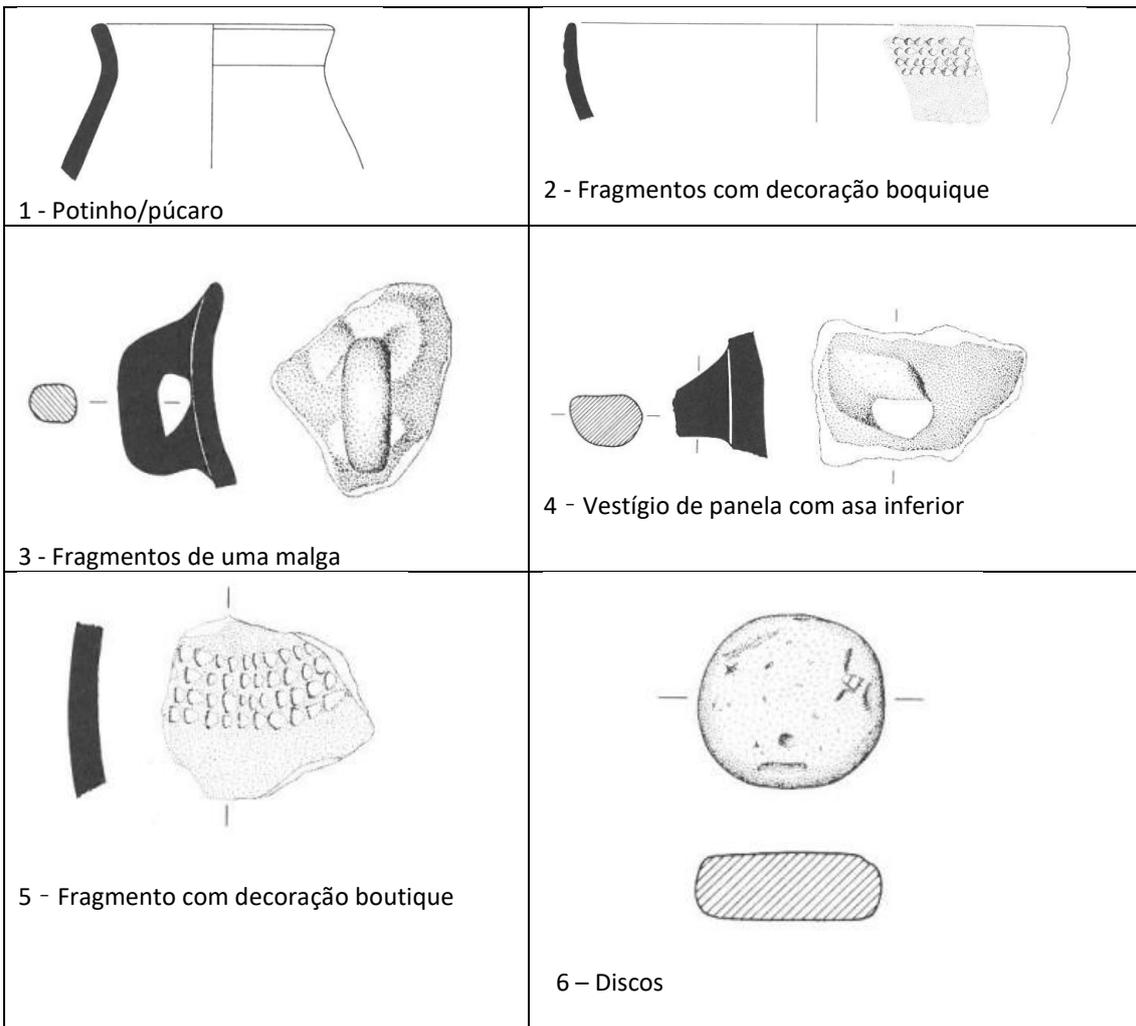


Figura 5 - Espólio atribuível ao período do Calcolítico do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Bettencourt, 2000, pp. 71-80).



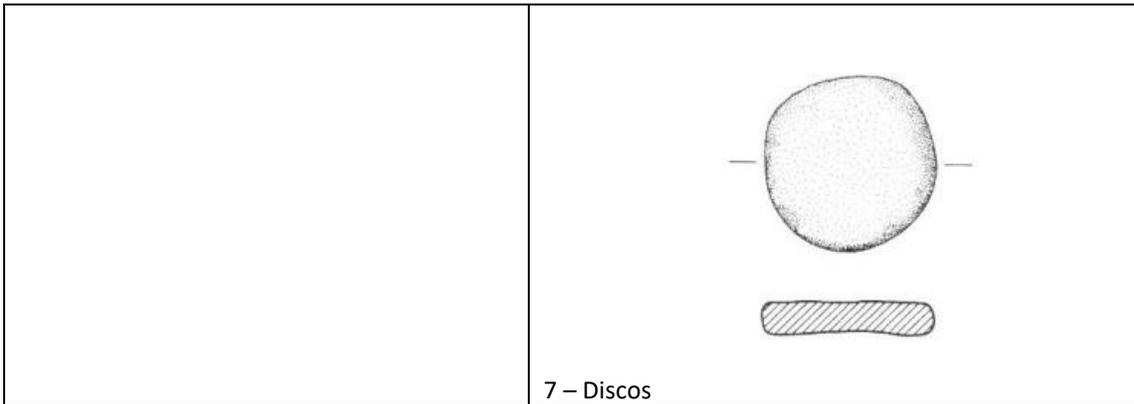
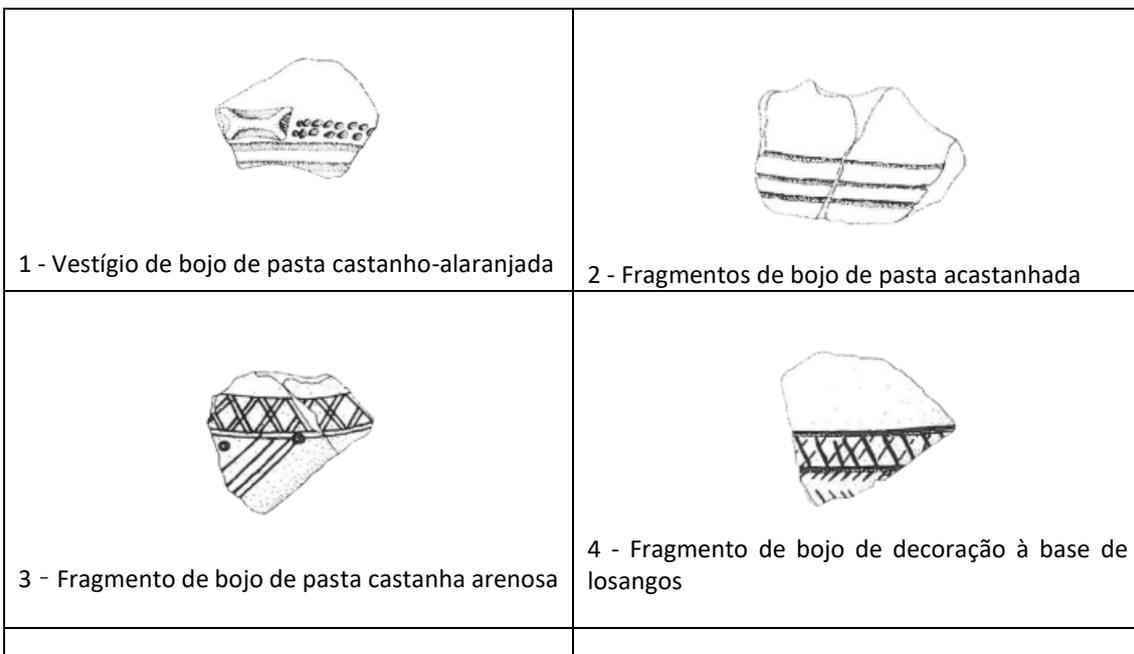


Figura 6 - Espólio da Idade do Bronze do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Bettencourt, 2000).

### 3.1.3. Espólio Inserido Cronologicamente na Idade do Ferro

Infelizmente, há uma desvalorização de uma parte do espólio<sup>5</sup> do Castro e Castelo, ou seja, encontra-se inacessível ao público e armazenado num depósito camarário, sem previsão de uma futura exposição. Ora, esse espólio, insere-se cronologicamente, essencialmente, na Idade do Ferro, sendo formado por objetos quotidianos, como potes, taças, púcaros e outros objetos que não estão relacionados com a culinária.



<sup>5</sup> De acordo com CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS – Barcelos Património. Barcelos: Serviços de Arqueologia da Câmara Municipal de Barcelos, 1997. vol. II, p. 158-200, mencionado por Araújo (2018).

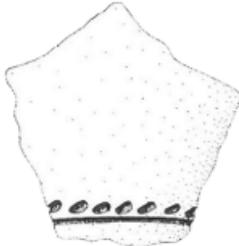
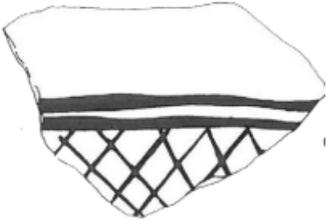
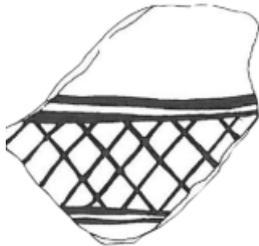
 <p>5 - Fragmentos de bojo à base de grãos de quartzo</p>	 <p>6 - Fragmento de bojo de superfície escura, fuliginosa e poliamento</p>
 <p>7 - Fragmentos de bojo de pasta castanho-alaranjada</p>	 <p>8 - Fragmentos de bojo de pasta castanho-alaranjada</p>
 <p>9 - Fragmento de bojo de pasta castanho-alaranjada</p>	 <p>10 - Fragmento de bojo de pasta castanho-alaranjada</p>

Figura 7 - Espólio Idade do Ferro do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Araújo, 2018).

 <p>11 - Fragmento de bojo de pasta castanho-alaranjada</p>	 <p>12 - Fragmento de bojo cuja superfície é marcada pela fuligem</p>
--	--

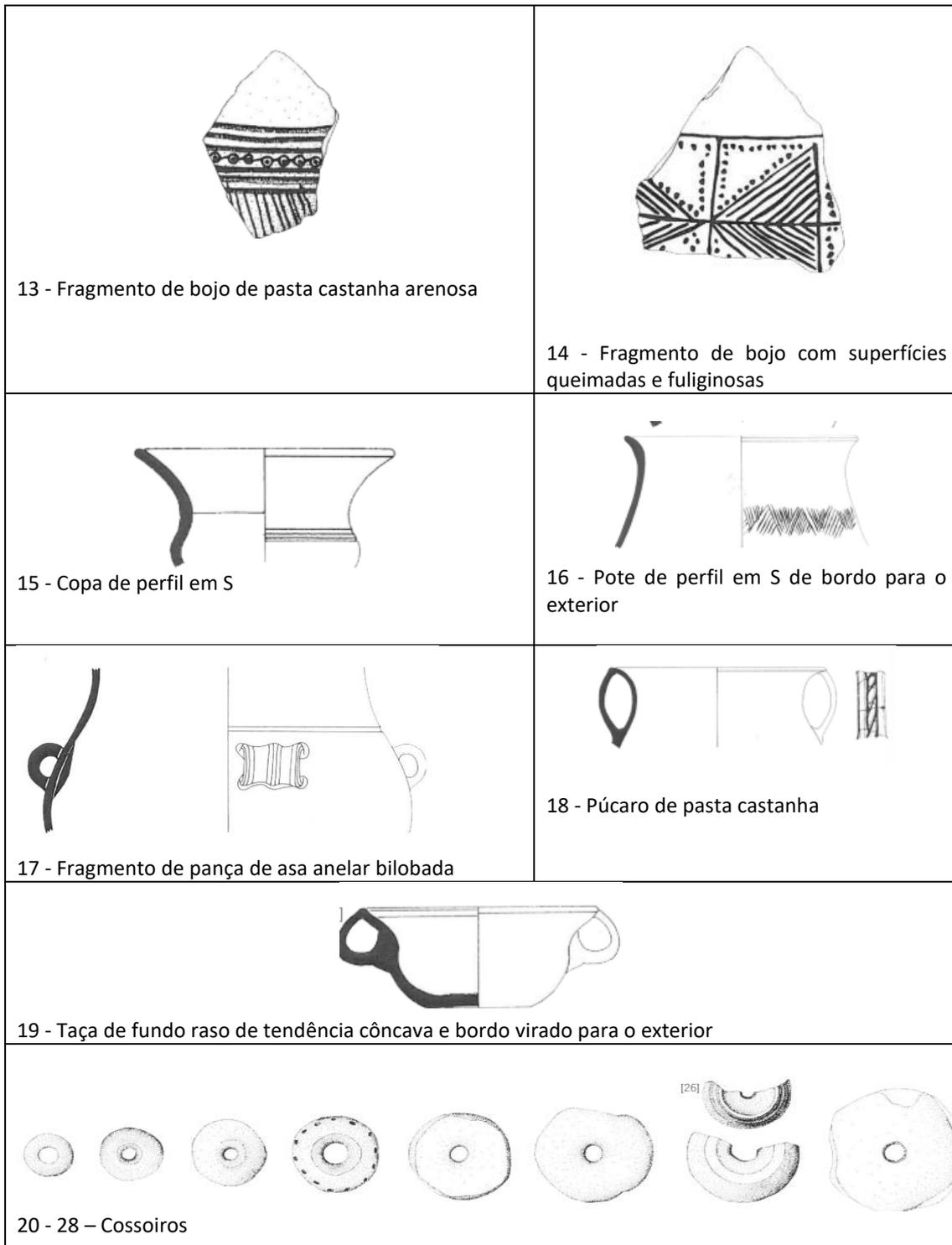


Figura 8 - do Espólio Idade do Ferro do Castro e Castelo de Faria (fonte: adaptado de Araújo, 2018).

A descoberta e recolha dos achados do Castro e Castelo de são cruciais, pois comprova o seu invulgar quadro cronológico. Destaca-se, essencialmente, o rico espólio de cerâmicas, objetos de ferro, bronze e moedas.

Picos, percutores, machados pétreos de anfibolito, polidores, mós manuais, um peso de rede, que comprovam a evolução da humanidade (Faria, 1947).

A cerâmica encontrada constituída por produtos micáceos, cerâmicas escuras preliminares. As telhas de rebordo, os pesos de tear e de fuso, tampas, fundos e bordos de vasos grandes, produtos com grafitos e vários tipos de ansas, especialmente um exemplar de asa interior (Museu do Grupo Alcaides de Faria, 1950).

Do período romano foram encontrados restos de pasta ornamentada e fragmentos de ânforas. Ainda, num estado primitivo, objetos importantes em ferro foram recolhidos: pontas de dardos, ferros de setas, acicates de cavaleiros, pedaços de malhas de cervilheira, fragmentos de espadas medievais, lâminas de arneses, fivelões, chaves, entre outros (Museu do Grupo Alcaides de Faria, 1950).

Objetos de cobre e bronze fazem, igualmente, parte do espólio como é o caso de fíbulas de charneira, anéis, pingentes, adornos, uma matriz sigilar de suspensão valiosa, várias moedas romanas e dinheiro medieval (Museu do Grupo Alcaides de Faria, 1950).

As moedas do reinado de D. Fernando que integram o espólio do Castro e Castelo de Faria, sendo consideradas moedas raras. Pois, foram cunhadas em Espanha, na altura em que D. Fernando invadiu o país vizinho para tomar a posse da coroa. São peças inéditas e até à sua descoberta eram totalmente desconhecidas, dentro do quadro geral das moedas portuguesas (Reis, Pedro, 1950).

#### **3.1.4. As fases de ocupação**

Analisadas todas as cerâmicas fruto das escavações arqueológicas foi possível inserir a primeira ocupação do Castro de Faria no final do III milénio e início do II milénio a.C. O sítio arqueológico foi recheado por várias fases ocupacionais. Devido às numerosas povoações em volta do perímetro da muralha, é difícil comprovar se alguma vez o local terá sido ocupado na sua totalidade (Araújo, 2018).

Neste ponto, serão abordadas quatro fases do Castro e Castelo de Faria que devem ser tidas em conta.

### Fase I

Assegura-se que o término da cultura castreja se dá no século V a.C.. Observando as mudanças habitacionais, que evidenciam ocupações ampliadas, colocam o Castro de Faria neste período, estendendo-se pelo lado nascente e poente (Araújo, 2018).

Assim como outros povoados da altura, as construções mantinham o barro como o principal auxiliar construtivo. Neste período, os primeiros sistemas defensivos são acrescentados às massas rochosas, mas com o crescimento populacional revelam-se incapazes de proteger a população. A preocupação pela defesa é provada pela construção de muralhas em terra, que mostram o delineado atual do complexo defensivo (Araújo, 2018).

### Fase II

A segunda fase situa-se nos séculos V e II a.C. A pedra é introduzida como um material construtivo e o Castro de Faria sofre alterações arquitetônicas e territoriais de grande escala. As habitações são moldadas a esta nova realidade e as casas, embora apresentem planta circular, são construídas em pedra, conservando os materiais vegetais para a cobertura. As alterações acontecem também no sistema defensivo, que passa a ser construído com a mesma técnica. Contudo, há uma adaptação com a terra e o granito para fortalecer a espessura das muralhas. As residências castrejas são aumentadas com vestíbulos, e os moinhos manuais circulares são construídos; este acontecimento testemunha o aproveitamento dos cereais das plantações no vale do Cávado (Araújo, 2018).

### Fase III

A próxima etapa inicia-se com a chegada dos romanos e resulta do processo de romanização. Segundo Almeida (1972), a influência romana começou por volta do século I a.C. Primeiramente, devido à construção extensa de caminhos romanos (vias) que se projetou, e à exploração mineira e aurífera, a romanização chega aos centros urbanos. Esta nova influência cultural só chega aos castros a partir do início do século II a.C. É então que muitos castros começam a ser abandonados, e ao mesmo tempo nota-se uma ocupação romana. A região entre-Douro-e-Minho enche-se de explorações agrárias romanas.

Por sua vez, segundo Araújo (2018) o Castro de Faria sofreu influência do Império Romano. A ocupação romana centra-se entre os séculos I e VI d.C.

É nesta fase que melhor se verifica as transformações territoriais no povoado do Castro e castelo de Faria. Isto é, a área fortificada do Castro sofreu alterações que levaram ao abandono e destruição de algumas habitações. Todavia, quanto ao espaço, apenas algumas alterações são feitas, como o acréscimo de muros, dividindo zonas mais pequenas e privadas e zonas para a vida em comunidade (Araújo, 2018).

O domínio Romano explorava o aproveitamento agrícola das planícies, sendo então o povoado de Faria transformado neste período numa pequena *villae*, à semelhança de outras explorações rurais características deste período. A autora Araújo (2018) explica que para potenciar as atividades agrícolas, as populações do castro que estavam na encosta sul moveram-se para norte e poente. A justificação para este movimento traduz-se em motivações económicas, e com a proximidade nos terrenos de cultivo.

Também é nesta altura que a muralha inferior do Castro de Faria é reforçada. A muralha tornou-se mais protetora, pois era constituída por grandes blocos de granito e *“internamente reforçada com um outro lanço, mais baixo, a servir de caminho de ronda”*, complementada, ainda, por um fosso (Araújo, 2018:117).

Atendendo ao estado atual das escavações, não se sabe concretamente a extensão e profundidade da influência dos romanos no castro. É certo que foram descobertas várias cerâmicas, especialmente na zona norte e poente do castro (o que se suspeitava ser a entrada para a fortificação). Aliás, a autora refere que durante a ocupação romana, e devido à movimentação das populações de sul para norte e poente, a entrada para o Castro de Faria era feita através de uma vereda da Fervença que, atualmente, é ocupada pelas duas pedreiras (Araújo, 2018).

No lado oeste do Castro foram encontrados muros de enquadramento indeterminados, sugerindo uma habitação ortogonal, que acabaram por ser associados à romanização. Ainda assim, apesar de todas as incertezas, sabe-se que durante os séculos IV e V, o Castro de Faria foi palco de trocas comerciais com o Mediterrâneo, circunstância que permite evidenciar a importância que este deveria ter no Noroeste português (Araújo, 2018).

É importante acrescentar que, apesar da ocupação romana estar comprovada, pouco resta deste património edificado.

#### Fase IV

Aquando das invasões Bárbaras, alguns castros acabaram mesmo por ser abandonados. No entanto, o Castro de Faria continuou a ser habitado, mantendo a sua atividade agrícola (Araújo, 2018).

Com a queda do Império Romano, no século V, o início da Idade Média, será marcada por um período de grande instabilidade, em grande parte devido às sucessivas invasões, suevas, visigóticas e mouras. Nesta época, supõe-se que as populações tenham procurado refúgio nas muralhas dos antigos castros, como poderá ter acontecido com o Castro de Faria (Araújo, 2018).

O que parece certo é que o Castelo de Faria, com a sua torre de menagem e protegido com as suas muralhas, dominou, durante séculos, o vasto vale do Cávado.

Através dos estudos arqueológicos, pode afirmar-se que o Castelo de Faria foi construído entre os séculos IX e X d.C., aquando da Reconquista Cristã, tendo sido o povoado do castro utilizado como ponto estratégico, dado que representa o ponto mais alto entre o Rio Cávado e o Rio Ave (Araújo, 2018).

Reaproveitando o máximo das muralhas do Castro de Faria já existentes, usaram-se para a construção do que se pode classificar como Paços do Alcaide e seus aquartelamentos, local onde residia uma pequena guarnição. O sistema defensivo que existia do antigo castro foi aproveitado e aperfeiçoado com a inserção de adarves e caminhos de ronda, deixando as muralhas inferiores (alusivas ao castro) para guardar os animais (Araújo, 2018).

Embora se tenham encontrados vestígios de construções da Idade Média, e que se encontram sobrepostas a construções castrejas e romanas, ainda há uma necessidade de se provar a continuidade destas populações, ou até mesmo se o complexo era usado em momentos de perigo maior (Araújo, 2018).

Durante o reinado de D. Dinis a zona militar é alvo de transformações, isto é, a ampliação e reforço da torre de menagem, que se encontra isolada no centro da praça de armas. De estilo românico, a torre de menagem possui planta quadrangular e sistemas defensivos reforçados com adarves e barbacãs. No reinado de D. Fernando,

inicia-se a construção de uma nova torre mais pequena, servindo-se de apoio à torre anterior, que aqui já se encontra em ruínas. Contudo, é na dinastia de Avis, no decorrer de século XV, que o Castelo de Faria perde as funções defensivas e administrativas (Araújo, 2018).

Nas campanhas arqueológicas, o Grupo Alcaides de Faria reconstruiu a torre de menagem de D. Dinis, e atualmente resume-se à ocupação medieval visíveis. Contudo, a construção a torre pode não corresponder à torre original (Araújo, 2018).

### **3.1.5. Sistema defensivo do Castro e Castelo de Faria**

É importante salientar, que com o aumento da população, o sistema defensivo do Castro e Castelo de Faria aumentou, dando lugar a um perímetro de três muralhas. Estas, assentes em pedras, apresentam uma largura de 2.5m, que varia em algumas zonas e as suas entradas continuam visíveis e conservadas. Hoje, ainda existem duas linhas defensivas que se confundem na paisagem, colocando em evidência o crescimento conhecido pelo Castro e Castelo ao longo dos sucessivos períodos ocupacionais. A muralha que abrange o castelo é medieval, e as restantes dizem respeito ao período castrejo. Porventura, a muralha inferior, que concerne ao perímetro escavado é a que se encontra mais destruída por ação do Homem. Não sabendo exatamente os seus limites, devido à degradação, é visível apenas uma pequena parte dela. Apesar dos vestígios, acredita-se que o sistema defensivo foi alterado, durante as escavações arqueológicas, pelo Grupo Alcaides de Faria, não havendo nenhuma distinção entre o reconstruído e o original (Araújo, 2018).

### **3.1.6. O passado, o presente e o futuro do Castro e Castelo de Faria**

A perda da importância estratégica do Castro e Castelo de Faria no século XV leva ao seu abandono, passando a ser apenas uma memória.

Apesar da sua descoberta e das escavações que se seguiram nesta local, Araújo (2018) evidencia que local cai novamente no esquecimento. A conservação não é pensada e todos os que por lá passaram, tinham uma visão ocultada pela imensa e vasta vegetação.

Ainda assim, no dia 13 de julho de 1956, as Ruínas do Castelo de Faria e da estação arqueológica subjacente são classificadas como Monumento Nacional <sup>6</sup>. Contudo, é um mero título que nada afasta o seu abandono.

Felizmente, nos anos 90, novas intervenções por parte do Grupo dos Alcaides de Faria são feitas. Paralelamente às limpezas no local, de modo a aumentar a sua visibilidade, os caminhos são limpos e construídos meios para maior e melhor acesso a este local de importância histórica e arqueológica (Araújo, 2018).

A par disto, as peregrinações a Santiago de Compostela crescem, e com elas aumenta também o interesse pela valorização do património constituído pelo Castro e Castelo de Faria, nomeadamente pelos peregrinos que rumam à catedral espanhola por ali passam.

De igual modo, as romarias ao Santuário da Senhora da Franqueira atraem muitas pessoas, que motivadas pela curiosidade são levadas a explorar o local. Também algumas caminhadas e atividade de lazer são realizadas no local, contribuindo para o seu conhecimento. Hoje, sabe-se que ali existem vestígios pertencentes a um antigo castro e castelo. No entanto, na generalidade podemos considerar que continua a ser um local pouco conhecido, e quase abandonado face aos outros componentes do Monte da Franqueira, isto é, o Convento dos Frades e a ermida da Nossa Senhora da Franqueira.

E assim diz Alexandre Herculano:

*“se converteram em dormitórios as salas de armas, as ameias das torres em bordas de sepulturas, os humbraes das balheteiras e postigos em janelas claustreaes. O ruído dos combatentes calou no alto do monte e nas faldas delle alevantaram-se a harmonia dos psalmos e o sussurro das orações. Este antigo castello tinha recordações de glória. Os nossos maiores, porém, curavam mais de praticar façanhas do que de conservar monumentos dellas. Deixaram, por isso, sem remorsos, sumir nas paredes de um claustro pedras que foram testemunhas de um dos mais heróicos feitos de corações portugueses” (Faria, 1947, p. 25).*

---

<sup>6</sup> Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70488/>.



Figura 9 - Área castreja degradada (fonte: elaboração própria, 2022).

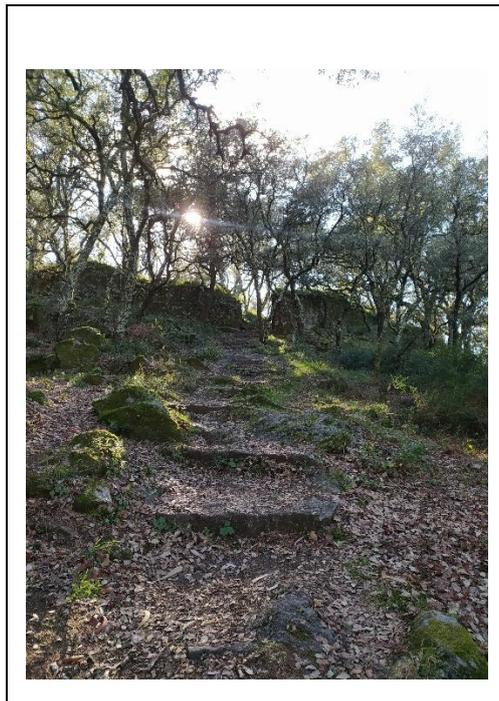


Figura 10 - Entrada para o recinto da Torre de Menagem (fonte: elaboração própria, 2022).

### 3.2. A lenda do feito do Alcaides de Faria

A lenda do feito dos Alcaides de Faria encontra-se relacionada com uma batalha travada no Castelo de Faria, no ano de 1373, no âmbito das chamadas guerras fernandinas que opuseram o reino de Portugal ao de Castela.

Assim, em 1373, D. Fernando I de Portugal encontrava-se em disputa com o rei de Castela, Henrique II. Enquanto rei castelhano comandava as suas tropas para cercarem Lisboa, Pedro Rodriguez Sarmiento, o adiantado castelhano, dirigia-se ao Minho, cercando Barcelos com o intuito de conquistar o castelo de Faria (Lomba, 2008).

O Alcaide-mor do Castelo de Faria, Nuno Gonçalves de Faria, preparava-se para cavalgar em direção à Póvoa de Varzim para visitar a sua filha Teresa de Faria e o seu genro Estevão Lourenço Gaio, quando soube de uma invasão castelhana próxima de Barcelos. Confiou ao seu filho mais velho, Gonçalo Nunes de Faria, o cargo e organizou os guerreiros que em marcha foram confrontar os invasores. Face a esta ameaça foi aconselhado a recuar para o Castelo de Faria, de modo a refugiarem-se e reunirem a sua defesa (Lomba, 2008).

Porém, no dia 21 de fevereiro de 1373, o excêntrico e valente Alcaide-mor do Castelo de Faria chegou rápido, embora atrasado ao campo de batalha. Mas, não tendo avaliado bem a situação acabou por cair na emboscada organizada pelo alferes-mor castelhano, Juan Rodriguez de Biedma. Fechado o cerco, os castelhanos derrotaram os guerreiros do Castelo de Faria. Perante isto, D. Nuno receou pela sorte do Castelo de Faria, pela vacilação dos seus filhos e esposa e, por isso, persuadiu o general que iria convencer o seu filho à rendição (Lomba, 2008).

Junto às muralhas do castelo, D. Nuno dirigiu-se a seu filho:

*- Sabes tu, Gonçalo Nunes de quem é este Castelo, que segundo o regimento da guerra entreguei à tua guarda quando vim em socorro e ajuda do esforçado conde de Seia?*

*- É - respondeu Gonçalo Nunes - do nosso rei e senhor D. Fernando de Portugal, a quem por ele fizeste preito e menagem.*

*- Sabes tu, Gonçalo Nunes, que o dever de um alcaide é de nunca entregar, por nenhum caso, o seu castelo a inimigos, embora fique enterrado debaixo das ruínas dele?*

*- Sei, oh, meu pai- prosseguiu aflito Gonçalo Nunes, ante murmúrio que rompeu dos castelhanos, que começaram a perceber a mensagem.*

*- Pois, se sabes, cumpre o teu dever, alcaide do castelo de Faria! Maldito por mim, sepultado sejas tu no Inferno, como Judas, o traidor, na hora em que os*

*que me cercam entrem nesse castelo sem tropeçarem no teu cadáver!*  
(Lomba, 2008, p. 29).

Rapidamente, foi trespassado pelas lanças dos inimigos. Este ato heroico encorajou os que combatiam consigo, conduzindo a uma vitória dos guerreiros do Castelo de Faria que procuravam vingança pela morte do seu alcaide. Foi uma batalha curta, mas bastante mortífera tanto para os inimigos, como para todas pessoas que lá procuravam um abrigo. As fortes muralhas do Castelo de Faria permaneceram inexpugnáveis. E este feito ficou marcado pela lealdade dos portugueses à sua nação, na história de Portugal (Lomba, 2008).

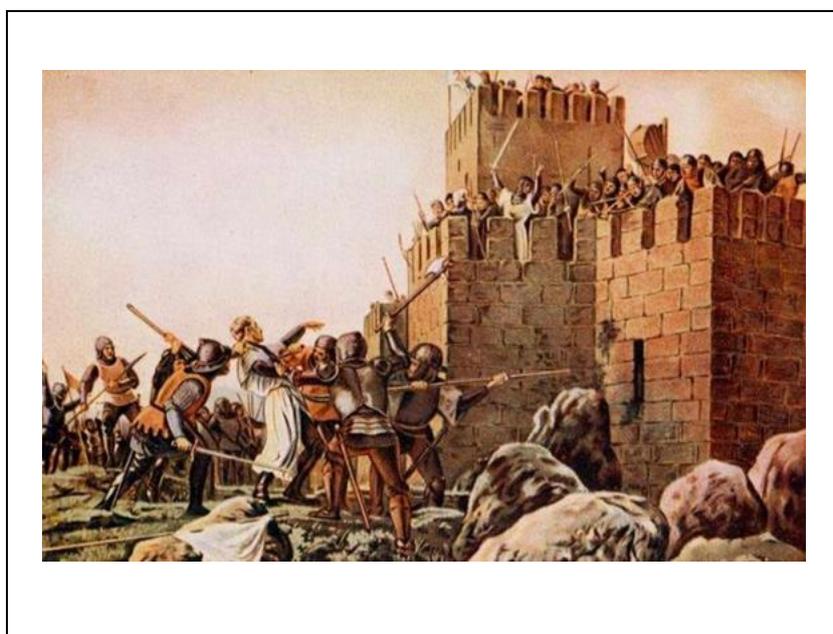


Figura 11 - Feito do Alcaides de Faria (fonte: Câmara Municipal de Barcelos, 2017).

Cruzando estes aspetos históricos, ainda que fortemente romantizados e tornados lendários, com as evidências arqueológicas efetuadas nos anos 30 e 80, foram encontrados um grande número de ossadas, tanto no interior como no exterior das muralhas. Além das ossadas encontraram-se igualmente cinzas, espadas, setas e vários materiais de guerra. Apesar da relevância destes vestígios arqueológicos, permanecem incertos o seu destino. Contudo, estas evidencias pode, de facto, estar relacionadas com a batalha que Portugal travou contra Castela, em 1373, no Castelo de Faria, e a que se refere a lenda do feito dos Alcaides (Araújo, 2018).

O que é facto é que o feito heroico dos Alcaides de Faria, que protegeu Portugal da invasão espanhola, reveste-se de grande simbolismo para o concelho de Barcelos como atesta a estátua em homenagem ao 640º aniversário do Feito Histórico dos

Alcaides de Faria, colocada em 2013, no receipto da capela de Santo Amaro, na freguesia de Faria. Este simbolismo no concelho de Barcelos é representativo, também, através de outras homenagens que perpetuam o heroico feito, como ruas (Avenida Alcaides de Faria, Arcozelo – Barcelos), edifícios (Agrupamento de Escolas Alcaides de Faria, Barcelos) e um outro monumento em honra dos Alcaides de Faria, inaugurado em 1973, situado no largo da Estação, em Barcelos.

Relacionado com a importância simbólica do Castelo de Faria, podemos referir ainda um outro acontecimento abordado por Manuel Lomba (2007, p. 97), relativa ao tempo do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henrique, que terá identificado o Castelo de Faria como sua residência oficial, referindo que *“o seu governo e a sua base das ações políticas e também das futuras operações militares da independência”*. Neste seguimento, o autor acredita que foi aqui, que a nacionalidade portuguesa foi fundada. Faz-se particular destaque para a imagem abaixo, onde se pode ver a certidão de nascimento da Nacionalidade portuguesa, que foi decretada a 30 de novembro de 1127, por D. Afonso Henriques, no Castelo de Faria, a capital de Portugal independente. Esta imagem acaba por comprovar que, de facto, D. Afonso Henriques residiu no castelo e ali fundou a nacionalidade.

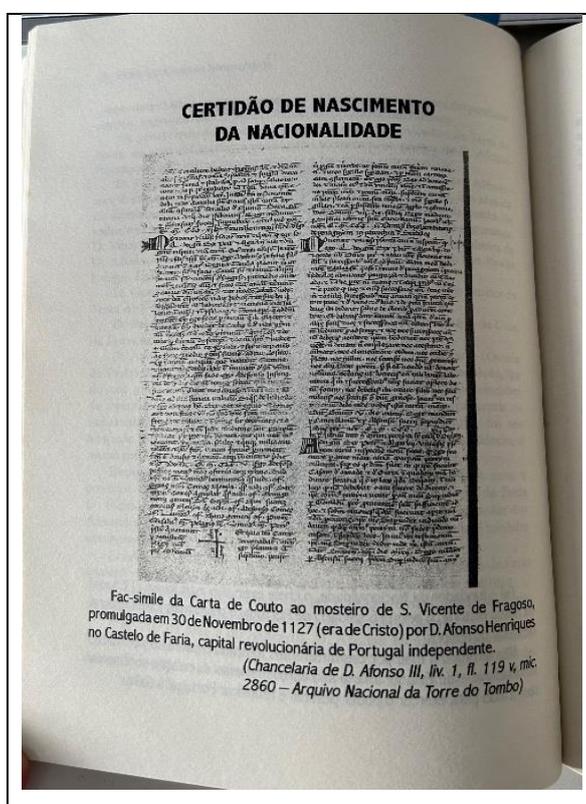


Figura 12 - Certidão de Nascimento da Nacionalidade promulgada a 30 de novembro de 1127 por D. Afonso Henriques no Castelo de Faria (fonte: Lomba, 2007, p. 97).

### **3.2.1. Monumento em memória do Alcaides de Faria**

A natureza afetiva de um monumento não se remete à passagem de uma informação, mas sim de estimular, pela emoção, uma memória viva. O monumento é um dispositivo de segurança que protege e preserva a identidade de uma sociedade (Choay, 2021).

O Feito dos Alcaide de Faria, em 1373, honrou a independência de Portugal face ao ataque do inimigo. Na freguesia de Faria, foi inaugurado um monumento em memória aos Alcaides de Faria, em 2013.

A edificação do monumento foi da responsabilidade do Grupo Alcaides de Faria, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Barcelos, com a Junta de Freguesias e, também, com todos os descendentes, filhos de Faria e residentes. No coração de Faria, local onde poderá ter surgido a comunidade de Faria, o monumento retrata o perfil da estátua dos Alcaides que existe em Barcelos, e que deseja eternizar a memória do Feito dos antepassados de Faria, além de acrescentar valor ao património da freguesia (Município de Barcelos , 2013).

O monumento simboliza ainda um marco da cidadania ativa. No momento da inauguração, Manuel Lomba, presidente da direção do Grupo Alcaides de Faria, destacou que um país que não tem respeito pelo seu passado, não será um país feliz (Município de Barcelos , 2013).

Anteriormente a este monumento, levantou-se em Barcelos, em 1973, uma estátua em memória ao Feito heroico dos Alcaides de Faria, em comemoração dos seus seiscentos anos.



Figura 13 - Estátua dos Alcaides, em Faria, Barcelos (fonte: elaboração Própria, 2022).

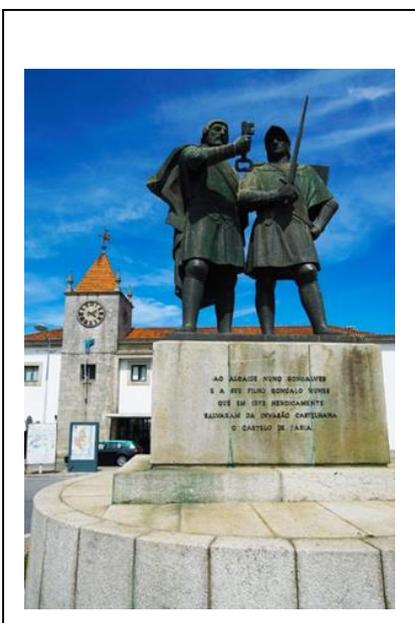


Figura 14 - Estátua dos Alcaides no Largo da Estação, Barcelos (fonte: Município de Barcelos, 2019).

### 3.3. O Santuário e a Ermida da Nossa Senhora da Franqueira

#### 3.3.1. Santuário mariano

A devoção a Nossa Senhora, Maria, Mãe de Deus marca a história dos cristãos. Portugal é um país predominantemente católico e a sua devoção remonta aos primórdios da nacionalidade que se alastrou por vários séculos, deixando uma herança mariana riquíssima, que percorre as terras de norte a sul e as ilhas da Madeira e dos Açores. Há quase uma impossibilidade de quebrar o cordão umbilical que une a fé e a cultura do povo português (Turismo de Portugal, 2021).

Portugal é um país com bastantes locais dedicados ao culto mariano, que possibilitam uma viagem pela história, pela cultura e pela arte, que junta o sagrado e a devoção nas igrejas, pinturas, esculturas, romarias e peregrinações. Estes aspetos são fortes ícones da cultura portuguesa (Turismo de Portugal, 2021).

O santuário da Nossa Senhora da Franqueira representa para muitos barcelenses um lugar de culto e respeito. Dada a sua importância, foi reconhecido como um dos grandes centros de evangelização local, sendo que os Papas Paulo V e Pio IX, através de dois Breves Papais, lançados em 1616 e 1870, concederam misericórdias plenárias aos peregrinos e irmãos da Confraria (Santuário Nossa Senhora da Franqueira, 2018).

No cume do Monte da Franqueira ergue-se uma ermida, dedicada à Mãe de Deus, sob a invocação de Nossa Senhora da Franqueira. Segundo a tradição, foi construída por ordem de Egas Moniz, o aio do fundador da nação portuguesa, D. Afonso Henriques. O seu aumento terá sido no século XVII, por ordem de D. Diogo Pinheiro, bispo do Funchal (Faria, 1947).

De estilo românico, como evidenciam os pilares dos colunelos do antigo pórtico e de outras pedras. Grande parte da estrutura da ermida foi reedificada e ampliada no final do século XVII, restando apenas a abside do *“vandalismo inconsciente da época”*, segundo diz Faria (1947, p.40). A abóboda ou absides têm algumas características semelhantes à Igreja Matriz de Barcelos.

Tendo em conta as palavras de Faria (1947), a ampliação da ermida implicou a destruição do que era digno de principal referência no corpo da ermida, sendo alguns dos seus restos materiais aproveitados na sua reedificação.

A abside é de planta quadrada e regular e com duas frestas estreitas que deixam passar luz para o interior da edificação. Na empena, uma cruz gótica vazada é exibida. A capela-mor é vagamente iluminada, devido à luz que recebe das estreitas frestas e tem um toque simples, típico das igrejas primitivas. Na parede lateral, situada a norte, uma pequena porta em arco de meio ponto conduz à sacristia (Faria, 1947).

Ainda na capela-mor, sobre dois degraus segurado por três colunas cilíndricas de jaspe, apoia-se um altar, que é também abrigo de uma pedra de jaspe. Um facto curioso acerca deste altar é que este integra uma relíquia histórica relacionada com o início das conquistas portuguesas no norte de África, no século XV (Faria, 1947).

O 8<sup>a</sup> conde Barcelos e 1<sup>o</sup> Duque de Bragança, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, acompanhou o seu pai até Ceuta. Como resultado da vitória, o conde de Barcelos, trouxe do palácio do rei de Ceuta, a pedra e colunas em jaspe, que encaminhou para a ermida da Franqueira, e que com elas ordenou construir um altar. Este altar marca o

início das conquistas dos portugueses e sobre si repousa uma escultura gótica e em madeira, do século XVIII, a Virgem da Franqueira (Faria, 1947).

Em 1941, aquando dos restauros do pavimento da nave da ermida, foi encontrada uma sepultura medieval, cavado no solo e encoberta de argamassa oval, mostrando um esqueleto com várias moedas de cobre e prata. A comissão da Franqueira mandou cobrir a cova com uma pedra em granito e gravar o seguinte: “*Aqui se conserva uma sepultura medieval com um esqueleto – Descoberta em 1941*” (Faria, 1947, p.49).

No exterior, num grande adro, num monumento voltado para o mar, ergue-se a Virgem da Franqueira. Um monumento projetado pelo arquiteto Bento Cândido da Silva, e construído em 1929, por ordem de João Luís da Pena, um grande devoto da Nossa Senhora da Franqueira, da freguesia de Milhazes (Faria, 1947).

Desta forma se termina a abordagem ao património que se relaciona com o Monte da Franqueira, um sítio que se assume como um interveniente ativo na memória coletiva dos Barcelenses.



Figura 15 - Ermida de Nossa Senhora da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022).

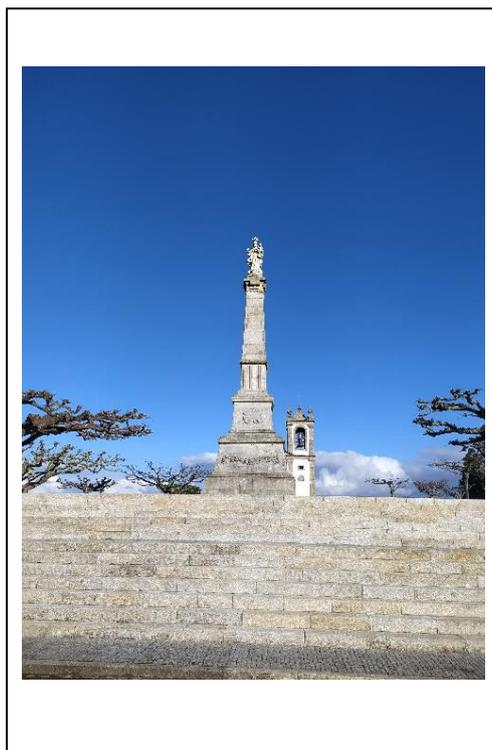


Figura 16 - Monumento da Virgem da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022).

### **3.3.2. A peregrinação anual ao Santuário da Nossa Senhora da Franqueira**

Para iniciar este tópico é interessante a partilha da citação de Magalhães (1987), referenciado por Trigueiros (2015, p. 59): *“A Franqueira é a montanha sagrada dos barcelenses, a sua catedral verde. Para ela se voltam as gentes de Barcelos em horas de júbilo ou de aflição (...). Milhares de fiéis sobem esta montanha integrados na grande peregrinação anual, em agosto”*.

A primeira peregrinação ao Santuário da Nossa Senhora da Franqueira realizou-se no dia 27 de setembro de 1908, promovida pela Direção do Círculo Católico de Operários de Barcelos e pela Associação dos Caixeiros de Barcelos (Trigueiros, 2015).

Esta tradição religiosa da peregrinação ao Santuário da Nossa Senhora da Franqueira acontece há mais de 100 anos, e envolve todas as freguesias do concelho de Barcelos. A peregrinação ao santuário é a única procissão arceprestal do concelho de Barcelos (Trigueiros, 2015).

No dia da procissão, o andor que carrega a Senhora, deixa a Igreja Matriz de Barcelos e dirige-se ao Santuário. É seguido, a pé, por milhares de devotos, assim como pelas confrarias das paróquias, que em louvor à Senhora proferem cânticos religiosos. Entretanto, cerca de uma ou mais semanas antes da realização desta procissão, o andor

que carrega a imagem da Senhora é conduzido pelos Bombeiros Voluntários de Barcelinhos e levada para uma paróquia de Barcelos, estabelecida pela Confraria, onde fica por uma semana (Trigueiros, 2015).

Finda-se a visita paroquial, e a imagem de Nossa Senhora retorna a Barcelos, onde é recebida e transportada, seguida pela procissão de velas, através de várias ruas da cidade até à Igreja Matriz, onde permanece até ao dia da Peregrinação: normalmente, ocorre no segundo domingo de agosto (Trigueiros, 2015).

Nesse dia, a procissão sai da Igreja Matriz e atravessa a ponte medieval, permitindo a ligação a Barcelinhos. A população de Barcelinhos procede à realização de um tapete (por norma com flores, mas também há o uso de serrim de várias cores) na sua rua principal, sendo esta prática uma maneira de engrandecer a cerimónia religiosa, (Trigueiros, 2015).

Ao longo de todo este percurso carregado de simbolismo para os barcelenses, as paróquias localizadas nos arredores do santuário expectam a procissão. E à medida que ela se vai chegando, as pessoas que esperam vão-se integrando, formando fileiras adornadas com bandeiras e opas vermelhas dos membros das confrarias paroquias, criando uma imagem colorida da cerimónia (Trigueiros, 2015).

Na chegada do andor ao adro do santuário, este é colocado num palco, assentado para a realização da Eucaristia Campal, abençoada pelo Arcebispo Primaz ou por um dos seus Bispos Auxiliares. Quando a eucaristia termina, o juiz da mesa da confraria expõe os agradecimentos e o andor da Nossa Senhora da Franqueira é saudada pelos milhares lenços brancos empunhados pelos devotos, que enriquecem o gesto com o cântico do Adeus à Virgem, que sublimemente se recolhe no seu santuário (Trigueiros, 2015).

Há o hábito de muitos dos peregrinos se reunirem em confraternização pelo parque das merendas, que existe em redor do Santuário (Trigueiros, 2015).



Figura 17 - Peregrinação à Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022).

### 3.4. Convento dos Frades

Na subida do monte, a meio da encosta, uma escadaria ladeada por duas capelas faz-se notar, em direção ao largo do convento. Um local misterioso, talvez, até místico. Um local deserto onde, por entre o arvoredado emerge, o antigo cenóbio dos monges franciscanos, também conhecido como Convento dos Frades. Conta apenas com uma nave simples. O convento, através das suas linhas e traços arquitetónicos, deixa clara a austeridade dos monges, que durante muitos anos ali viveram (Faria, 1947).

Faria (1947) explica que o Convento dos Frades foi fundado em 1505 por Dom Jaime, o 4º Duque de Bragança. O cenóbio é resultado da doação que este fez de uma ermida chamada Bom Jesus, que existiu dentro do recinto do convento, fundada em 1429, por Vicente Pobre e Catarina Afonso. Essa ermida terá sido, mais tarde, ocupada por padres claustrais, que ficaram aí até, quando foram substituídos por franciscanos.

Os franciscanos habitaram as casas e a ermida que já existiam, durante 58 anos. Em 1563, D. Henrique de Sousa, o último comendatário do Mosteiro de Rendufe, deu ordem para se construir o atual convento e igreja. No entanto, em 1678, novas obras

foram feitas e o convento foi ampliado e, em 1708, foi acrescentado ao convento um dormitório. Atualmente, muito pouco ou nada resta da cerca primitiva (Faria, 1947).

Faria (1947) esclarece que, com a extinção das ordens religiosas, em 1834, o convento passou a ser propriedade privada e os seus terrenos foram vendidos, já durante o século XX. Em 1965, uma família inglesa, de seu nome Gallie, comprou o convento e restaurou-o, uma vez que se encontrava em estado avançado de degradação. Em 1988, o Convento dos Frades passou a ter uma nova vida, dedicando-se ao turismo rural.

O convento apresenta uma planta quadrangular e possui um claustro central rodeado de um relvado central. A igreja é dedicada ao Senhor da Fonte da Vida e é constituída por uma nave e uma capela-mor. A sua fachada é barroca e está delimitada por dois corpos diferentes separados por pilastras (como se vê na figura) O principal está dividido em três inscrições e expõe no piso térreo nártex com arcos levantados em granito de volta perfeita. No interior, o portal da igreja possui uma janela de moldura recortada, rodeada por duas grandes esculturas, uma de São Francisco e outra de Santo António. Acima destas figuras, um friso de granito com um frontão contracurvado com uma cruz cimeira exhibe a imagem de Cristo crucificado (Faria, 1947).

É recheada com um coro-alto, púlpito e dois altares laterais dourados e policromados. Na capela-mor é visível um retábulo de talha policroma que ocupa a parede testeira. O exterior do edifício, correspondente à zona do claustro, está dividido em dois pisos: um térreo, com arcadas de volta perfeita e outro superior, rasgado com janelas de sacada. No centro, dispõe-se um chafariz de tanque circular. Perto da portaria do convento foi construída uma fonte com a figura de Cristo crucificado, referindo-se ao orago da igreja, o Senhor da Fonte da Vida (Oliveira, 2017).



Figura 18 - Fachada da Igreja (fonte: elaboração própria, 2022).

### 3.5. Caminhos de Santiago

Em 1987, os Caminhos de Santiago de Compostela foram classificados como o “Primeiro itinerário Cultural Europeu”.

A identidade religiosa, histórica e patrimonial dos Caminhos de Santiago foi-se construindo ao longo de vários séculos de história. É através desta identidade que os caminhos se complementaram com monumentos e rotas justificáveis ao fluxo peregrino. Pois, e segundo Gonçalves (2012), falar dos Caminhos de Santiago é o mesmo que falar de peregrinação. Este itinerário cultural atravessa todo o continente europeu, e são alicerces culturais comuns a todos os habitantes do continente, tendo como referência a História que se originou, peregrinando até Compostela (Gonçalves, 2012).

As peregrinações a Santiago de Compostela, começaram na Idade Média, na época em que partiram as primeiras peregrinações em culto ao Apóstolo Santiago, um difusor do Cristianismo na Península Ibérica entre 33-43 d.C. Esta movimentação espiritual e religiosa rapidamente se espalhou por toda a Europa, reforçando os sete principais caminhos de peregrinação jacobea: Caminho Francês, Caminho do Norte, Caminho Português, Caminho Inglês, Via da Prata, Caminho Primitivo e Rota Marítimo-fluvial (Araújo, 2018).

Os Caminhos de Santiago, atualmente, vêm-se não só pelo simbolismo religioso, mas, também, pela peregrinação turística por monumentos, conjuntos históricos e artísticos, com a gastronomia dos diversos sítios por onde passam os peregrinos, as diferentes culturas e pelo contacto com a natureza. Chegar à catedral espanhola deixou de ser apenas o único objetivo da viagem. As experiências, as sensações, a vivência sentida em cada lugar percorrido integrou-se no carácter espiritual e pessoal da peregrinação, não olvidando o carácter religioso, que em muitos dos casos ainda se mantém intrínseco. É a partir deste pressuposto que surge a necessidade de transformar estes troços dos caminhos, que pelo seu forte cariz e linguagem são marcos importantes na paisagem e nas pessoas, pois estimulam a valorização patrimonial dos territórios que cruzam (Araújo, 2018).

Todavia, Gonçalves (2012) realça que de todos os Caminhos de Santiago, os que mais se destacam são o Caminho Primitivo (por ter sido o primeiro caminho a ser feito pelo rei Afonso II, assim que soube da notícia do aparecimento do túmulo de Santiago);

e o Caminho Francês, por ser o mais frequentado pelos peregrinos e o mais popular de todos os caminhos. Todavia, o Caminho Português de Santiago sempre teve e continua a ter um papel importante nas peregrinações jacobeanas.

Este itinerário, em Portugal, tem sido transformado numa atividade turística que ostenta um grande impacto nas cidades que atravessa, como é o caso de Barcelos. Os Caminhos de Santiago representam para Barcelos um papel predominante na formação e história da cidade (Araújo, 2018).

Na era medieval, Barcelos, já era um ponto de passagem dos Caminhos de Santiago, que ao longo de séculos contribuíram para fortalecer a biografia desta cidade. Ao percorrer os caminhos de Barcelos é notório o desenvolvimento das suas freguesias, no seu artesanato e, acima de tudo, da sua memória coletiva.

Uma confirmação desse impacto é a Lenda do Galo de Barcelos, que está interligada às peregrinações a Santiago: Diz a lenda que um peregrino galego, dirigia-se a Santiago e estava de passagem em Barcelos, quando foi acusado de um crime que não cometera. Ainda que jurasse a sua inocência, foi condenado à forca pela justiça local. Antes de ser enforcado, o peregrino pediu para ser levado à presença do juiz que o sentenciara, encontrando-o num banquete. Voltou a jurar a sua inocência, dizendo *“É tão certo eu estar inocente, como certo é esse galo cantar quando me enforcarem!”*. Quando o peregrino se preparava para ser enforcado, o galo levantou-se na mesa e cantou. Ninguém duvidou da afirmação do peregrino (Município de Barcelos, 2019).

O milagre ocorrido foi atribuído a Santiago e eternizado na memória através de um cruzeiro feito em pedra, exposto no Museu Arqueológico de Barcelos, as ruínas do antigo Paço dos Condes. No cruzeiro de pedra é possível admirar a imagem do peregrino, com Santiago a suportar-lhe os pés por baixo, e no topo, o galo, o símbolo da sua inocência, que hoje é ícone da cidade e do país (Araújo, 2018).

Reforçando a importância de Barcelos nos Caminhos de Santiago, houve ainda a passagem da Rainha Santa Isabel na sua peregrinação a Santiago, em 1325 e, também, a construção da ponte medieval no século XIV (Gonçalves, 2012).

O Caminho de Santiago Português atravessa Barcelos e pode ser dividido em duas etapas. A primeira atravessa Rates (Póvoa de Varzim) – Barcelos; e o segundo cruza Barcelos – Balugães (fronteira com Ponte de Lima) (Araújo, 2018).

Com início na Póvoa de Varzim, ao longo de todo o percurso é visível um vasto património cultural e arquitetónico. Pousadas, albergues, capelas e outras instalações para descanso e apoio são algumas das construções que complementam os Caminhos de Santiago. Contudo, apesar de existir um percurso pré-existente, tem-se assistido a mudanças nas rotas feitas voluntariamente pelos peregrinos, que acrescentam ao trajeto principal novos troços, de forma a explorarem e conhecerem zonas de interesse patrimonial adjacentes (Araújo, 2018).

Um novo troço fruto dessas alterações nos caminhos é o abandono do caminho que liga a freguesia de Pedra Furada a Barcelos. Neste novo troço os peregrinos apoderam-se da antiga Via Romana do Porto – Barcelos – Lima, transformada na estrada municipal. Assim, verifica-se uma massificação do troço de Pedra Furada – Monte da Franqueira. Deste modo, os peregrinos abandonam a estrada principal, para passarem pela Franqueira com rumo à freguesia de Pereira, acabando depois por recuperar o trajecto natural do Caminho do Norte (Araújo, 2018).

A simples ação de acrescentar novos troços aos Caminhos de Santiago, motivada pelo desejo de conhecerem melhor os lugares por onde passam, faz com que nasça uma procura por novas atividades turísticas, religiosas, assim como um maior contacto com a natureza e com os lugares. De acordo com Araújo (2018), o Monte da Franqueira é um local que tem sido acrescentado aos locais de passagem dos peregrinos, oferecendo um enorme leque de vestígios patrimoniais e religiosos e um íntimo contacto com o natural, que abraça este monte. O aproveitamento dos trilhos da Franqueira tem revigorado a consolidação de alternativas ao Caminho de Santiago, ganhando um nova e especial importância (Araújo, 2018).

Ao percorrerem novos caminhos, neste caso, ao percorrer os troços do Monte da Franqueira, a peregrinação transporta os peregrinos para um vasto quadro cronológico que sustenta o lugar. Em meditação e mergulhados na natureza densa que cobre o Monte da Franqueira, todos são conduzidos em modo transitório pela montanha.



Figura 19 - Peregrinos atravessando o troço do monte da Franqueira (fonte: elaboração própria, 2022).

### **3.6. A Casa Memória da Terra de Faria – preservar a memória**

De acordo com Lomba (2007), os lusitanos, a alma portuguesa, emergiu nas terras entre-Douro-e-Minho, mais particularmente, na antiga Terra de Faria. Crê-se que, em 1127, D. Afonso Henriques tenha fundado a nacionalidade portuguesa no Castelo de Faria.

O mesmo autor (Lomba, 2007) diz que os nossos antepassados, ou seja, os lusitanos, se recolheram próximo do Monte da Franqueira, acabando por construir lá as suas habitações. Refere ainda que, o primeiro diploma de Portugal, enquanto reino independente, foi promulgado pelo primeiro rei português no Castelo de Faria, tornando-o assim o berço da nacionalidade portuguesa.

Tendo por base o desejo de preservar e valorizar a memória do que foi deixado, inaugurou-se em 2017, no dia 10 de junho, a Casa da Memória da Terra de Faria.

Faria é uma freguesia que integra a União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria, um dos núcleos onde atinge o Monte da Franqueira. Em tempos, Faria foi uma terra bem localizada estrategicamente, e casa do célebre Alcaides de Faria. Inclusive, Faria, correspondia às terras que hoje conhecemos como Milhazes, Vilar de Figos, Pedra Furada, Barqueiros, Cristelo, entre outros (Lomba, 2007).

O antigo presidente da Câmara de Barcelos, Miguel Costa Gomes, referiu que quem não tem memória, não tem futuro, e a missão passa por preservar e abrigar a memória das Ruínas do Castro e Castelo de Faria e todo o seu património arqueológico. Ademais, o antigo presidente salientou na inauguração, que a Casa Memória de Faria expõe a todo o concelho que preserva a memória, e por sua vez assegura o presente e o futuro. Trata-se do património que se vai deixar às gerações futuras (Município de Barcelos , 2017).

Por sua vez, também o antigo presidente da junta da União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria referiu que a inauguração da Casa Memória da Terra de Faria honra as memórias das terras, sendo também um projeto inovador. Acrescentou ainda que a casa memória é um exemplo da descentralização e da confiança nas pessoas e em todo o associativismo do saber fazer e bem. Uma nota ainda a apontar os discursos proferidos aquando da inauguração, o Presidente do Grupo Alcaides de Faria, que além de ter contado a história do Castelo de Faria, referiu que a origem da nacionalidade portuguesa está em Faria, visto que D. Afonso Henriques terá adquirido para si os castelos do Neiva e de Faria, para fazer guerra contra a sua mãe (Município de Barcelos, 2017).

A inauguração contou ainda com duas exposições, uma relacionada com o primitivo Grupo Alcaides de Faria, da sua atividade e do seu legado, e outra relacionada com a arqueologia do Castro e Castelo de Faria na Idade Média. Esta última exposição, configurou-se numa vertente pedagógica vocacionada para jovens e crianças (Município de Barcelos, 2017).

A Casa Memória da Terra de Faria resulta do aproveitamento do antigo infantário da freguesia de Faria. É um espaço dedicado ao património cultural da população que reside em torno do Monte da Franqueira, cujo objetivo é valorizar os saberes tradicionais, salvaguardar e reforçar a identidade e memória da terra, como fonte de desenvolvimento social e de conexão. O objetivo prende-se à interpretação das ruínas do Castro e Castelo de Faria, sendo um depósito do espólio arqueológico recuperado das campanhas arqueológicas que lá foram realizadas (Município de Barcelos , 2017).

Porventura, atualmente, não passa de um local fechado, cuja exposição já não se encontra no seu espaço. É um mero local de nome, cujo objetivo ficou no passado e nas intenções, mas que não passou, ainda, para a verdadeira ação. Uma casa museu

fechada, onde o Castro e Castelo de Faria continuam pouco valorizados na história e na memória de todos os que residem em torno dele e da Franqueira.



Figura 20 - Casa Memória da Terra de Faria, Barcelos (fonte: elaboração própria, 2021).

## **Parte IV. POTENCIAL TURÍSTICO DO MONTE DA FRANQUEIRA**

### **1. Introdução**

Neste capítulo, procura-se analisar o potencial turístico que o Monte da Franqueira exhibe. Ao reconhecer esse mesmo potencial, são pensadas possíveis alternativas, uma vez que cada local tem a sua história.

O turismo é um setor capaz de promover e contribuir para a economia de uma região ou destino turístico. É, também, um fator de desenvolvimento nas áreas sociais, culturais e ambientais dessa região ou destino. No âmbito do património cultural, o turismo encontra nele o recurso para gerar eventuais receitas, além de trabalhar a sua imagem.

O património cultural, ao constituir um interesse para os visitantes, possibilita uma consciencialização da necessidade e importância da sua salvaguarda. Então, o património cultural, ao ser valorizado, recuperado e usufruído, torna-se numa fonte de riqueza e, mais importante ainda, ganha a devida atenção da população local.

Neste sentido, a atividade turística pode e deve, também, atuar como um mecanismo para a valorização de bens, tradições, costumes, festividades, entre outros, que podem perder-se quando muito promovida a manutenção das peculiaridades das sociedades.

No entanto, o uso turístico desse património obriga a que haja equilíbrio racional por partes dos agentes envolvidos no processo de turistificação, pois pode levar à destruição do património ou à massificação do destino. Para isso, os bens patrimoniais só serão recursos turísticos se forem e se se mantiverem bem conservados, se forem alvo de um planeamento cuidadoso e minucioso e se forem alvo de uma forte e correta divulgação.

É certo que através do turismo se pode obter um enriquecimento cultural, nomeadamente por intermédio do contacto com diferentes culturas. Assim sendo, é fundamental que a utilização do património em prol da atividade turística seja feita com base na boa gestão, na sua salvaguarda e conservação.

Neste sentido, foi realizada uma análise SWOT às valências patrimoniais do Monte da Franqueira. Procurar-se-á, assim, aplicar uma metodologia de análise relacionada com o planeamento estratégico que compreende uma abordagem aos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

## 2. O potencial turístico do Monte da Franqueira

Como analisado anteriormente, o Monte da Franqueira apresenta uma significativa riqueza cultural e natural, que remetem indubitavelmente para a importância da sua preservação e valorização.

É um local onde o património natural e cultural (arqueológico, religioso e etnográfico) se destaca, que o torna num sítio estratégico para usufruto turístico, patrimonial e ambiental de todo o concelho de Barcelos e região onde se insere.

Nele se destacam o Convento do Calvário do Bom Jesus da Franqueira, o Castro e Castelo de Faria, ou a ermida de Nossa Senhora da Franqueira, compreendendo uma invulgar sequência de ocupações humanas, que vão desde o Calcolítico até à Idade Média, no caso o Castro e Castelo de Faria, mas também construções em outros períodos cronológicos, nomeadamente a época moderna que acabaram por se conservar até à atualidade. Além disso, a conexão à fé religiosa atrai ao Monte da Franqueira milhares de pessoas, em romaria e peregrinação.

A economia que circunda o monte da Franqueira é assente na indústria, essencialmente a confeção têxtil e do calçado, mas também na construção civil, no comércio e na agricultura, com grande peso na produção de leite e vinicultura.

No que diz respeito ao turismo, o Monte da Franqueira é detentor de alguns equipamentos turísticos, como é o caso do restaurante Solar da Franqueira, que já foi uma pousada, e a quinta do Convento da Franqueira, que é uma quinta dedicada ao turismo rural e que abrange, ainda, a adega regional da Franqueira, a qual organiza visitas guiadas às vinhas com provas de vinho. Além disto, o monte possui um vasto parque de merendas (Câmara Municipal de Barcelos, s/d).

Reconhecido por muitos como um local que transmite tranquilidade e acolhimento na natureza e com uma vista panorâmica exponencial, é procurado para convívios ao fim de semana, por parte dos barcelenses e outras pessoas que visitam Barcelos, que se misturam pela natureza e percorrem os seus caminhos e acervos patrimoniais no prazer do seu tempo livre (Câmara Municipal de Barcelos, s/d).

Do cume contempla-se uma exuberante paisagem sobre o concelho de Barcelos: a norte alonga-se o verde e fresco vale do Cávado e, a nascente, até à Serra do Gerês, é visível toda a extensão de terreno; do outro lado, toda a costa do mar que vai desde Esposende até Vila do Conde.

Cada vez mais, as pessoas têm necessidade de ocupar o seu tempo livre, especialmente, no que diz respeito a atividades na natureza e envolvendo o património. Este sítio assume-se como uma preferência, não só para os barcelenses, mas por todos os que lá passam.

No Plano Diretor Municipal elaborado pela Câmara Municipal de Barcelos é referido que, tendo em conta todas estas características, a devida organização de atividades efetuadas neste local e o uso correto do território para uma interpretação e fruição turística institui potencial para:

- criar uma comunicação de interpretação do património cultural e arqueológico para o Monte da Franqueira;
- conceber percursos pedestres e atividades de interpretação da natureza;
- definir de percursos BTT;
- incrementar o Ecoturismo;
- criar áreas de lazer;
- promover o pedestrianismo e o paisagismo.

Para além destas, parece-nos possível acrescentar ainda mais potencial turístico ao Monte da Franqueira, através da promoção do Ecoturismo associado às vinhas da Quinta da Franqueira, mas também de outro tipo de atividades como o *birdwatching* (observação de aves), uma vez que é abrigo de vários animais, nomeadamente espécies voadoras. Espaço, ainda, para atividades relacionadas com a arqueologia experimental, que podem, efetivamente, contribuir para o aumento do potencial, em particular do Castro e Castelo de Faria, que merece maior destaque. Na verdade, e mediante o restante património que o Monte da Franqueira barca, aquele é o que urge ser preservado e valorizado.

Efetivamente, o Monte da Franqueira tem potencialidades naturais e culturais para ser um dos privilegiados do concelho de Barcelos. Para que tal aconteça é meritório um planeamento estratégico das atividades relacionadas com o turismo, património e ambiente do monte (Câmara Municipal de Barcelos, s/d).

## **2.1. Algumas Reflexões: O Monte da Franqueira, uma âncora para o turismo cultural**

O turismo cultural pode ser, efetivamente, uma aposta no Monte da Franqueira, considerando os seus atributos. Sendo Barcelos um concelho de destaque, por ser ponto de

passagem dos Caminhos de Santiago e por ser palco da primeira romaria do Minho, a Festa das Cruzes<sup>7</sup>, é todos os anos polo de atração turística que atrai milhares de visitantes.

Uma maior promoção ao local deveria ser feita, já que muitos visitantes nacionais e internacionais não têm conhecimento do património cultural que ele encerra.

Todavia, para que haja um bom planeamento, é essencial suprimir certas barreiras que existem à sua fruição turística. As propostas descritas abaixo são uma compilação da informação encontrada no Plano Diretor Municipal, complementada com a que consideramos relevante acrescentar.

Contudo, todas as ideias propostas nesse documento nunca foram colocadas em prática, continuando, assim, o Monte da Franqueira como um lugar por valorizar:

- a acessibilidades, principalmente na clareira onde se encontra o Castro e o Castelo de Faria, que ainda hoje está em mau estado;
- a degradação do património cultural histórico e arqueológico, como é o caso do Castro e Castelo de Faria, o moinho de vento, ou o escadório da Franqueira;
- o aumento de construções e de explorações industriais dispersas pelo monte, em específico a pedreira que lá opera;
- a degradação do meio ambiente, uma realidade cada vez mais frequente, o que acaba por se traduzir numa perda irreparável da qualidade ambiental;
- a inexistência de infraestruturas de apoio turístico, apesar de haver na freguesia de Faria a Casa-Museu da Terra de Faria, cujo potencial enquanto Centro Interpretativo da Memória de Faria poderia e deveria, inevitavelmente, abranger, o Castro e Castelo de Faria;
- controlo das atividades praticadas no monte, principalmente, no que diz respeito à poluição resultante das atividades de lazer;
- por último, e talvez o mais importante, o desinteresse e a falta de conhecimento patrimonial por parte da população local (Câmara Municipal de Barcelos, s/d).

Todas estas barreiras têm a possibilidade de ser revertidas, através de, por exemplo, ações de limpeza da mata com o envolvimento da população residente; ou através de visitas guiadas ao Monte da Franqueira na presença de um guia que conheça e valorize a história do lugar.

---

<sup>7</sup> A Festa das Cruzes é considerada a primeira romaria do Minho e é um ponto de romagem de visitantes nacionais e internacionais. Em 2017, de acordo com as estatísticas apontadas pelo Turismo, Barcelos recebeu 1 milhão de visitantes (Câmara Municipal de Barcelos, s/d).

Não se pode esquecer, claro, que o Monte da Franqueira é uma das passagens dos Caminhos de Santiago de Compostela. Tudo é espaço, o modo como se sente abraçado por toda a envolvente da Franqueira é mais um passo na construção da identidade do Barcelenses. Um lugar habitado por História, e muito interpretado de forma individual.

O património cultural do Monte da Franqueira serve de âncora que sustenta a memória coletiva das comunidades que por lá passaram, mas também das comunidades que vivem em redor da região. Na verdade, o património cultural do monte é um alicerce para a memória do país, pois foi aqui que a consolidação da nacionalidade portuguesa se deu, quando D. Afonso Henriques reuniu no Castelo de Faria todas as forças necessárias para rumar em direção à Batalha de São Mamede.

A valorização turística do património cultural do monte assenta na preservação e proteção do espaço. O que é certo é que o turismo e o património cultural estabelecem uma relação harmónica, que redefine os bens culturais e que objetiva a identidade.

A promoção turística através dos Caminhos de Santiago de Compostela pelo traçado do Monte da Franqueira traduz-se numa peça crucial para a valorização do seu património cultural, porque o que hoje é um peregrino, amanhã pode ser um visitante ou um turista decidido a regressar para conhecer melhor o local.

Por fim, através do turismo cultural, por exemplo, a “colina sagrada” dos barcelenses poderia ter maior ênfase na sua identidade. O que acontece, no entanto, é que a comunidade residente ao redor do monte não reconhece o mesmo como fator de unidade e de identidade, acabando por se tornar num local carregado de vazio patrimonial.

## **2.2. Algumas reflexões: a Casa Memória da Terra de Faria como Centro Interpretativo**

Como foi dito anteriormente, o Monte da Franqueira carece de uma infraestrutura de apoio turístico. A freguesia de Faria está intrinsecamente ligada ao local e é aqui que se situa a Casa Memória da Terra de Faria.

O património cultural como um vetor de atratividade exige uma interpretação patrimonial e, por isso, há a necessidade de criar espaços dedicados à sua interpretação.

A interpretação é importante, pois aumenta a consciencialização das pessoas e promove um maior conhecimento do património cultural. Um dos recursos ao seu serviço são os centros de interpretação, cujo papel é necessário, visto que há necessidade de aprofundar as formas de

mediação entre o património cultural e as pessoas, prática por vezes dificultada pela difícil (ou inexistente) aproximação e compreensão pelas pessoas (Costa, 2019).

Uma definição interessante de centro de interpretação é apresentada por Castaño Blanco (2007) mencionado em Costa (2019), que explica que o objetivo primordial destas entendidas é o de divulgar os valores culturais, históricos e naturais, normalmente localizados em zonas rurais, que se destacam pela sua identidade e que usam a interpretação como uma estratégia de comunicação do património.

Tendo em conta esta informação, da falta de infraestruturas no Monte da Franqueira e da perceção que os residentes têm face ao local, nasce a ideia de tornar a Casa Memória de Faria num espaço que facilite a compreensão dos valores culturais, sensibilizando e educando e, assim, valorizando.

Ao tornar a Casa Memória da Terra de Faria num espaço aberto e interpretativo, dá-se lugar a uma área onde todos possam aprender mais sobre o quão rico é o Monte da Franqueira: exposições permanentes e/ou temporárias, palestras, workshops, entre outras atividades interpretativas. Tais atividades poderão ter lugar na Casa Memória da Terra de Faria, cuja existência poderia ser potenciada e não mantida de portas fechadas.

### **2.3. Algumas reflexões: uma proposta de roteiro cultural**

Conectar as pessoas ao património cultural do Monte da Franqueira é permitir que desfrutem da história e da memória de um lugar secular.

Aliar o Turismo ao Património Cultural, através de um roteiro cultural que mergulha na história do Monte da Franqueira desde os seus primórdios é um poderoso instrumento de divulgação e de interpretação e valorização patrimonial.

Focando apenas o ponto de vista patrimonial, o roteiro cultural pelo Monte da Franqueira tem como finalidade unir os três elementos que o constituem, sensibilizando o público para o seu património cultural e despertando a memória de um povo que ali viveu. Esse património cultural sustenta o roteiro cultural, que, na sua génese, invoca a preservação e a proteção daquele espaço.

Portanto, a proposta de um roteiro cultural para o Monte da Franqueira que percorra o Castro e Castelo de Faria, a ermida da Nossa Senhora da Franqueira e o Convento dos Frades pela sua ordem cronológica e na presença de um profissional especializado que integra o *storytelling* do lugar, permite aproximar as pessoas ao

património local, concedendo todas as informações necessárias ao incremento de um sentido altamente pedagógico. É importante que o roteiro inclua interação e perguntas e que estimule a aprendizagem e o diálogo do público com o que é observado. É importante que o profissional especializado interprete o roteiro cultural em diversas línguas, além do português, como o espanhol, inglês, francês ou alemão. É, de igual modo, importante que a inclusão esteja presente através da língua gestual.

Tendo em conta a crescente vertente tecnológica e a exigência do público que prefere um roteiro cultural autoguiado, este deve igualmente ser publicitado em aplicações para *smartphones*, através de parcerias estabelecidas entre a Câmara Municipal de Barcelos e empresas tecnológicas locais.

## **2.4. Análise SWOT**

Com a análise SWOT sobre as potencialidades turísticas do Monte da Franqueira pretende-se analisar as possibilidades de fomentação turística cultural e arqueológica daquele lugar. Sendo assim, procedeu-se à análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças.

Os pontos fortes foram compilados na tabela 4.

**Tabela 4 - Pontos fortes do Monte da Franqueira**

<b>Castro e Castelo de Faria constituem uma das estações arqueológicas de maior projeção no Noroeste português.</b>
<b>Local de invocação de lendas</b>
<b>Trânsito de visitantes/devotos e peregrinos regionais, nacionais e internacionais que visitam a ermida da Nossa Senhora da Franqueira</b>
<b>Práticas de peregrinação anual ao topo do Monte da Franqueira</b>
<b>Existência de património edificado classificado</b>
<b>Palco de alguns episódios da História de Portugal</b>
<b>Implementados trilhos pedestres e de BTT</b>
<b>Vista panorâmica</b>

Um dos pontos fortes, e com bastante potencial, prende-se com o facto de o Castro e Castelo de Faria constituírem uma das estações arqueológicas de maior projeção no Noroeste

português, tendo em conta a sua dimensão, significado histórico e diversidade arqueológica. Sendo um local que transparece uma sensação de misticidade, a invocação de lendas é um forte ponto a apontar. A lenda do Feito do Alcaides de Faria é bastante conhecida no concelho de Barcelos, e ficará sempre associada ao Castelo de Faria.

A adoração a Nossa Senhora da Franqueira é um marco religioso deste local, sendo várias as pessoas que, em romaria, se deslocam ao santuário para ouvir as suas preces, não apenas os residentes em torno do monte ou do concelho de Barcelos, mas de vários pontos. É, por isso, uma forte alavanca para potenciar o turismo religioso na Franqueira.

Nesta mesma linha, todos os anos ocorre a peregrinação anual ao alto da Franqueira, que move milhares de devotos. É uma tradição de que já conta com mais de um século e é a única peregrinação arceprestal do concelho de Barcelos.

O património edificado disperso pelo monte tem a mais – valia de estar classificado, sendo assim um ponto forte na sua análise: o Castro e Castelo de Faria é Monumento de Interesse Nacional desde 1956; a ermida da Nossa Senhora da Franqueira é Imóvel de Interesse Público desde 1959; e o Convento dos Frades é Monumento de Interesse Público desde 2019

O Monte da Franqueira ao longo da sua história foi palco de alguns episódios da História de Portugal. Foi no Castelo de Faria que D. Afonso Henriques fixou a sua residência e deu início ao processo que culminou com a Batalha de São Mamede, afirmando-se assim como rei do Condado Portucalense. Foi ainda, aqui, que o Alcaide de Faria, Nuno Gonçalves, foi assassinado pelo inimigo castelhano, durante a Segunda Guerra Fernandina. Estes aspetos históricos colocam em evidência a relevância e importância que o monte tem, tornando este local digno de um grande valor patrimonial de carácter suprarregional.

A densa vegetação que cobre o monte proporciona não só atividades como piqueniques, mas também a realização de caminhadas pela natureza ou até a prática BTT. O percurso “*No trilho do Monte da Franqueira*” está classificado como sendo uma pequena rota com cerca de 12km, que tem o seu início na freguesia de Carvalhal e passa por Pereira, Gilmonde, União de freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria. Este trilho é deveras interessante, pois através dele é possível reter o rico património cultural, natural e arqueológico que leva todos numa viagem pelo passado.

Por fim, quem visita o Monte da Franqueira não pode ficar indiferente à sua vista, para a terra e para o mar. Só por isto, prende a atenção de todos os que por lá passam. É, pois, um inegável miradouro natural.

Por sua vez, os pontos fracos estão sintetizados na tabela 5.

**Tabela 5 - Pontos fracos do Monte da Franqueira**

<b>Acessibilidades em mau estado, em especial no que respeita à clareira junto ao Castro e Castelo de Faria</b>
<b>Perda de qualidade ambiental generalizada, por mau uso e abandono do local</b>
<b>Degradação do património cultural, em especial o arqueológico, e natural</b>
<b>Ausência de infraestruturas de apoio turístico de cariz interpretativo (a única com potencial, a Casa Memória de Faria, encontra-se de portas fechadas)</b>
<b>Falta de reconhecimento cultural por parte da população residente</b>
<b>Pouca divulgação e informação relativa ao Monte da Franqueira</b>

Apesar de os acessos para o monte serem bons, o mesmo não se pode dizer sobre o acesso ao Castro e Castelo de Faria. A clareira junto à área é merecedora de arranjos, já que se encontra em estado lastimável há largos anos. É importante que se procedam aos arranjos na clareira, porque apesar de se encontrar desviado do caminho principal, o Castro e Castelo de Faria fazem parte da importância patrimonial do monte.

O Monte da Franqueira, infelizmente, também é alvo de degradação do seu património. A falta de limpeza e de manutenção com frequência, invocando, mais uma vez, o Castro e Castelo de Faria como exemplo, leva a uma degradação do seu património arqueológico. Assim, o mesmo acontece com o património natural, pois a desvalorização generalizada das pessoas leva à destruição do mesmo e, conseqüentemente, à perda de qualidade ambiental. Infelizmente, o monte da, devido à sua forte vegetação é um alvo perfeito para o abate ilegal de árvores por parte dos residentes.

Sendo um local de extrema importância, a existência de infraestruturas de apoio turístico deveria ser imprescindível. No entanto, não é o que acontece. A Casa da Memória, na freguesia de Faria, que deveria funcionar como um centro interpretativo não só em relação ao Castro e Castelo, mas, também, ao Monte da Franqueira como um todo, apesar de existir, encontra-se fechada. Daqui incorre que grande parte da população residente no concelho de Barcelos desconheça o trajeto histórico da Franqueira.

Apesar de existirem informações e divulgações relativas ao Monte da Franqueira, estas são poucas. Por exemplo, apenas existe um livro que compila as informações sobre a história e o património cultural da Franqueira, o livro de Antero de Faria (1956) denominado “Franqueira”. As celebrações ao património cultural apenas são lembradas em dias específicos, isto é, o Monte da Franqueira e, mais especificamente, o Castro e Castelo de Faria, integra o Dia Nacional dos Castelos, sendo durante o restante tempo esquecido.

A próxima tabela sintetiza as oportunidades do Monte da Franqueira.

**Tabela 6 - Oportunidades do Monte da Franqueira**

<b>Investimento no turismo cultural por parte da Câmara Municipal de Barcelos, em infraestruturas de apoio</b>
<b>Proximidade com os Caminhos de Santiago</b>
<b>Castro e Castelo de Faria sobre alçada da Câmara Municipal de Barcelos</b>
<b>Localização geográfica do Monte da Franqueira relativo a Barcelos, Braga, Esposende, Vila do Conde e Aeroporto do Porto</b>
<b>Qualidade de autoestradas e acessos rodoviários que servem o concelho de Barcelos</b>
<b>Existência de empreendimentos turísticos (Quinta da Franqueira)</b>

Relativamente às oportunidades, uma delas é o investimento no turismo cultural por parte da Câmara Municipal de Barcelos, que pode e deve ser fomentado. O turismo cultural é uma aposta muito importante em vários locais e, sendo Barcelos uma cidade (ainda que seja pequena) rica na sua história, deve criar mecanismos que impulsionem o turismo cultural, não só na cidade, mas em todo o concelho.

Cada vez mais, são as pessoas que têm interesse em fazer os Caminhos de Santiago de Compostela e, cada vez mais, estes caminhos têm-se revelado como importantes itinerários culturais. São vários os peregrinos que passam por Barcelos, no seu caminho em direção a Santiago. A existência de um caminho alternativo que atravessa o monte possibilita a admiração e conhecimento deste local por parte dos peregrinos. A esta oportunidade apontada, surge outra que também é crucial, que é a existência de empreendimentos turísticos, como a Quinta da Franqueira, um espaço de turismo rural que resultou do reaproveitamento do edifício do Convento do Calvário do Bom Jesus da Franqueira.

É certo que Barcelos é um concelho bem localizado e a localização geográfica do Monte da Franqueira é mais uma oportunidade que deve ser tida em conta. De facto, o local está relativamente próximo a Barcelos (7km), Braga (25 km), Esposende (20km), Vila do Conde (23km) e Aeroporto do Porto (53km), facilitando a circulação dos visitantes. Acrescenta-se a isto a qualidade das recentes autoestradas (A28, A11 e A3) e dos acessos rodoviários que servem o monte e Barcelos.

Por fim, uma última oportunidade a apontar é que o Castro e Castelo de Faria, cuja tutela passou para a alçada da Câmara Municipal de Barcelos. A sua gestão, agora da sua responsabilidade foi, durante muitos anos, responsabilidade da Direção Regional de Cultura do Norte. Tal, traz mais autonomia à autarquia de Barcelos nas decisões para a gestão deste Monumento Nacional.

As ameaças do monte evidenciam-se na seguinte tabela.

**Tabela 7 - Ameaças do Monte da Franqueira**

**Aumento de construções e explorações industriais, nomeadamente de pedreiras**

**Consequente perda de património natural e cultural, face ao aumento de construções**

**Aproveitamento do monte em favor da indústria**

**Ocorrência de incêndios**

O desenvolvimento turístico do Monte da Franqueira pode estar condicionado a forças externas que, se não forem ultrapassadas, podem prejudicar o seu desenvolvimento. A existência de pedreiras a operar na área constitui uma forte ameaça que pode levar à destruição do património cultural, em especial do arqueológico, sempre mais vulnerável, bem como do património natural. Próximo do Castro e Castelo de Faria encontra-se a Pedreira da Franqueira, no ativo desde o dia 1 de janeiro de 1978. É de rezear que, com o aumento da sua exploração, muitos dos vestígios deste sítio arqueológico tenham sido (e mais venham a ser) destruídos, inclusive levando à seca da fonte de água que houve em tempos na zona fortificada. A outra pedreira, apesar de se encontrar mais afastada dos vestígios históricos, encontra-se no sopé poente/norte do monte.

Como já foi referido, o Monte da Franqueira, lamentavelmente, é palco de explorações que auxiliam o crescimento económico, resultando num aproveitamento das especificidades do monte em favor industrial.

Sendo um local com uma vasta floresta, a ocorrência de incêndios é uma igualmente realidade que também o afeta. Um deles, o incêndio de 2016, dizimou grande parte do coberto monte. Apesar de ser uma tarefa difícil, o controlo dos incêndios deve ser assegurado pelas autoridades competentes, mas a valorização da área contribuirá, sem dúvida, para melhorar esses processos.

Em jeito conclusivo, e mais uma vez, enumerados os pontos fortes e fracos do Monte da Franqueira, será necessário potenciar aqueles em detrimento destes. Os aspetos positivos, ou seja, os pontos fortes e as oportunidades, devem ser fortalecidos, enquanto os aspetos negativos, os pontos fracos e as ameaças, devem ser enfraquecidos ou, preferencialmente, anulados. Para que tal ocorra, é necessário que os organismos responsáveis unam forças. Ao unirem forças estão a asseverar e a elevar a importância que o monte tem, levando a uma valorização e compreensão por parte da população local. Isto porque se deve potenciar o desenvolvimento turístico do Monte da Franqueira de forma sustentável, para garantir que o testemunho histórico e cultural não seja esquecido e perdido.

## **2.5. Análise do inquérito**

Durante o trabalho foi realizado um inquérito. Este foi aplicado a uma amostragem aleatória simples de residentes no concelho de Barcelos. Com o inquérito pretendia-se incidir sobre os residentes do concelho, apurando vários dados, como o género, a idade, o grau de escolaridade, o local de residência, os conhecimentos relativos a turismo cultural e ao património cultural e, acima de tudo, os conhecimentos face à importância patrimonial do Monte da Franqueira. O inquérito foi implementado *online*, através da ferramenta *Google Forms*, e disponibilizado nas redes sociais, nomeadamente através do *Facebook*, entre julho e setembro de 2022, tendo sido partilhado em grupos relacionados com Barcelos. Não obstante, alguns dos inquiridos eram residentes noutros concelhos que não Barcelos, mas em contrapartida, conheciam bem o local em questão.

O inquérito teve como objetivo compreender a perceção dos residentes do concelho de Barcelos face à importância patrimonial do Monte da Franqueira. O

interesse em inquirir não residentes não foi propositado. O interesse em considerar os não residentes notou-se quando algumas das respostas do inquérito vinham da parte de não residentes. As mesmas foram consideradas, porque foi relevante perceber se os não residentes conheciam o espaço em questão. As respostas dos residentes e não residentes foram consideradas, para perceber a perceção que têm relativamente à importância do Monte da Franqueira.

Quanto ao perfil dos inquiridos, a amostra contemplou 62 pessoas do género feminino (62%) e 38 pessoas do género masculino (38%), de idades compreendidas entre os 18 e 69 anos. A grande maioria destas pessoas, ou seja, 66% inquiridos são detentores do ensino superior, 23% inquiridos do ensino secundário e 11% do ensino básico. A situação profissional da amostra é diversificada, sendo que uma grande percentagem é trabalhadora por conta de outrem (63%). Em segundo, 12% inquiridos são reformados, 11% são trabalhadores por conta própria, 9% são estudantes e 5% são desempregados. Como foi dito anteriormente, o inquérito aplicava-se a residentes do concelho de Barcelos, porém alguns dos inquiridos são de outros concelhos, evidenciando assim uma maior diversidade de opiniões. Sendo assim, Barcelos é o local de residência (93%) predominante, havendo de seguida residentes na Póvoa de Varzim (2%), Albergaria-a-Velha (1%), Braga (2%), Avintes (1%), Vila Nova de Famalicão (1%).

**Tabela 8 - Dados sociodemográficos**

Dados Sociodemográficos		Amostra
		100
Categoria		
<b>Género</b>	Feminino	62%
	Masculino	38%
<b>Educação</b>	Ensino superior	66%
	Ensino secundário	23%
	Ensino básico	11%
<b>Situação profissional</b>	Trabalhador por conta de outrem	63%
	Trabalhador por conta própria	11%
	Reformados	12%
	Desempregados	5%
	Estudante	9%
<b>Residência</b>		

Barcelos	93%
Póvoa de Varzim	2%
Albergaria-a-Velha	1%
Braga	2%
Avintes	1%
Vila Nova de Famalicão	1%

O inquérito foi dividido em secções, onde as questões estão relacionadas com o Património Cultural, Turismo Cultural e Monte da Franqueira.

A primeira secção relaciona-se com o património cultural, em que na primeira questão foi perguntado o que as pessoas entendiam pelo mesmo. Uma grande maioria, ou seja, 78% dos inquiridos selecionou a opção História, em seguida muitos entenderam o património como herança e tradição (57% e 56%, respetivamente). Memória e passado foram também opções assinaladas pelos inquiridos. Houve também inquiridos que associaram identidade ao património cultural. A segunda questão pretendia quantificar, de 1 a 5, a importância do património cultural para melhor compreender a sociedade e o seu tempo, em que 78% dos inquiridos responderam que é “muito importante” (5), 21% “importante” (4) e apenas 1% assinalou o intermédio, ou seja, “não muito importante, mas também importante”.

A segunda secção do inquérito diz respeito ao turismo cultural, e a primeira questão prende-se com o entender do turismo cultural por parte dos inquiridos. A opção mais assinalada (52%) foi o desejo de conhecer novas culturas e visitar monumentos e museus foi a segunda opção mais assinalada pelos inquiridos (48%). A motivação em participar em eventos artísticos, culturais ou religiosos e o desejo de obter novos conhecimentos também foram opções escolhidas pelos inquiridos (40% e 29%, respetivamente).

Uma grande percentagem dos inquiridos (81%) já viajou por motivação cultural, e os locais são variados, como por exemplo, Lisboa (Mosteiro de Jerónimos), Porto (Torre dos Clérigos), Braga (principalmente a Sé de Braga e o Santuário do Bom Jesus), Guimarães (o seu castelo), Bussaco, Soajo (os seus espigueiros), São Miguel, nos Açores e Funchal, na Madeira, Monte de S. Gonçalo, no concelho de Barcelos (as suas gravuras rupestres), o Castro de Mamona e o Centro Histórico de Barcelos foram locais apontados pelos inquiridos. Normandia, na França, Espanha, Cracóvia, Cabo Verde, Itália foram

também outros locais que os inquiridos apontaram como sendo o último local que visitaram por motivação cultural. Não restam dúvidas que o ano em que os inquiridos mais viajaram foi 2022 (59,3%), em seguida 2021 (17,3%), 2019 (13,3%). Outros anos apontados foram também 2020, 2018, 2017, 2007 e 2005. O grande motivo de viagem foi, essencialmente, o interesse na cultura do local visitado (54,3%). Mero lazer (44,4%), curiosidade (28,4%) e obtenção de conhecimentos (21%) foram as opções assinaladas. Em contrapartida, 19% da amostra respondeu que não ou nunca viajou por motivação cultural, ao qual responderam que gostariam de viajar por essa motivação, para locais como Itália, Egito, Índia, Espanha, Tailândia e Portugal.

**Tabela 9 - Turismo Cultural**

		<b>Amostra</b>
		<b>100</b>
<b>O que é o turismo cultural?</b>		
Desejo de conhecer novas culturas		52%
Visitar monumento e museus		48%
Participação em eventos artísticos, culturais ou religiosos		40%
Desejo de obter novos conhecimentos		29%
<b>Já viajou por motivação cultural?</b>		
Sim		81%
Não		19%
<b>Ano que mais viajam por motivação cultural</b>		
2022		
2021		59,3%
2019		17,3%
		13,3%
<b>Motivo da viagem</b>		
Interesse na cultura do local		54,3%
Lazer		44,4%
Curiosidade		28,4%
Obtenção de conhecimentos		21%

Quando perguntados se já visitaram algum sítio arqueológico, 85% da amostra respondeu que sim e 15% que não. Não obstante, o último local visitado que os inquiridos responderam foram as ruínas de Conímbriga (Coimbra), o Castro de S. Lourenço (Esposende), Castro e Castelo de Faria, Monte do Facho, Museu Arqueológico

de Barcelos e Monumento Castrejo de Galegos Santa Maria (Barcelos), Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira), Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) ou Elvas, bem como locais internacionais, como Atenas ou Olímpia (Grécia), o Egito, ou Pompeia (Itália). Mais uma vez, o ano em que visitaram pela última vez um sítio arqueológico foi 2022 (32,9%). O ano de 2021 (15,3%), 2019 (14,1%), 2018 (11,8%) e 2020 (10,6%) foram os anos que os inquiridos visitaram pela última vez.

Dentro desta temática sobre a visita de sítios arqueológicos, 45,9% da amostragem indicou que o principal motivo foi o interesse na cultura do sítio. Em seguida, 34,1% respondeu que visitaram por mera curiosidade. O lazer, a obtenção de conhecimentos e também uma visita não planeada foram opções selecionadas pelos restantes inquiridos (24,7%, 17,6% e 12,9%, respetivamente). A pequena percentagem da amostragem que respondeu que não visitaram um sítio arqueológico, respondeu que gostaria de visitar (93,3%), porém 6,7% respondeu que não gostariam de visitar.

**Tabela 10 - Sítios arqueológicos**

		<b>Amostra</b>
		<b>100</b>
<b>Já visitaram um sítio arqueológico</b>	Sim	85%
	Não	15%
<b>Ano que visitaram pela última vez</b>	2022	32,9%
	2021	15,3%
	2020	10,6%
	2019	14,1%
	2018	11,8%
<b>Motivo de visita a sítios arqueológicos</b>	Interesse na cultura do sítio	45,9%
	Curiosidade	34,1%
	Lazer	24,7%
	Obtenção de conhecimentos	17,6%
	Visita não planeada	12,9%

À questão **“Considera que o património cultural é um recurso para o turismo”**, 100% da amostragem aleatória respondeu que sim. Para justificação da resposta, foram dadas cinco opções onde os inquiridos teriam de assinalar entre discordavam totalmente ou concordavam totalmente. A opinião da amostra é variada. Na primeira opção *“Contribuiu para a economia do destino”*, 47% inquiridos responderam que

concordam totalmente e 34% concorda. Em contrapartida, 8% dos inquiridos discordam e outros 8% discordam totalmente. Além destes, 3% ficaram pelo intermédio, ou seja, que não discordavam, mas também não concordam.

Na segunda opção “*Valoriza e divulga o património e diversidade cultural do destino*”, 52% concordam na totalidade com a afirmação, e 31% apenas concordam. Ainda nesta afirmação, 9% não concordam totalmente, 6% discordam e 2% não discordam, nem concordam.

Na afirmação “*Proporciona aos visitantes o acesso ao património e cultura do destino, fomentando um desenvolvimento cultural*”, a grande maioria da amostra, com 53%, respondeu que concorda na totalidade e 31% apenas concorda. Porventura, 9% dos inquiridos assinalaram que discordam totalmente e 6% discordam.

Na afirmação “*Ajuda na criação de novos postos de emprego*”, as respostas são mais intensas e um número considerável passa por todas as opções, ou seja, 41% responderam que apenas concordam com a afirmação e 38% concordam na totalidade. Mais uma vez, 9% responderam que discordam totalmente, 6% selecionaram que discordam e outros 6% não discordam, nem concordam.

Por fim, a última afirmação “*Através do turismo é possível encontrar mecanismos que ajudem na preservação, valorização e divulgação do património*”, 51% assinalaram que concordam totalmente e 29% apenas concordam. Dos 100 inquiridos, 8% discordam totalmente com esta afirmação, 7% apenas discordam e 5% não discordam, nem concordam. As respostas são variadas na justificação à questão, de modo geral a opção mais assinalada foi, sem dúvida, concordam totalmente.

Na terceira secção do inquérito foram elaboradas perguntas remetentes ao local, com intuito de perceber se a amostra residente em Barcelos (e também os que responderam que eram de outros locais que não no concelho) conhece o Monte da Franqueira e, acima de tudo, se conhece a sua riqueza patrimonial.

Na primeira questão “*Já visitou o Monte da Franqueira*”, 98% respondeu que sim e apenas 2% que não. Na questão relativa à frequência de visita ao Monte da Franqueira, a vasta maioria da amostra respondeu que apenas visita a Franqueira de ano a ano (58,2%). As outras opções mais assinaladas foram que visitam o Monte da Franqueira de mês a mês (14,3%) e uma vez por semana (7,1%). Os que responderam

que não visitaram o Monte da Franqueira (2%), justificaram a sua resposta respondendo que desconheciam o local e por falta de tempo.

Quando perguntados sobre as memórias que têm, quando pensam no Monte da Franqueira, as respostas foram variadas. A opção mais assinalada foi a vista panorâmica que o Monte da Franqueira permite desfrutar (69,4%). Em seguida, 52% da amostra associam o Monte da Franqueira à peregrinação a Nossa Senhora da Franqueira, 44,9% ao convívio com família e amigos e, ainda, a opção Franqueira é como local que transparece nostalgia, levou a que 27,6% assinalassem a opção “boas memórias de infância” . A opção “*importância histórica do local*” também foi tida em conta, uma vez que 41,8% dos inquiridos a assinalaram.

De forma a tentar perceber a compreensão da amostragem face ao valor patrimonial que o Monte da Franqueira reserva, foi questionado se os inquiridos tinham consciência desse mesmo valor patrimonial. A maior parte respondeu que sim (76%), contudo uma percentagem ainda significativa respondeu que não (24%).

**Tabela 11 - Dados Monte da Franqueira**

Monte da Franqueira		Amostra
		<b>100</b>
<b>Já visitou o Monte da Franqueira?</b>		
	Sim	98%
	Não	2%
<b>Frequência de visita</b>		
	Uma vez por semana	7,1%
	De mês a mês	14,3%
	De ano a ano	58,2%
<b>Memórias associados ao monte</b>		
	Vista panorâmica	69,4%
	Peregrinação a Nossa Senhora	52%
	Convívio com família e amigos	44,9%
	Importância história do local	41,8%
	Memórias de Infância	27,6%
<b>Tem consciência do valor patrimonial do monte?</b>		
	Sim	76%
	Não	24%

Cerca de 51,3% da amostragem justificou que o Monte da Franqueira é um local de extrema importância histórica e patrimonial, pois está fortemente ligado à fé religiosa e atrai muitas pessoas, em romaria e peregrinação. Em seguida, 50% respondeu que é um lugar de referência no que toca à presença humana de vários períodos. Uma percentagem considerável, 48,7%, respondeu que o Monte da Franqueira é um local onde o património cultural, natural, arqueológico e etnográfico é estimado. Por fim, 46,1%, respondeu que o Monte da Franqueira tem um grande valor patrimonial para os residentes do concelho de Barcelos.

**Tabela 12 - Justificação da importância histórica e patrimonial do Monte da Franqueira**

Tem um grande valor patrimonial para os residentes do concelho de Barcelos	46,1%
É lugar de referência no que toca à presença humana de várias épocas	50%
Local onde o património cultural, natural, arqueológico e etnográfico é estimado	48,7%
Local fortemente ligado à fé religiosa	51,3%

Em seguida, foram colocadas questões sobre a história e património cultural da Franqueira, sustentada na bibliografia. Deste modo, um pouco mais de metade (52%) respondeu que não sabia que D. Afonso Henriques havia fixado a sua residência oficial no Castelo de Faria, e apenas 48% respondeu que sim. No mesmo seguimento, 51%, respondeu que sim, que tinha conhecimentos da existência de uma povoação da Idade do Cobre, Bronze, Romanização e Idade Média no Castro e Castelo de Faria e 49% respondeu que não sabia da existência dessa utilização.

A questão seguinte, prendia-se com a existência de uma relíquia histórica depositada na ermida da Franqueira, que o 8<sup>o</sup> Conde de Barcelos e 1<sup>o</sup> Duque de Bragança na vitória em Ceuta trouxe, após a vitória de Ceuta, do palácio do rei: a pedra e colunas em jaspe, onde mais tarde ordenou construir um altar. Uma grande maioria não sabia esta pequena curiosidade (70%), e apenas 30% sim. Também uma grande parte da amostragem (71%) sabia que o Monte da Franqueira é um dos locais de passagem dos Caminhos de Santiago e 29% respondeu que não sabia. Como era de

calcular, 53% da amostra tem conhecimento da lenda do Feito dos Alcaides de Faria, no entanto, um número significativo (47%) desconhece a lenda.

O Monte da Franqueira é composto por monumentos importantes e, por isso, estes pormenores deveriam constar no inquérito. Quando perguntados se os inquiridos sabiam que o Convento dos Frades está classificado como Monumento de Interesse Público, 55% da amostra respondeu que sabia e 45% que não. Na mesma medida, 63% da amostra respondeu que sabia que o Castro e Castelo de Faria estão classificados como Monumento Nacional, e apenas 37% não sabia que era. Por fim, 53% selecionou que sabia que a ermida da Nossa Senhora da Franqueira está classificada como Imóvel de Interesse Público, não obstante 47% selecionou a opção não. Na pergunta “*Já fez o trilho da Franqueira*”, a amostra dividiu-se nas suas respostas, ou seja, 50% já fez o trilho e 50% ainda não fez o trilho.

Na última questão do inquérito, “*Na sua opinião, o Monte da Franqueira deve ser usado com fins turísticos, de modo a ser valorizado patrimonialmente?*”, o objetivo era apenas compreender se os inquiridos acham importante o envolvimento do turismo no Monte da Franqueira, como forma de valorizar o seu património, através de uma resposta simples e direta. O resultado foi claro, pois 97% respondeu que sim, este deve ser usado com fins turísticos para valorizar o seu património cultural. Em contrapartida, 3% respondeu que não.

Antes de concluir o inquérito foi deixado em aberto um espaço, onde os inquiridos pudessem acrescentar alguma curiosidade ou fenómenos do património cultural do Monte da Franqueira, que não tivesse sido abordado. Seguem-se algumas das opiniões dadas pelos inquiridos.

“Acho que nos dias de hoje o Monte da Franqueira é muito mais do que só um monte, como tanta gente pensa. Não devemos nos esquecer que é uma das maiores preciosidades que Portugal tem, e que os barcelenses têm de saber conservar e sabem-no fazer. Mas referir que as suas tradições são de âmbito nacional, e estão espalhadas um pouco por todo o país”.

“Muitas das suas pedras foram saqueadas por moradores para construir suas casas na proximidade do castelo e parte das suas muralhas estão muito aquém do que se

imagina, deveria ser explorado ao máximo um monumento de extrema importância para o país, foi deste local onde se planeou muitas batalhas e foi um marco importante para a conquista do país...”

“É urgente cuidar e preservar o património!”

### **2.5.1. Discussão de resultados**

A literatura, indicou que o património cultural apresenta fatores que são positivos para a vida cultural e social das pessoas, pois realça e afirma a existência das díspares comunidades (Martins, 2020). Apresenta-se, também, como o primeiro recurso democrático em torno da dignidade das pessoas, da diversidade cultural e seu desenvolvimento, visto que promove o diálogo intercultural, respeito mútuo, paz e melhora a qualidade de vida. Os resultados indicam que os inquiridos compreendem a importância do património cultural, sendo que 78% classificou como “muito importante” 21% como “importante”.

A literatura mostrou que o turismo cultural está posicionado como um segmento de mercado específico e que é procurado por um pequeno grupo de pessoas de maior poder económico e com uma maior instrução (Du Cros e McKercher (2015 citado por Carvalho,2018)). No entanto, a partir da década de 90 do século XX, este segmento já evidenciava maior consumo. Os resultados do estudo indicam que as idades dos que se identificam com este segmento variam entre os 18 e os 69 anos. Mostra-se também que uma grande percentagem dos inquiridos tem o ensino superior e ensino secundário (66% e 23%). Evidencia-se que uma grande percentagem dos inquiridos é trabalhadora por conta de outrem (63%) ou pensionistas (12%). Estas informações acabam por ir ao encontro da literatura.

Conforme referido na literatura, o turismo cultural é procurado por pessoas com uma maior instrução (Silva e Oliveira, 2012 citado por Rodrigues, 2017). Nos resultados obtidos nesta dissertação, observa-se que uma grande percentagem de inquiridos procura destinos cuja motivação é cultural (81%). Acrescenta-se que os sítios arqueológicos, segundo a literatura, tem despertado um grande interesse, por parte dos visitantes. Nos resultados, obtidos pelo inquérito realizado para esta dissertação,

evidencia-se que 85% dos inquiridos já visitou um sítio arqueológico, sendo que a principal motivação o interesse na cultura do sítio. A literatura revelou que visitar sítios arqueológicos pode ajudar a compreender a importância do passado histórico ou do destino. A investigação não se diferencia muito da literatura.

É de notar que embora o inquérito tenha sido, primeiramente, aplicado aos residentes do concelho de Barcelos, as respostas dos não residentes foram tidas em conta. Apesar disso, os resultados são positivos, pois percebe-se que alguns não residentes do concelho conhecem o espaço e valorizam-no.

A bibliografia encontrada para sustentar o trabalho, no que toca a informação pertinente sobre o Monte da Franqueira é diminuta. No entanto, grande parte da amostra já visitou o local e reconhece a importância patrimonial do mesmo (98%, 76%, respetivamente).

Tendo em consideração o que a literatura diz sobre a prevalência do turismo cultural, turismo arqueológico e importância do património cultural, os resultados da investigação evidenciam que, de facto, existe uma simbiose entre a literatura apresentada e os resultados. Os inquiridos representam um grupo de pessoas que têm relevância para o turismo cultural e arqueológico e, ao mesmo tempo, reconhecem a importância do património cultural, essencialmente, do Monte da Franqueira.

Não obstante, os resultados positivos face ao conhecimento patrimonial do monte, por parte dos inquiridos mostra que, apesar, da pouca bibliografia existente para fundamentar a História do lugar, os conhecimentos são elevados, mostrando uma forte ligação da comunidade residente (e não residente) ao Monte da Franqueira. Segundo Carvalho (2010) o aproveitamento e valorização do património cultura, através do turismo, não deve pôr de parte o olhar que a comunidade tem sobre os elementos culturais. Reforçando que o turismo é um fator essencial no reforço da identidade cultural dos locais, estimulando a participação da comunidade em áreas de interesse turístico. A estimulação da participação pode ser feita através da inserção de rotas turísticas com o intuito de interpretar o lugar.

O certo é que se verifica que 97% dos inquiridos considera importante o envolvimento do turismo no Monte da Franqueira, de forma a valorizar o património cultural do mesmo. É subtilmente perceptível semelhanças do trabalho a outros estudos.

Um documento interessante a notar é o “Reinterpretar a memória: um projeto para o Castelo e Castro de Faria”, da autoria de Joana Araújo (2018), que estudou a valorização do Castelo e Castro de Faria através de um projeto de arquitetura, que procurou inserir uma noção de preservação do património. Esta proposta arquitetónica pretende interligar os fragmentos deste lugar. Ou seja, a intervenção passa por uma série de trajetos que atravessam o Monte da Franqueira que por si só explicam a história e o valor patrimonial. Aos percursos introduzem-se dispositivos arquitetónicos cujo objetivo prende-se à elucidação do lugar, e que constituem a narrativa de quem experiência.

Uma das propostas descritas no documento associa-se à limpeza do troço que liga o Santuário da Senhora da Franqueira ao Castro e Castelo de Faria e ao Convento do Bom Jesus do Monte, transformando a via de acesso automóvel, num caminho precisamente pedonal, de modo a afastar os automóveis de uma zona histórica evitando, assim, a sua degradação. Outra proposta descrita pela autora foi a implementação de um centro interpretativo na clareira no Santuário da Senhora da Franqueira, aproveitando as ruínas de um moinho de vento já existente.

A cobertura da vegetação de plantas autóctones do Monte da Franqueira, foi proposta pela autora, numa tentativa de dar resposta às constantes ameaças que o mesmo sofre. Por fim, numa viagem cronológica a proposta recaiu na limpeza das estruturas arqueológicas do Castro e Castelo de Faria, bem como a reconstituição da zona de habitação castreja, recriando a vida quotidiana dos povos no vale do Cávado.

No decorrer do trabalho, foram referidas propostas e atividades facilmente aplicadas ao Monte da Franqueira. As estratégias de dinamização turística, como a criação de roteiros culturais aplicados ao Monte da Franqueira, são uma forma de valorizar e interpretar o lugar, de maneira que lhe seja reconhecida a importância que merece.

O que se verifica com estas informações, afirma a epígrafe desta dissertação. Na verdade, as propostas feitas nesta dissertação, no documento anteriormente referido e no Plano Diretor Municipal elaborado pela Câmara Municipal de Barcelos, também já mencionado, não se desassociam de todo. Têm algo em comum, a valorização patrimonial do Monte da Franqueira.

O que acontece, deveras, é falta de ação das entidades responsáveis pelo Lugar. Até porque já se evidenciou o potencial, a sua perceção por parte de quem vive lá perto e as diversas propostas pensadas. A execução, por sua vez, fica a ser ponderada.

## Considerações finais

O trabalho de investigação termina, assim, com uma celebração do património cultural do Monte da Franqueira, no concelho de Barcelos. Abrangido por um Monumento Nacional, Monumento de Interesse Público e Imóvel de Interesse Público, que foi povoado desde o Calcolítico até à Idade Média. É nesta visão que avista a infinita história secular.

Com esta dissertação pretendia-se evidenciar a importância da valorização do património cultural e arqueológico do monte da Franqueira. A intenção era dar a conhecer a sua história, a importância que este ganhou ao longo do tempo e a relação do monte com a memória coletiva local.

Procedeu-se a todo o levantamento de informação sobre dados históricos do monte da Franqueira, assim como o levantamento de todo o património cultural. Para a valorização do mesmo é imprescindível o seu desenvolvimento turístico. Por isso, evidenciar o potencial turístico do monte da Franqueira foi importante, pois o mesmo dispõe de potencialidades que, devidamente aproveitadas e valorizadas, podem conduzir a uma valorização e proteção do património cultural. Que se potencie o Castro e Castelo de Faria que por ser uma das estações arqueológicas de maior projeção do Noroeste português, devido à sua dimensão, significado histórico e diversidade arqueológica. Que se consiga atrair visitantes de várias áreas geográficas e, sobretudo, uma maior compreensão e valorização por parte da população residente no concelho de Barcelos. Que se melhorem os canais de divulgação. Que se melhore as imediações do Castro e Castelo de Faria, assegurando um melhor acesso e estadia a quem tenha interesse e curiosidade em visitar o mesmo.

Que o fluxo de visitantes resulte, também, da proximidade com os Caminhos de Santiago de Compostela, existindo um caminho alternativo que atravessa o Monte da Franqueira que incentive todos os peregrinos que chegam a Barcelos a descobrir o monte.

Mas, sobretudo, que se intensifique a criação de infraestruturas de apoio. A existência da Casa da Memória da Terra de Faria, criada com esse intuito, nunca deu continuidade ao seu objetivo. Essa Casa da Memória poderia funcionar como um centro interpretativo do Monte da Franqueira, contribuindo positivamente para a

aprendizagem da sua história, por parte da população residente. Muitos desconhecem o seu património cultural e a sua importância.

Que se afaste o progressivo abandono do Castro e Castelo de Faria, que se reforce o património da ermida da Nossa Senhora da Franqueira e do Convento dos Frades, de modo a colocar na rota e reforçar o turismo no concelho de Barcelos. Que se envolva a população residente para quebrar o afastamento e alheamento da mesma, face ao seu património cultural.

Na elaboração desta dissertação, a maior dificuldade esteve na recolha de informação, já que a bibliografia alusiva ao monte da Franqueira é escassa. O desafio foi também notório na elaboração do inquérito, dado que a compilação da informação deveria se transformar em questões acessíveis e pertinentes, quando colocadas aos residentes do concelho de Barcelos. O objetivo foi alcançado, perceber a perspetiva que têm perante o património cultural do Monte da Franqueira. As expectativas superaram-se através de respostas de não residentes, que contribuíram para a elaboração desta dissertação.

No futuro, é esperado que outros caminhos sejam dados e decisões melhores sejam tomados em prol da valorização e salvaguarda de testemunhos históricos. É a memória de um povo que ainda hoje é presente. É crucial abandonar o limbo em que se vive no Monte da Franqueira, entre o esquecido e o lembrado. É na eternização da memória dos povos que por aqui passaram, e na esperança no futuro que esta dissertação foi escrita. Um bem-haja à memória, à história e ao património cultural de um povo.

O Monte da Franqueira é local de práticas quotidianas, tendo ainda pouca afluência turística. A Franqueira é, sobretudo, resto de um passado comum. É o resto das várias civilizações que por lá passaram, é o resto de tradições deixadas. O lugar de memória, o monte da Franqueira, tem como panorama os laços de memória de todos, aliaO que importa salientar é que um lugar de memória tem como intuito cristalizar o passado histórico e perdurar no tempo atingindo todas as gerações futuras. dos ao grande valor patrimonial que ostenta. É um lugar vivo, lugar de memória, lugar de património. Contudo, o esquecimento e, particularmente, a falta de valorização por parte de todos os que habitam ao redor da Franqueira, tornam num lugar de esquecimento que passa ao lado de todos.

## Referências bibliográficas

- Agnol, S. D. (2012). Impactos do turismo x comunidade local. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Turismo e Paisagem: relação complexa*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, pp. 1-15.
- Almeida, C. A. (1972). Notas sobre a alta Idade Média no Noroeste de Portugal. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 3: 8-138.
- Almeida, C. A. (1978). *Castelologia medieval de Entre-Douro-E-Minho - Desde as origens a 1220*. Porto: Universidade do Porto (Trabalho complementar para prestação de provas de Doutoramento em História de Arte).
- Almeida, C. A. (1993). Património: Riegl e hoje. *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10: 407-416.
- Araújo, J. B. (2018). *Reinterpretar a memória: um projeto para o Castelo e Castro de Faria*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado apresentada à Escola de Arquitetura).
- Barcelos Cidade Criativa (2017). *Apontamento Histórico*. Obtido de <https://cidadecriativa.barcelos.pt/#!apontamento-historico/>.
- Associação de Municípios do Vale do Cávado (2008). *Estudo de Valorização e Desenvolvimeto Estratégico dos Rios Cávado e Homem*. Universidade do Minho, Simbiente – Engenharia e Gestão Ambienta, Braga.
- Barranha, H. (2016). *Património cultural: conceitos e critérios fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal.
- Barroso, P. (2018). *A semiose do espaço: sacralização geográfica e construção de património intangível*. Patrimonialização e Sustentabilidade do Património: Reflexão e Prospetiva (pp.100-110). Instituto de História Contemporânea, FCSH/UNL.
- Bastos, R. L. (2005). *Património cultural arqueológico: Instrumento de desenvolvimento turístico*. Cadernos do LEPAARQ, 3(3): 65-77.
- Bettencourt, A. M. (2000). *Estações da Idade do Bronze e Inícios da Idade do Ferro da Bacia do Cávado (Norte de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

- Bettencourt, A. M. (1999). *A paisagem e o Homem na bacia do Cávado durante o II e o I milénio AC* (Volume 1). Braga: Universidade do Minho, Departamento de História (Dissertação de Doutoramento).
- Bettencourt, A. M. (2013). *A Pré-história do Noroeste Português Vol.2*. Braga/Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo (CEIPHAR).
- Bernardo, E. A. (2020). *Patrimonialização e Turismo Cultural no Douro: O caso do Barro de Bisalhães*. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (Dissertação de Doutoramento).
- Bicho, N. F. (2006). *Manual de Arqueologia Pré-História*. Lisboa: Edições 70.
- Câmara Municipal de Barcelos. (s.d.). Plano Diretor Municipal. *Estudos de Caracterização Territorial - Turismo Relatório 2*.
- Carvalho, H. P. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis V. II catálogo*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (Dissertação de Doutoramento).
- Carvalho, H. D. (2018). *Perceção dos visitantes e dos agentes locais sobre a Citânia de Briteiros (Guimarães, Norte de Portugal) e o seu contributo para a melhoria do plano de visitas*. Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Mestrado)
- Carvalho, K. D. (2010). *Turismo Cultural e Arqueologia nos espaços urbanos: caminhos para a preservação do património cultural*. Turismo & Sociedade, 3(1): 51-67.
- Castro, C. A., & Tavares, M. G. (2016). *A patrimonialização como espaço de produção social do espaço urbano: Aspetos teóricos*. Sociedade e Território, 28(2): 117-135.
- Costa, V. (2019). *Centros de Interpretação e Turismo Cultural: o CITA de Vila Nova da Barquinha*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar (Dissertação de Mestrado).
- Choay, F. (2021). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- Decreto de 16 de Junho de 1910, de 23 de junho de 1910. (Diário do Governo nº 136).  
Obtido de [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23\\_06\\_1910.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf).
- Decreto Lei nº107/2001 de 8 de setembro. Diário da República nº209 - I Série. Lisboa.  
Obtido de <http://dre.pt/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf>.

- Direção Geral do Património Cultural (s.d.). *Património Cultural*. Obtido de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/>.
- Direção Regional de Cultura do Norte (9 de novembro de 2016). *Igreja e Convento do Bom Jesus da Franqueira - Proposta de classificação como Monumento de interesse público*.
- Dunnell, R. C. (1992). The Notion Site. Em J. Rossignol, & W. Luann (Eds.), *Space, Time and Archaeological Landscapes*. New York: Springer, pp.21-41.
- Faria, A. (1947). *Franqueira*. Barcelos: Companhia Editoria do Minho.
- Gonçalves, F. (2012). *Plano de Interpretação dos Caminhos de Santiago no Centro Histórico de Barcelos*. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Gregório, H. I. (2021). *As políticas de proteção do património cultural no Portugal democrático - O caso da Região do Algarve*. Algarve: Universidade do Algarve, Departamento de Artes e Humanidades (Dissertação de Mestrado).
- Halbwachs, M. (1990). *A memória coletiva*. (L. L. Schaffter, Trad.) São Paulo, Brasil: edições Vértice/ Revista dos Tribunais.
- ICOMOS – Lausanne, Suíça (1990). *Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património cultural*.
- ICOMOS-Austrália. (2006). Carta de Burra - *Carta para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural*.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Lomba, M. L. (2077). *Faria Terra-mãe da Nacionalidade*. Barcelos: ESAG - Barcelos.
- Lomba, M. L. (2008). *Faria Terra-mãe da Nacionalidade (Vol. II)*. Barcelos: ESAG - Barcelos.
- Martins, G. d. (2020). *Património Cultural Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mendes, A. R. (2012). *O que é património cultural*. Olhão: Gente Singular, Lda.
- Mihaylov, N., & D. Perkins, D. (2014). Community place attachment and its role in social capital development. Em L. Manzo & P. Devine-Wright (Eds.), *Place Attachment: Advances in Theory, Methods and Applications (1º Ed)*. London: Routledge, pp. 61-74.

- Mourão, H. A. (2007). *Património Arqueológico: Um bem difuso - Subsídios do direito ambiental brasileiro à participação das associações civis na promoção e proteção do património arqueológico*. Universidade de São Paulo, São Paulo (Dissertação de Mestrado).
- Município de Barcelos (setembro de 2013). *Presidente da Câmara na inauguração de monumento aos Alcaides de Faria*. Obtido de <https://www.cm-barcelos.pt/2013/09/presidente-da-camara-na-inauguracao-de-monumento-aos-alcaides-de-faria/>.
- Município de Barcelos (junho de 2017). Obtido de *Presidente da Câmara inaugura Casa da Memória da Terra de Faria*: <https://www.cm-barcelos.pt/2017/06/presidente-da-camara-inaugura-casa-da-memoria-da-terra-de-faria/>
- Município de Barcelos. (2019). *A lenda do Galo*. Obtido de <https://www.cm-barcelos.pt/visitar/caminho-portugues-de-santiago/a-lenda-do-galo/>.
- Museu do Grupo Alcaides de Faria*, (1935). Barcelos: Companhia Editora do Minho.
- McManus, P. M. (1999). Archaeological parks: what are they? *Archaeology International*. Obtido de <https://uclpress.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.5334/ai.3017>.
- Nór, S. (2013). *O lugar como imaterialidade da paisagem cultural*. Paisagem e Ambiente, 32: 119-127.
- Oliveira, C. (2017). *Igreja e Convento da Franqueira*. Obtido de Direção Geral Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18139744>.
- Oliveira, D. (2013). *Valorização e Conservação de sítios arqueológicos: Oportunidade de recriação de cenários remotos. "Parc de la Pré-Histoire de Casablanca"*. Porto: Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado).
- Pérez, X. P. (2009). Turismo cultural: uma visão antropológica. Colección Pasos edita, 2: 1-324
- Rappoport, P. (2013). The concept of cultural significance. *Get de facts - Heritage information series (Article 9)*. Austrália.
- Reis, P. B. (1950). *Raridades Numismáticas - Achadas no histórico Castelo de Faria*. Em Boletim do Grupo Alcaides de Faria (Vol. 2). Barcelos: Companhia E. do Minho.

- Reis, A. M. (1999). O primeiro foral de Barcelos. Em C. M. Barcelos, *Barcelos terra condal*. Barcelos: Companhia Editora do Minho S.A.
- Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008. (12 de setembro de 2008). *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* (Diário da República, 1.ª série — N.º 177).
- Ricardo, I. M. S. G. (2012). *Arqueologia preventiva: modelos e perspetivas ao serviço da memória cultural*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa (Dissertação de Mestrado).
- Rodrigues, V. (2017). O património arqueológico e a atividade turística na sesmaria jaguaribe, litoral Norte de Pernambuco. *Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 15(4): 861-866.
- Santos, J. R. (2009). *Raízes do “património”: a dupla herança*. Évora: Universidade de Évora, pp. 1-24.
- Santos, J. R. (2010). Processos patrimoniais: rituais, espíritos e panteões. Évora: Universidade de Évora.
- Santos, J. M. (2017). *Património e Turismo - O Poder da Narrativa*. Lisboa: Edições Colibri.
- Santuário Nossa Senhora da Franqueira. (2018). *Introdução*. Obtido de Franqueira - História: <https://www.franqueira.pt/historia>.
- Silva, E. P. (2000). *Património e identidade. Os desafios do turismo cultural*. *ANTROPOlógicas*, 4: 217-224.
- Silva, M. M. (2014). *O conceito de sítio arqueológico: breve histórico da sua evolução conceitual e considerações sobre a sua aplicação na pesquisa arqueológica*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação).
- Silva, R. H. (2013). *Território e patrimonialização - O caso de Belém*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (Dissertação de Mestrado).
- Teixeira, S. (2017). *Patrimonialização: silêncios e escuta museológica*. *Cadernos de Sociomeseologia*, 53(9): 81-104.
- Turismo de Portugal. (2021). *Altares Marianos*. Obtido de Visit Portugal - Caminhos da Fé: <https://pathssofffaith.com/pt-pt/altares-marianos>.

- Trigueiros, M. I. (2015). *D. António Barroso e as potencialidades do turismo religioso em Remelhe (Barcelos, norte de Portugal)*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado).
- Umbelino, J. (2004). Turismo e património. Algumas ideias para reflexão. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, 1: 21-26.
- UNESCO, 1972, Convenção sobre a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, artigo 2º.
- Veloso, T. P., & Cavalcanti, J. E. (2007). *O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico*. *Revista de Arqueologia*, 20: 155-168.
- Vieira, A. M. (2007). *A valorização do património cultural*. V Congresso internacional de investigação e desenvolvimento sociocultural. Maia: Instituto Politécnico de Bragança, pp. 460-493.
- Vieira, L. A. (2017). *Memória e Património Cultural*. Campus Ouro Preto, Instituto Federal de Minas Gerais (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação).

## **Anexos**

## Anexo 1 – Questionário

O presente estudo insere-se no âmbito do Mestrado em Património Cultural, da Universidade \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Minho.

O estudo tem como objetivos (1) Compreender como promover o património cultural e arqueológico do município de Barcelos, em especial, através da conjugação do património arqueológico da União de Freguesias de Milhazes, Vilar de Figos e Faria e (2) Perceber como potenciar a prática de turismo cultural no concelho de Barcelos, incluindo o segmento do turismo arqueológico.

Este inquérito tem como propósito identificar a perceção dos residentes do concelho de Barcelos face à importância patrimonial do Monte da Franqueira.

O preenchimento total do inquérito demorará, no máximo, cerca de 8 minutos.

Caso tenha alguma dúvida ou questão, por favor, utilize o email [vanessasofiafm.1999@gmail.com](mailto:vanessasofiafm.1999@gmail.com)

Obrigada pela sua colaboração!

1 - Aceita participar neste estudo e permite a utilização dos dados que, de forma voluntária, cede para fins de investigação académica, com garantia de confidencialidade e anonimato no tratamento e divulgação dos mesmos?

Sim

Não

2 - Das seguintes opções seleccione as que entende por Património Cultural?

Passado

Memória

Tradição

Herança

História

3 - De 1 a 5 indique o quão importante acha que o património é fundamental, para se compreender melhor a sociedade e o seu tempo, e aquilo que ela é hoje?

1 – Nada importante
2 – Pouco importante
3 – Importante
4 - Bastante importante
5 – Muito Importante

4 - No seu entender, o que é o Turismo Cultural?

Desejo de conhecer novas culturas

Desejo de obter algum conhecimento novo

Visitar monumentos e museus

Motivação em participar em eventos artísticos culturais ou religiosos

Outro

5 – Já alguma vez viajou por motivação?

Sim

Não

6 – Por favor, indique o local que visitou pela última vez? (Para quem respondeu na questão 5)

\_\_\_\_\_

7 – Por favor, indique o ano que visitou pela última vez.

2022

2021

2020

2019

2018

Outro

8- Por favor, indique o motivo que visitou pela última vez. ~

Por curiosidade

Por interesse na cultura

Por lazer

Por querer obter conhecimentos

Não foi planeado

Outro

9 – Mas gostava de viajar por motivação cultural? (Para quem respondeu não na questão

5)

Sim

Não

10 – E para onde?

\_\_\_\_\_

11 – Já visitou um sítio arqueológico?

Sim

Não

12 – Por favor, indique o sítio arqueológico que visitou pela última vez.

\_\_\_\_\_

13 – Por favor, indique o ano que visitou pela última vez.

2022

- 2021
- 2020
- 2019
- 2018
- Outro

14 – Por favor, indique o motivo que visitou pela última vez.

- Por curiosidade
- Por interesse na cultura
- Por lazer
- Por querer obter conhecimentos
- Não foi planeado
- Outro

15 – Mas gostava de visitar um sítio arqueológico? (Para quem respondeu não na questão 11)

- Sim
- Não

16 – Considera que o património cultural é um recurso para o turismo?

- Sim
- Não

17 - Por favor, avalie as seguintes afirmações, de modo a justificar porque considera que o património cultural é um recurso para o turismo.

	Discordo totalmente	Discordo	Não discordo, nem concordo	Concordo	Concordo totalmente
Contribui para a economia do destino					
Valoriza e divulga o património e diversidade cultural do destino					
Proporciona aos visitantes o acesso ao património e cultura do destino, fomentando um desenvolvimento cultural					
Ajuda na criação de novos postos de emprego					
Através do turismo é possível encontrar mecanismos que ajudem na preservação, valorização e divulgação do património					

18 - Porque acha que o património não é um recurso para o turismo? (para quem respondeu não na questão 16)

Porque o turismo pode levar à destruição do património

Porque o excesso de visitas pode alterar a identidade local

Porque muitas vezes os turistas não respeitam os locais que visitam

Porque demasiadas visitas a um sítio contribuem para a sua degradação

19 - Já visitou o Monte da Franqueira?

Sim

Não

20 – Indique a frequência que visita o monte da Franqueira.

Uma vez por semana

De mês a mês

De ano a ano

21 – Se ainda não visitou, indique o motivo (para quem respondeu não na questão 19)

Porque desconheço a sua importância

Não sabia que era visitável

Porque os acessos não são os melhores

Nunca tinha pensado nisso

Falta de interesse

Desconhecia o local

22 – Quando pensa no monte da Franqueira, quais são as suas memórias?

Peregrinação à Nossa Senhora da Franqueira

Convívio com família e amigos

Vista panorâmica

Importância histórica do local

Boas memórias de infância

23 – Tem consciência do valor patrimonial do monte da Franqueira?

Sim

Não

24 - Tendo em conta, que o Monte da Franqueira é um local de extrema importância histórica e patrimonial, por favor, justifique a sua resposta.

Porque tem um grande valor patrimonial para os residentes do concelho de Barcelos

Porque é um lugar de referência no que toca à presença humana de vários períodos

Porque é um local onde o património cultural, natural, arqueológico, etnográfico é estimado

Porque é um local fortemente ligado à fé religiosa e atrai muitas pessoas, em romaria e peregrinação

25 – Sabia que D. Afonso Henriques fixou a sua residência oficial no Castelo de Faria?

Sim

Não

26 – Sabia que, existiu povoação da Idade do Cobre, Idade do Bronze, Romanização e Idade Média no Castro e Castelo de Faria?

Sim

Não

27 – O 8º conde Barcelos e 1º Duque de Bragança, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, acompanhou o seu pai até Ceuta. Como resultado da vitória, o conde de Barcelos, trouxe do palácio do rei de Ceuta, a pedra e colunas em jaspe, onde as encaminhou para a ermida da Franqueira, e que com elas ordenou construir um altar. Sabia, da existência desta relíquia histórica?

Sim

Não

28 – Sabia que o monte da Franqueira é um dos locais de passagem dos Caminhos de Santiago?

Sim

Não

29 – Conhece a lenda do Feito dos Alcaides de Faria?

Sim

Não

30 – Sabia que o Convento dos Frades está classificado como Monumento de Interesse Público?

Sim

Não

31 – Sabia que o Castro e Castelo de Faria estão classificados como Monumento Nacional?

Sim

Não

32 – Sabia que Ermida da Nossa Senhora da Franqueira está classificada como Imóvel de Interesse Público?

Sim

Não

33 – Já fez o trilho da Franqueira?

Sim

Não

34 – Na sua opinião, o monte da Franqueira deve ser usado com fins turísticos, de modo a ser valorizado patrimonialmente?

Sim

Não

35 – Género

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

36 – Idade

\_\_\_\_\_

37 – Nível de escolaridade

Básico

Secundário

Superior

38 – Situação Profissional

Estudante

Desempregado

Trabalhador por conta de outrem

Trabalhador por conta própria

Reformado

39 – Local de residência

\_\_\_\_\_

Antes de terminar, gostaria de acrescentar alguma curiosidade, ou fenómeno do património cultural no Monte da Franqueira, que não tenha sido abordado antes?

\_\_\_\_\_

## **Anexo 2 – Respostas à última questão do inquérito**

“Acho que nos dias de hoje o Monte da Franqueira é muito mais do que só um monte, como tanta gente pensa. Não devemos nos esquecer que é uma das maiores preciosidades que Portugal tem, e que os barcelenses tem de saber conservar e

sabem-no fazer. Mas referir que as suas tradições são de âmbito nacional, e estão espalhadas um pouco por todo o país.”

“Só tenho de acrescentar que para mim este trabalho é muito esclarecedor, e de riqueza patrimonial. Obrigada”

“Muitas das suas pedras foram saqueadas por moradores para construir suas casas na proximidade do castelo e parte das suas muralhas estão muito aquém do que se imagina, deveria ser explorado ao máximo um monumento de extrema importância para o país, foi deste local onde se planeou muitas batalhas e foi um marco importante para a conquista do país.....”

“Quando praticava BTT de competição, a maior parte dos meus treinos tinham como ponto de passagem a Franqueira, ao ponto de dizer que aquele era o "meu lugar". A Franqueira é um ponto de interesse para muitas pessoas quer seja pela fé, pelo simples pedestrianismo, pelo convívio familiar, como local de namoro e, naturalmente, como ponto de passagem na prática desportiva (principalmente, corrida, ciclismo, BTT). Parabéns pelo contributo que está a dar a este espaço através de uma dissertação de mestrado.”

“Escavado nos anos 20 pelo grupo alcaides faria, que interpretou o castro como " muitas torres"

“É urgente cuidar e preservar o património!”

“Mais visibilidade à Ermida e ao castelo e melhores acessos (uma estrada para subir e uma para descer)”

“Infelizmente a completa falta de cultura e interesse histórico dos nossos políticos. Acho que nem a história do local sabem, enfim...”

